

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

O DEPUTADO CATARINENSE À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO
PERÍODO DE 1947 A 1965

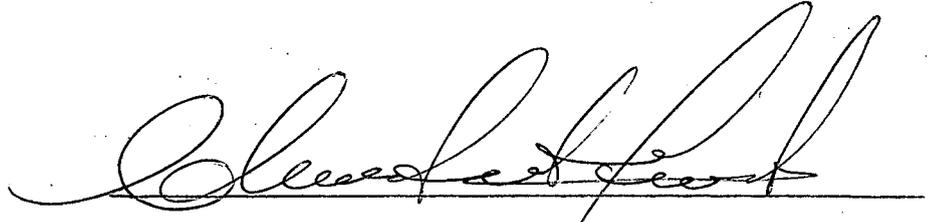
Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas - Especialidad
e Direito.

Regina Iara Regis-Dittrich

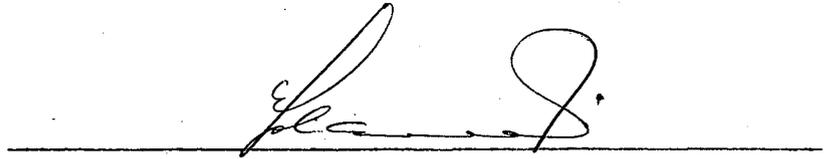
Março - 1978

Este tese foi julgada adequada para a obtenção do título de

Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação..

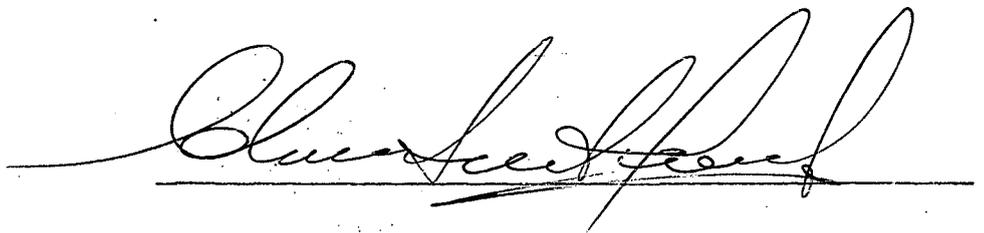


Prof. Clovis Souto Goulart
Orientador



Prof. Paulo Henrique Blasi
Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos Professores:





À memória de minha avô

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Clovis Souto Goulart, agradeço a orientação e confiança na elaboração do presente trabalho.

Mais do que agradecimentos desejo apresentar minhas homenagens aos Deputados, ex-Deputados e personalidades políticas que responderam ao questionário apresentado e atenderam às entrevistas, contribuindo, desta forma, para a elaboração deste estudo.

S U M Á R I O

RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I - A REPÚBLICA VELHA E O PERÍODO DE VARGAS	 6
1. Introdução	6
2. A República	7
3. A Política dos Governadores	9
4. A Política a Nível Local	17
5. A Política a Nível Estadual	24
6. A Revolução de 30	31
7. A Redemocratização em Santa Catarina	37
 CAPÍTULO II - A PESQUISA	 50
1. Introdução	50
2. As Suplências	53
3. A Evolução dos Partidos em Santa Catarina vista através da Representação na Assem- bléia Catarinense	 59
4. Dados Gerais dos Deputados	72
5. Nível de Instrução dos Deputados	76
6. Profissões anteriores ao Mandato	80
7. A Família do Deputado	83
8. A Formação Política do Deputado	89
9. Atividades Políticas de outros Membros da Família do Deputado	 95
10. A Participação do Deputado nas Atividades Política Estudantis	 97
11. A Participação do Deputado na Política Sindical	 99
12. O Início das Atividades Políticas	100
13. Dados Relativos a Época da Eleição ou (Re- eleição) para Deputados	 107

14. As Decisões Políticas de Interesse Local.	110
15. O Início da Carreira Política do Deputado	113
16. Eleitorado e Votação	114
17. Dados Relativos às Atividades Parlamentares	119
18. Dados Relativos ao Período Posterior ao Mandato de Deputado Estadual	125
19. Depoimentos dos Deputados sobre a Experiência como Político e Representante do povo	134
CONCLUSÕES	140
ANEXO 1	148
ANEXO 2	173
ANEXO 3	190
BIBLIOGRAFIA	201

RESUMO

Esta é uma pesquisa no campo da Sociologia Política. Seu objeto é o estudo do parlamentar catarinense, eleito para a Assembléia Legislativa, no período de 1947 a 1965, verificando suas origens política, social, cultural, profissional, religiosa, ideológica e partidária. Focalizamos, primordialmente:

1º - As origens sociais e as atividades políticas.

Procurou-se, neste sentido, saber a partir de quando o Deputado se interessou pelas atividades políticas; quais os agentes que contribuíram para a sua formação política; a procedência social; a principal ocupação profissional, nível de instrução, a prática religiosa e os interesses que representou e defendeu;

2º - A orientação, herança e tradição política.

A preocupação quanto a esses aspectos foi de verificar as heranças e origens políticas; saber como foi orientado para a vida política; quais as tradições políticas e as atividades exercidas na vida política estudantil, partidária e sindical;

3º - As carreiras políticas.

Aqui, procurou-se verificar a evolução da carreira política dos parlamentares a partir da primeira atividade político-partidária (outros mandatos eletivos, executivos, cargos de representação política).

Este estudo, que os anglo-saxões chamam de "social-background", tende a mostrar como se opera a seleção dos parlamentares e quais os fatores que aumentam as chances de vir a ser parlamentar.

Considerando que os mais expressivos partidos políticos de Santa Catarina possuíam raízes oligárquicas pretendeu-se, também, verificar o grau de vinculação ou comprometimento da representação política aos quadros de mando tradicional.

O instrumento fundamental do trabalho foi o questionário organizado para ser aplicado junto aos deputados a fim de obter os dados necessários para compor um quadro geral sobre os parlamentares.

No conjunto, os dados revelaram, em grande medida, que a política do período de 1947 a 1965 ainda era, atividade exercida por membros de uma elite.

A B S T R A C T

This is a research work in Political Sociology. Its main purpose is to study assembly men in Santa Catarina, elected to the House of Legislative from 1947 to 1965, verifying their political, social, cultural, professional, ideological and party origins. Our focus will be on:

1º - Social Origin and political activities.

We tried, thus, to determine the moment the Deputy developed interest for political activities; What kinds of agents contributed to his formation, his social precedence; professional occupation, level of instruction, religious practice and interests which he represented or defended;

2º - His orientation, heritage and political tradition.

Our concern, as far as these aspects, was to verify the heritage and political origins; to know how he tended to political life; Which political tradition or traditions and activities he performed during his life as a student, party or trade union.

3º - Political careers.

Here, we attempted to verify the development of a political career from the first party activity (other elections, executives, and political representations).

Taking under consideration some of the outstanding political parties in Santa Catarina which had oligarchical roots, we tried to verify the degree of vinculation or commitment of this political representation to the traditional parties.

We used, as the work foundation questionnaires spread to the Deputies to get the necessary data to compose a general view of the Assemblymen.

In general the data revealed greatly that the political activities during the period of 1947 and 1965 were performed by members of an elite.

INTRODUÇÃO

Quem foram os Deputados estaduais catarinenses ? De que meio social procederam ? Que heranças políticas receberam ? Quais as suas concepções da função parlamentar ? Quais as suas opiniões e suas crenças ?

Estas são algumas questões a que a presente pesquisa objetiva responder, a partir de uma investigação (enquete por questionário) junto aos Deputados estaduais catarinenses que exerceram o mandato entre 1947 a 1965.

Privilegiados por regras constitucionais perfeitamente identificáveis, os parlamentares têm constituído, em toda a parte, o objeto de pesquisa daqueles que procuram um melhor conhecimento dos homens que animam os sistemas e as instituições políticas. (1)

Sempre, e em todos os países, muito se tem escrito sobre políticos proeminentes: Presidentes, Ministros, parlamentares. Geralmente biografias. A inovação, no período recente, é a aplicação sistemática das técnicas de questionário e entrevista junto aos parlamentares e/ou outras categorias políticas nos estu

(1) CAYROL, Roland et alii, "Le Député Français". Paris, Armand Colin, 1973.

MATTEWS, D. "US Senators and their world". Chapel Hill, University of North Caroline, 1960.

MOREIRA, Maria Terezinha. "Composição Sociológica do Poder Legislativo da Guanabara", in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 3, 1967, p. 47-92.

dos consagrados às análises das instituições e forças políticas.

Observando a carência de estudos, em Santa Catarina, acerca do exercício das atividades políticas em qualquer esfera: municipal, estadual ou federal, é que entendemos de proceder à pesquisa sobre o político catarinense, decidindo-nos a começar pelo Deputado Estadual, no período de 1947 a 1965.

Localiza-se o período que se pretende estudar entre 1947 e 1965, por vários motivos. Primeiro: neste período os partidos, ainda mantêm, de modo geral, algumas heranças da vida política da Primeira República. (2) Segundo: apesar da grande diversidade de siglas e denominações de partidos, a vida política efetiva, em Santa Catarina, ficou sendo exercida por um máximo de 2 ou 3 correntes de opinião. Terceiro: por ter sido um período de liberdades plenas para as atividades políticas, oriundas do espírito da chamada "redemocratização" de 1945, até se findarem, em 1964, com as medidas de exceção expedidas que determinaram, inclusive, em 1965, a extinção daquelas legendas partidárias. (3)

Por fim, foi neste período que ocorreram as grandes mudanças sócio-econômicas e políticas no Brasil, com reflexo, até hoje, na vida partidária existente.

(2) Na Primeira República, a inexistência de partidos nacionais e a autonomia política dos Estados determinaram a criação de partidos regionais que serviram tão somente às poderosas combinações oligárquicas. Em Santa Catarina, a vida política desse período apoiou-se numa estrutura nitidamente regional, de caráter elitista. Na representação política os mesmos homens revejavam-se no executivo Estadual e nas casas legislativas não permitindo, em consequência, a renovação dos quadros políticos.

(3) Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

São estas, num plano mais amplo, as razões que nos levaram a escolher a figura do parlamentar catarinense como objeto e interesse de estudo.

Num plano mais concreto, partimos da premissa de que a compreensão dos fenômenos políticos dos dias atuais impõe o conhecimento do período anterior democrático, de 1945-1964 e, até mesmo, de períodos mais longínquos, nos quais foram gestados os velhos partidos, de lutas e de tradições na vida política do Estado.

Trata-se, assim, na presente dissertação, das origens político-sociais dos personagens que compuseram a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 1947 e 1965, para verificar o ponto de vinculação desses Deputados aos métodos políticos da Primeira República. Considerando que os mais expressivos partidos possuíam raízes oligárquicas municipais e estaduais, pretendemos levantar as seguintes questões:

- 1) a representação política permaneceu ou não vinculada às oligarquias tradicionais ?
- 2) até que ponto os representantes dos pequenos partidos, pretensamente não oligárquicos, estavam vinculados ou comprometidos com os quadros de mando tradicional ?

Também será considerado o papel dos partidos políticos em geral, e a vinculação dos seus representantes às oligarquias.

Paralelamente, outros itens são estudados, como: as origens sociais e a atividade política do parlamentar; a herança e a tradição política; a carreira política e uma série de outros dados necessários para compor o quadro de uma análise geral. Este estudo que os anglo-saxões chamam de "social background" tende a

mostrar como se opera a seleção dos parlamentares, quais os fatores que aumentam a chance de vir a ser deputado, a importância da família e de outros agentes exteriores na formação política do deputado.

O presente trabalho divide-se em três capítulos:

- 1º) Corresponde à primeira parte do trabalho e trata da evolução política brasileira em Santa Catarina, a partir da "política dos governadores" até a formação dos partidos nacionais, em 1945.

Procuramos fornecer alguns antecedentes históricos do sistema político brasileiro delineando as suas características básicas, principalmente a nível estadual e local. O capítulo sublinha a sobrevivência de certos padrões políticos da Primeira República ainda no período de 1945-1965, propondo uma explicação fundada em justificativas econômicas, sociológicas e políticas;

- 2º) A pesquisa, propriamente. Depois de abordar a posição dos partidos políticos em Santa Catarina, através das cadeiras parlamentares, e explicitar o problema da suplência, fizemos a análise dos dados coletados através de um questionário aplicado aos Deputados.

O questionário foi orientado para obter dados sobre as origens sociais, profissão, nível de escolaridade, ocupações anteriores e posteriores ao mandato, socializa-
ção política, aspirações políticas e outros dados gerais;

- 3º) A conclusão, onde avaliamos a pesquisa empírica diante dos temas propostos.

Devido ao estágio precário dos estudos sobre a vida e atividades político-partidárias em Santa Catarina, o presente trabalho tem caráter apenas exploratório. Este estudo é uma pequena contribuição que pretendemos deixar aos futuros estudiosos da política do Estado, sobre os ideais, os princípios, as origens e as vinculações dos homens que, por qualquer dos partidos existentes, representaram o povo catarinense na Assembléia Legislativa, no período abordado.

CAPÍTULO I

A REPÚBLICA VELHA E O PERÍODO DE VARGAS

1. INTRODUÇÃO

Para a compreensão mais exata da política brasileira em geral, e da catarinense, em particular, no período de 1945 a 1965, é mister recuar no tempo, ao que se chamaria de República Velha ou Primeira República. ⁽¹⁾ Um breve retrospecto deste período é importante, porque alguns de seus padrões ainda estão presentes na política brasileira e, também, em Santa Catarina, ainda que profundas modificações de ordem econômica, social e institucional tivessem ocorrido nos últimos trinta anos.

A descrição, ainda que sumária, da Revolução de 1930 e do Varguismo, também se faz necessária. Os 15 anos de governo Vargas foram, ao mesmo tempo, uma época de mudanças e de continuidades. Como processo de transição, não poderia deixar de repercutir na estrutura e na evolução do sistema político que o seguiu.

Portanto, a análise e as observações sobre estas fases constituem a base histórica do nosso estudo.

(1) Seguimos a nomenclatura de Edgar Carone com relação às fases históricas do Brasil: 1889-1930 (1a. República ou República Velha); 1930-37 (2a. República); 1937-45 (3a. República ou Estado Novo).

2. A REPÚBLICA

Edgar Carone refere-se à proclamação da República como o clímax de um longo processo anterior, cujas tensões e perplexidades vão explodir no Gabinete Ouro Preto (7 de junho a 15 de novembro de 1889).

Para Edgar Carone,

"as tensões federalistas, os movimentos republicanos, as questões religiosas e militares, o predomínio de uma aristocracia rural decadente, a ascensão de novas camadas oligárquicas, a lenta renovação das instituições constituem o clima que fermentaram as crises imperiais e as alianças heterogêneas feitas pelos diversos grupos que lutavam contra o sistema dominante" (2).

Dentro dessas crises permanentes, a aliança dos militares e civis foi um acontecimento imprevisível. (3) Tanto que o efeito produzido causou espanto aos próprios promotores do movimento

(2) CARONE, Edgar. "A República Velha" (Evolução Política), São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1971, p. 7.

(3) "A proclamação da República correspondeu ao encontro de duas forças diversas: o Exército e os fazendeiros de café movidos por razões diferentes. O Exército tinha motivos de ordem corporativa e ideológica (...) Sob a influência do positivismo defendiam a implantação de um regime republicano e modernizador (...) os fazendeiros paulistas moviam-se por razões claramente econômicas (...) a forma federativa significava o fim da centralização imperial, a autonomia dos Estados e a possibilidade de impor ao país um sistema que favorecesse o núcleo agrário exportador (...) (Boris Fausto, "Pequenos ensaios de História da República", S.P. CEBRAP, Cadernos nº 10, 1972.p.2.

mento e aos espectadores: "uns pela ausência da reação e, os outros, pelo imprevisto de um sonho feérico" (4).

Na verdade, o advento da República não foi assinalado por reformas importantes que marcam as fases de mudança, nem por choques de opiniões, nem pelo aparecimento de reação à mudança. A aceitação da República como fato consumado é perfeitamente compreensível para aqueles que entendem que o novo regime nada mais foi do que uma nova composição das classes dominantes, como, de resto, parece terem sido os demais movimentos posteriores, no Brasil.

O historiador Cruz Costa ao analisar a proclamação da República expressa a seguinte opinião:

"O novo regime foi, assim, mais uma transformação de cúpula: foi o resultado de uma composição da burguesia com parte da plutocracia rural. Foi em suma, a ascensão de um governo burguês oligárquico. Nesta transição consistirá a história do poder político nos primeiros quarenta anos de República. A declaração de novo regime não tivera a condão de transformar a ordem política no Brasil, nas suas bases sociológicas (...). As classes mais amplas, de dominação regional, sob o beneplácito senão do estímulo do governo monárquico, prosseguem a sua evolução, durante a República (...). A República tem o condão de reconhecer mais abertamente o poder destas, e de certa forma o federalismo tal como foi entendido e praticado (...) significa o processo pelo

(4) CARONE, Edgar, *op. cit.*, p. 7.

qual se fortaleceu e surgiu a plena luz o poder das oligarquias regionais" (5).

A Constituição de 1891 impôs a forma federativa de Estado e a importância dos Estados na nova ordem econômica. Cada Estado passou a ter direito de contrair empréstimos no exterior, de decretar impostos de exportação, de reger-se por suas próprias Constituições, de ter códigos eleitorais e corpos militares próprios.

Nossa análise da Primeira República irá se referir ao princípio da autonomia dos Estados e as outras coordenadas legais, como a ampliação do regime representativo, relacionados às características da estrutura sócio-econômica. Por si sô, o antecedente jurídico da federação é insuficiente para explicar os traços gerais do sistema político brasileiro da República Velha: a fragilidade relativa da União, a inexistência de partidos nacionais e a oligarquização do poder.

3. A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Em Santa Catarina o processo de instalação da República foi pacífico. Já existia uma tradição republicana o que, de certa forma, facilitou a formação da junta governativa (6).

(5) COSTA, Cruz. "Pequena História da República". 2. ed., Rio, Civilização Brasileira, 1972, p. 46.

(6) Em Santa Catarina, a partir de 1870, foram organizados clubes republicanos em vários municípios, por iniciativa dos jovens republicanos: Luis Nunes Pires, Emílio Blum, José Veiga, José Araújo Coutinho, Raulino Horn, Esteves Júnior e outros.

Em fins de novembro de 1889 foi nomeado governador militar Lauro Muller, posteriormente eleito pela Assemblêia Constituinte (maio/1891) para o Executivo Estadual. Lauro Muller permaneceu à frente do governo até dezembro de 1891 quando foi deposto, em consequência da crise republicana gerada com a renúncia de Deodoro (7).

Os antigos partidos monarquistas aderiram prontamente à República: o partido liberal passou a representar a corrente federalista no Estado; o Partido Conservador e os republicanos históricos organizaram o Partido Republicano. Mais tarde, unidos por força das circunstâncias, federalistas e republicanos integram o Partido Republicano Catarinense.

A permanência na política dos antigos titulares dos partidos Monarquistas, Liberal e Conservador, nos leva a concluir que não havia incompatibilidade profunda entre os velhos quadros e o que representavam com a nova ordem política. Mesmo porque, os partidos Liberal e Conservador, como nos sugere Artur Boiteux, "eram dois partidos exclusivamente eleitorais que se esforçavam para o triunfo dos seus candidatos à deputação, à assemblêia geral, por afeições pessoais, sem proclamarem idéias, princí

(7) A influência militar, nos primeiros anos de República, foi sem dúvida bem acentuada, a ponto de apenas metade dos Estados serem governados por civis. Lauro Muller, republicano da escola de Benjamin Constant, veio com mandato especial de governador para Santa Catarina, seu Estado natal. Foi eleito governador em 1891, 1902 e 1918. Manteve-se na chefia do partido Republicano Catarinense até falecer em 1926.

pios (...) (8).

Federalistas e republicanos, inicialmente, mantiveram um comportamento pacífico mas, depois de 1891, desencadearam um processo violento de disputa pela hegemonia política do Estado.

Os movimentos desse período são complexos. Primeiro, porque as lideranças agiam desordenadamente, prendendo-se mais a interesses locais e pessoais e, não tanto, a fórmulas políticas. Segundo, as lutas acabaram se confundindo com um movimento muito mais abrangente e violento, a Revolução Federalista que, originando-se no Rio Grande do Sul alcançou Santa Catarina e o Paraná (9).

Após o período conturbado da Revolução Federalista e dos governos militares, a política partidária é reorganizada com pleno domínio do Partido Republicano. Os federalistas ficaram na difícil situação de oposição (10). A "política dos governadores"

(8) BOITEUX, Arthur. "Os Partidos Políticos de Santa Catarina". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 23. A Constituinte de 1891 era formada de republicanos históricos, conservadores e liberais. Ver sobre o assunto: CABRAL, Oswaldo. "Breve notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina". Florianópolis, Lunardelli, (s.d.)

(9) Sobre os acontecimentos políticos e revolucionários ocorridos em Santa Catarina durante o governo de Floriano Peixoto, ver: CABRAL, Oswaldo. "História de Santa Catarina". 2.ed., Rio, Editora Laudes, 1970, p. 260-77.

(10) O mês de julho de 1894 é marcado pela reorganização do Partido Republicano. Sob a chefia de Lauro Muller foram escolhidos os candidatos ao governo do Estado e aos demais cargos a serem preenchidos no legislativo federal e estadual. As eleições vão ocorrer sem competição. Aliás, a forma usual nos pleitos para o executivo estadual era não aparecer competidores, com candidatos únicos.

iniciada no governo de Campos Sales (1898-1902) vai restringir todas as possibilidades do jogo eleitoral e dos métodos de luta política, dificultando tanto a criação como a manutenção de partidos de oposição nos Estados.

Em 1902, os federalistas uniram-se aos republicanos. A política partidária do Estado, a partir daí, fica reduzida a um único partido, o Republicano Catarinense, de estrutura regional.

É interessante notar que a fusão dos dois partidos, no plano estadual, coincide, no plano federal, com o fim do governo de Campos Sales que idealizara a "política dos governadores" ou dos Estados como ele preferia chamar (11).

Essa política consiste, fundamentalmente, em outorgar uma dominação política aos executivos estaduais, incluindo respeito pelo governo federal às decisões dos governadores, em troca de um partido forte e apoio governamental, sem divisões que pudessem interferir nos trabalhos do Congresso e, desta forma, na política

(11) "Outros deram à minha política a denominação de política dos governadores. Teriam talvez acertado se dissessem - política dos Estados. Esta denominação exprimiria melhor o meu pensamento". Campos Sales, "Da propaganda à presidência" (São Paulo, 1908), p. 236. Citado por SOARES, Glaucio, "Sociedade e Política no Brasil". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, p. 18.

administrativa financeira do governo (12).

Para executar essa política, modifica-se o mecanismo de verificação de poderes o que vai significar apoio total aos situa
cionismos estaduais (13).

(12) Afonso Arinos de Melo Franco, em "Teoria e História dos Par
tidos políticos no Brasil" (2a. ed., São Paulo, Alfa Omega, 1974, p. 55) disse que a "política dos governadores" repre -
sentava o fruto da mentalidade anti-partidária da primeira
geração republicana. Todas as tentativas de formação de par
tidos nacionais, apesar de inspirados por grandes políticos,
como: Rui Barbosa, Francisco Glicério e Pinheiro Machado,
não deixaram rastro pelo insucesso alcançado.

(13) A Comissão de Verificação de poderes (art. 18 da Constitui -
ção de 1891) era constituída de elementos da Câmara Federal
(nos Estados, da Assemblêia Legislativa) e estava incumbida
de receber as atas eleitorais, verificar se houve ou não
fraude, proclamar e diplomar os eleitos. Depois de todo o me
canismo de pressão, da briga dos coronéis pelo poder local,
voto de cabresto e controle das mesas eleitorais, essa comi
são representava o organismo de última instância no plano
eleitoral. Antes da reforma de Campos Sales nomeava-se o
mais velho dos deputados eleitos para presidente interino da
Câmara que, por sua vez, escolhia a comissão que iria organi
zar a lista dos diplomados. Depois da reformulação, em vez
do mais velho, ocupava a presidência o deputado que foi elei
to e serviu como presidente na última sessão legislativa. As
sim, sem o perigo de surpresa, o governador sabia quem
escolheria a próxima comissão de verificação e que todas as
oposições seriam seguramente vetadas por esse organismo.

Rodrigues Alves defendendo a política de Campos Sales, dizia:

"(...) a intenção de Campos Sales é apoiar os governadores dos Estados e aceitar como princípio, como base de verificação, as eleições feitas pelos partidos desses governadores, aceitar como candidatos legítimos, os candidatos que fizeram parte das chapas oficiais" (14).

A verificação de poderes, como sistema controlador dos governadores, servia como instrumento de pressão para convencer os mais recalcitrantes, ou para "degolar" as oposições. A partir de 1900, a sorte da eleição dependia dos governadores dos Estados. Os candidatos designados em função dos conchavos políticos eram automaticamente eleitos bastando para isto a assinatura pela maioria da Câmara Municipal da ata geral da apuração eleitoral ou "diplomas". A verificação de poderes vetava ou degolava a minoria dissidente, restringindo, desta forma, as possibilidades da oposição de se fazer representar (15).

(14) CARONE, op. cit., p. 177.

(15) A ata geral da apuração das eleições era assinada pela maioria da Câmara Municipal da Capital, competente por lei para apurá-la (Regulamento Alvim, de 23.11.1890; Lei nº 3.208, de 27.12.1916). Sobre o Conselho Municipal de Florianópolis, sob a presidência de Hercílio Luz, ver: PAULI, Evaldo. Hercílio Luz Governador inconfundível. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1976.

Esse sistema de apoio aos governos estaduais vai significar a permanência daqueles grupos oligárquicos que estão no poder no momento da aplicação da política dos Estados (16).

As eleições de 1900 para a Assembléia Legislativa, no Estado, provam o benefício dessa política a favor do grupo que estava no poder (Governo de Felipe Schmidt). Sairam vitoriosos os candidatos situacionistas, e foram expurgados, em sua maioria, os candidatos federalistas e os hercistas que representavam, naquele momento, a oposição (17).

Não foi evidentemente Campos Sales - com a sua política - quem criou as oligarquias. Elas existiam na Colônia e no Império. O chefe político local sempre foi o potentado rural mais forte. Na República apenas são reforçados, porque obtêm o comando municipal e estadual.

(16) Adoto o conceito de oligarquia formulado por Helvécio de Oliveira (in CAVALCANTI, Themistocles et alii. O voto distrital no Brasil. Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1975, p. 169) - "Oligarquia é a dominação do poder político por um número limitado de indivíduos, pertencentes a um único estrato social, e é identificado, em grande maioria, com a dos grandes proprietários e produtores rurais". Com o mesmo entendimento, ver: CARONE, Edgar. Op. citada. p. 151.

(17) Em 1900, Hercílio Luz chefiou a ala dissidente do Partido Republicano Catarinense. Os hercistas não aceitaram a chapa oficial de 22 nomes, para a Assembléia Legislativa, indicada pelo governador Felipe Schmidt. Os eleitos, integrantes da chapa hercista, foram quase todos vetados pela verificação de poderes. O mesmo ocorreu com os candidatos do Partido Federalista. Ver, CABRAL, Oswaldo. História de Santa Catarina, 2a. ed., Laudes, 1970, p. 283.

A política dos governadores apenas solidificou e estimulou os grupos oligárquicos, então seguros do domínio permanente.

Helvécio de Oliveira, ao tratar da dominação oligárquica na Primeira República, diz que, ao término do estamento militar, isto é, com a saída de Floriano Peixoto, a classe de proprietários rurais ficou sendo o estrato dominante ao nível federal, pois já o era desde o início da República nos planos municipal e estadual. Em qualquer dos sub sistemas "clássicos" do sistema político, a oligarquização era a nota característica (18).

As oligarquias máximas no plano federal eram aquelas de onde saíam, direta ou indiretamente, os ocupantes da presidência da República. As oligarquias estaduais, por sua vez, eram coordenadas pela presidência da República. Do Presidente, os governadores recebiam a consolidação da dominação e uma inteira liberdade de ação para se manterem no poder; dos governadores, o Presidente recebia o apoio maciço dos deputados que, sob pena de encerrarem as suas carreiras políticas, abdicavam da sua iniciativa e independência inerentes à representação popular (19).

Quanto às dissidências oligárquicas estaduais, segundo Helvécio de Oliveira, "restava o caminho comum aos antagonismos sem objetivo - pois pertenciam a mesma camada social - e sem alternativas: reconciliar-se com o situacionismo ou esperar, marginalizados, por melhores ventos" (20).

(18) Entende-se aqui por sub-sistemas clássicos aqueles definidos segundo os níveis do regime federativo brasileiro: municipal, estadual e federal. OLIVEIRA, Helvécio. Op. cit., p. 169.

(19) OLIVEIRA, Helvécio. Op. cit., p. 194.

(20) Idem. Op. cit., p. 194.

Institucionalizou-se, pois, um processo político excludente e funcional. Excludente, à custa de seu maior fechamento às camadas não oligárquicas. Funcional porque, sem possuir outra estrutura de agregação, dependia apenas dos conflitos entre a cúpula dirigente e não de lutas entre as classes (21).

4, A POLÍTICA A NÍVEL LOCAL

Desde os primeiros momentos da República, como já foi observado, a classe agrícola se tornara o estrato dominante na maioria dos segmentos da sociedade.

Aos proprietários rurais, donos do principal meio de produção, foi dado o nome genérico de "coronel". No sentido político, o coronel é o proprietário rural, cujo espaço de dominação direta e vivência é o município. Ultrapassados estes limites, re

(21) Empregamos, aqui, "classes sociais" na acepção de Costa Pinto, L.A. "Sociologia e Desenvolvimento", (3a. ed., Rio, Civilização Brasileira, 1970, p. 188): "Classes sociais são grupos ou camadas de indivíduos que se diferenciam, basicamente, pela posição que ocupam na organização social de produção. Essas classes se relacionam e se superpõem formando um sistema de classes que é parte integrante da estrutura social e que, historicamente, se transforma com a transformação da sociedade. A posição das diferentes classes na estrutura social é fundamentalmente determinada por suas relações com os meios de produção e com o mercado, e daí, pelo volume, pelo modo de ganhar e pelo modo de empregar a porção de riqueza que dispõe".

serva-se às dominações políticas, o nome de oligarquias regionais (22).

Vitor Nunes Leal, cuja obra pioneira "Coronelismo, Enxada e Voto" orientou e continua a orientar os estudos sobre o poder local no Brasil, concebe o "coronelismo" como o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a

(22) "O coronelismo tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República e cujas raízes remontam ao Império, já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança não configurada legalmente, mas que existiam de maneira informal. Uma das surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a proclamação da República, foi a persistência e na manutenção deste sistema que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. A Constituição de 1891 outorgou o direito de voto a todo o cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado; assim, pareciam extintas as antigas barreiras econômicas e políticas, e um amplo eleitorado poderia, teoricamente, exprimir livremente sua escolha. Logo se verificou que a extensão do direito do voto não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais e citadinos que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base eleitoral se alargara, mas os chefes locais continuavam os mesmos e, elegendo para as Câmaras, para as Presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos" (QUETROZ, Maria Isaura Pereira de. "O mandonismo local na vida política brasileira", São Paulo, Alfa Omega, 1976, p. 163).

O título marcial de "coronel" havia se originado dos títulos da Guarda Nacional que eram vendidos tendo em vista os reclamos de liquidez do Tesouro Nacional. A patente mais elevada era a de coronel. Este posto revelava a melhor posição na estrutura sócio-econômica das diversas regiões.

uma estrutura econômica inadequada. Neste conceito, o coronelismo seria "uma troca de proveitos entre um poder público fortalecido e um poder privado decadente" (23).

Com a extensão do direito do sufrágio (estabelecido pela Constituição de 1891), passaram a ter importância fundamental nos pleitos eleitorais, os votos dos trabalhadores rurais, que constituíam a massa da população brasileira. Com isso, cresceu a influência do coronel, do chefe político local, em cuja dependência se encontrava a grande parcela do eleitorado rural (24).

(23) LEAL, Vitor Nunes. "Coronelismo, Enxada e Voto". 3a. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975, p. 252.

(24) "O prestígio do coronel advém da capacidade de prestar favores. Quanto maior esta capacidade, maior o eleitorado e mais alto se coloca na hierarquia política". Esta observação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (op. cit., p. 191) enseja alguns comentários sobre o clientelismo considerado um fator perturbador da autenticidade eleitoral e que nasceu do subdesenvolvimento e da dependência dos estratos excluídos da sociedade, principalmente, os trabalhadores rurais. Para Jean François Médart, no seu trabalho "Le rapport de clientèle du phénomène social à l'analyse politique" (in Revue Française de Science Politique, 26(1): 103-31, fev. 1976), a relação de clientela ou patronagem é uma relação de dependência pessoal, não ligada ao parentesco. Repousa sobre uma troca recíproca de favores entre duas pessoas, o patrão e o cliente, que controlam recursos diferentes, ou melhor, desiguais. O clientelismo é uma relação bilateral e particularista, porque liga duas pessoas naquilo que elas têm de particular e específico. Também é uma relação afetiva. Ela envolve sentimentos de fidelidade, de amizade e afeição. A dependência aparece na relação de clientela devido a desigualdade das duas partes. Patrão e cliente controlam recursos desiguais. A desigualdade de recursos reflete desigualdade de "status", de riqueza e de influência. Isto não quer dizer que seja uma relação de exploração ou que a relação de clientela repousa sobre a coerção.

A patronagem política (ou a máquina política) corresponde, das relações de clientela, a mais especificamente política. A máquina política pode ser analisada, no plano estrutural, como uma pirâmide de clientes: na base, os eleitores, clientes de um chefe político e, este, cliente de um super patrão.

Despejando os seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federal, os dirigentes políticos locais fizeram-se credores de especial recompensa que consistia em ficarem com as mãos livres para consolidarem a sua dominação política no município.

Por sua vez, o poder público estadual saía fortalecido, tanto no aspecto financeiro como no político. A estrutura encarregada do governo e da administração tornava-se cada vez mais importante e necessária aos municípios, principalmente os mais carentes de recursos. Desta forma, a "política dos governadores" permitiu a montagem de uma máquina eleitoral que fortaleceu o poder público e que se foi consolidando pelo refletido emprego deste mesmo poder para fins político-partidários e para garantir a preponderância da situação em relação aos chefes locais (25). Não é, pois, de estranhar, como frisou Vitor Nunes Leal, que o coronelismo fosse um sistema essencialmente governista. O pior mal que poderia acontecer a um chefe local era ter o governo estadual como adversário. Por isso, os coronéis sempre buscaram, arduamente, o apoio governamental.

(25) O princípio federalista consagrado pela Constituição de 1891 deu aos Estados ampla autonomia, com a possibilidade:

- a) apropriarem-se da receita de exportação, a mais importante da época; b) constituírem as suas próprias forças militares; c) organizar a justiça estadual.

Essas atribuições, em primeiro lugar, possibilitaram uma autonomia real dos Estados e certa hegemonia, pois passaram a dispor de recursos para comprar, através de empregos e obras públicas, o apoio político que necessitam.

"A falta de autonomia legal do município nunca chegou a ser sentida como problema crucial, porque sempre foi compensada com uma extensa autonomia extra legal concedida pelo governo do Estado" (26).

Da mesma forma, o deputado estadual ficava jungido ao governo do Estado, de quem dependia, em última análise, a sorte das eleições. A reeleição ou a sua promoção política estava garantida enquanto soubesse ou pudesse manter boas relações com a situação do Estado. Essa necessidade de estar bem com a situação explicaria, na opinião de Vitor Nunes Leal, as atitudes dos legisladores estaduais que deixaram de utilizar seus poderes (a iniciativa e independência inerentes à representação popular) para vitalizar a organização municipal e, assim, contribuir para libertar o seu eleitorado da influência absorvente que sobre ele exercia o governo através dos chefes locais (27).

Em Santa Catarina, o mando político de padrão coronelístico também foi uma realidade. Trata-se de tema ainda pouco pesquisado o que nos permite traçar um perfil do sistema, apenas na região serrana, onde ocorreu a "Guerra do Contestado" e, por isso mesmo, foi mais analisada nos seus aspectos políticos e sócio-econômico (28).

(26) LEAL, Vitor Nunes. Op., p. 255

(27) Idem, p. 5.

(28) Sobre a Guerra do Contestado, ver: VINHAS, Maurício. "Messianismo e Conflito Social". Rio, Civilização Brasileira, 1966; CABRAL, Oswaldo. "História de Santa Catarina". 2a. ed., Rio, Editora Laudes, 1970.

Cada município da região serrana tinha o seu chefe político (ou chefes) que era o "coronel" por excelência, vinculado por laços de colaboração mútuos aos demais coronéis da área e ao governo do Estado, ao qual apoiavam em troca de favores e de carta branca para governar o município.

O coronel era, via de regra, um dos fazendeiros mais próspero do município ou zona de influência: os Thomas Vieira, em Canoinhas; os Henrique de Almeida Filho, em Curitiba; os Chiquinho de Albuquerque, também, em Curitiba; os Henrique Rupp, em Campos Novos; os Ramos, em Lages, etc. (29).

Maria Isaura de Queiroz, em sua pesquisa sobre a estrutura coronelística em Santa Catarina, classificou-a de indireta, por estar dividida em chefes maiores e menores que disputavam o poder local de um lado e, o regional, do outro, buscando a aliança com os Ramos, a família hegemônica regional (30).

Maurício Vinhas apresenta a região serrana catarinense (atividades agro-pecuárias extrativas), como de rígida hierarquia social, obedecendo à seguinte escala: coronéis, fazendeiros, criadores, lavradores, agregados e peões. Isto não quer dizer que a estrutura coronelística fosse fechada à ascensão social, econômica e política dos indivíduos. Todavia, dependia daqueles que ocupavam os escalões mais elevados e dava-se sob a sua influên

(29) VINHAS, Maurício. *Op. cit.*, p. 37.

(30) QUEIROZ, Maria Isaura. *Op. cit.*, p. 170-71.

cia (31).

Os chefes políticos locais dominavam a administração, a Câmara Municipal, o Poder Judiciário e a polícia.

Maurício Vinhas registra uma passagem muito interessante na sua obra sobre a Guerra do Contestado, onde o jovem promotor de Curitiba, Henrique Rupp, filho de coronel, não queria admitir que um chefe político local, o Coronel Albuquerque, pudesse ser o senhor absoluto de todas as coisas, mandar prender, processar, soltar (32).

Geralmente, o chefe político municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, tornava-se um absenteísta das atividades rurais. Voltava ao feudo eleitoral para visitar familiares, descansar ou, mais frequentemente, para fins eleitorais. A carreira política já o teria levado para a deputação estadual, federal ou para uma posição de relevo na admi -

(31) VINHAS, *Op. cit.*, p. 37-38. "O Coronel Francisco de Albuquerque principiou, relativamente, pobre (...) Abriu venda em Curitiba e acumulando as funções de comerciante com as de agente da poderosa família Ramos, os maiores latifundiários pecuaristas de Lages, venceu na política".

(32) VINHAS, *Op. cit.*, p. 70.

De acordo com Vitor Nunes Leal (*Op. cit.*, p. 38), os favores prestados, usualmente, pelos chefes políticos, eram os seguintes: "arranjar empregos, emprestar dinheiro, avalizar títulos, contratar advogado, providenciar médico e hospitalização; influenciar jurados, estimular e preparar as testemunhas, dar pousada e refeição, impedir que a polícia tomasse as armas de seu protegido, batizar, apadrinhar casamento, redigir cartas, contratos, compor desavenças, colaborar na legalização de terras, forçar casamentos".

nistração estadual.

5. A POLÍTICA A NÍVEL ESTADUAL

As chefias regionais não passavam de uma projeção, para o plano estadual, do fenômeno local do coronelismo. Evidentemente, nem todas as lideranças eram coronelísticas, a não ser se alargarmos excessivamente o conceito. Constituíam, no entanto, grupos de elite integradas às oligarquias situacionistas ou dissidentes (33).

As lideranças eram fundadas na conjugação de vários fatores que iam desde a capacidade pessoal de liderança e/ou o prestígio da família tradicional, até a utilização de um recurso profissional mais moderno e muito usado em política, como o exercício da medicina, da advocacia, da farmácia ou da atividade industrial (34).

(33) Entendemos por elite "a minoria prestigiada e dirigente, composta em geral, de elementos da camada alta da sociedade cujos interesses ela defende e exprime. Esses dirigentes se encontram divididos em vários sub-grupos e, no Brasil, podem ser classificados da seguinte maneira: política, militar, econômica, religiosa e burocrática", cf. RÉGIS, Osni. "Classe Social e Poder. Florianópolis, s. ed. 1955, p. 3.

(34) A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda a parte médicos, advogados, farmacêuticos e professores, cuja ilustração relativa se reunida a qualidades de comando e dedicação os habilitava a chefia política. Sobre o bacharelismo no Brasil, ver: CARONE, op. cit., p. 155.

Em menor escala, a liderança era determinada pela posse de qualidades pessoais inequívocas, o carisma que, segundo Max Weber, ocorre quando a autoridade se fundamenta em dons pessoais e extraordinários (35).

Sobre os chefes de âmbito estadual, diz Maria Isaura Queiroz que já existiam durante o Império, e a forma pela qual adquiriam ascendência sobre os demais, permanecia a mesma na República: ou porque possuíam grande eleitorado ou por se terem destacado na vida nacional, fosse na política ou em outra atividade (36).

Em Santa Catarina, temos, no primeiro caso, o exemplo de Hercílio Luz; e, no segundo, de Lauro Muller, cuja carreira brilhante, no plano nacional, capacitara-o à chefia política do Estado. O mesmo fato ocorreu, depois de 45, com Nereu Ramos (37).

Quanto às oligarquias estaduais, Edgar Carone apresenta dois tipos básicos: aquelas dos grandes Estados, onde as diferenças de interesses encontram-se institucionalizadas e, portanto, minimizadas por uma estrutura de agregação suficientemente autônoma: o Partido Republicano; e a dos Estados mais atrasados, onde as tensões ao nível das elites oligárquicas estaduais não estavam agregadas por uma estrutura autônoma, pois os partidos ficavam sob o estrito controle da facção oligárquica dominante, que, por isso mesmo, tendia a se eternizar no poder (38).

(35) WEBER, Max. "Ciência e Política". 2a. ed., São Paulo, *Cultura*, 1972.

(36) QUEIROZ, Maria Isaura. *Op. cit.*, p. 118.

(37) Sobre a liderança de Hercílio Luz, ver: PAULI, Evaldo. *Op. cit.*, p. 240.

(38) PAULI. *Op. cit.*, p. 245.

Comparando a situação catarinense à tipologia de Caro ne, observamos que, apesar de apresentar nuances próprias, aproximava-se mais do primeiro tipo. O Partido Republicano Catarinense foi, praticamente, em seu período de existência, chefiado por Lauro Muller. Mas as contestações à sua chefia, as cisões ocorridas, principalmente nas épocas eleitorais, evidenciam a presença de grupos antagônicos nos quadros da direção do partido, lutando pelo governo do Estado. Hercílio Luz, chefiava, sem sombra de dúvida, uma das correntes, que, segundo o seu biógrafo, Evaldo Pauli, representa a "linha aberta do partido" (39).

Essas crises cíclicas eram superadas ou amortecidas pela organização partidária, pois esta não representava apenas a vontade particular de Lauro Muller, dado que, em seus quadros dire

(39) PAULI. *Op. cit.*, p. 245.

cionais, havia mais de uma facção oligárquica (40).

-
- (40) A título de ilustração reproduzimos aqui algumas passagens retiradas das obras de Oswaldo Cabral, "História de Santa Catarina", e Evaldo Pauli, "Hercílio Luz", que bem evidenciam as dissidências no seio do Partido Republicano Catarinense:
- "A ausência de Lauro Muller do Estado, onde não possuía feudo dos eleitorais, oferece aos políticos locais alegações para combatê-los e força para substituí-lo". Pauli, p. 239.
- "Data de 1894 os primeiros sinais de futuras dissensões entre Hercílio Luz e Gustavo Richard". Pauli, p. 248.
- "Dentro de cada quadriênio de governo as divisões de correntes políticas, que se cindem e se unem, se dão em função as eleições". Pauli, p. 244.
- "Em 1900, por ocasião das eleições para deputados estaduais, o Partido Republicano, que vinha desde o fim da Revolução de 1893, dominando inteiramente a política estadual sofreu uma cisão, tendo chefiado a dissidência o ex-governador Hercílio Luz". Cabral, p. 283.
- Sobre a importância e o alcance do movimento civilista em Santa Catarina diz Pauli, p. 295: "(...) não se criará um novo partido, exatamente, porque o movimento conseguirá impor-se ao próprio Partido dentro do qual nascera".
- "As eleições para o executivo estadual foram mais uma oportunidade para a manifestação das divisões internas do Partido Republicano. Os candidatos Felipe Schmidt e Ferminio Rego, respectivamente para governador e vice, não tiveram votação homogênea, porque a linha dura se omitiria de votar no vice". Pauli, p. 253.
- "Em 1918, (...) Lauro Muller, que se tornara uma das grandes figuras da política nacional, desejou fazer Governador de Santa Catarina, o Dr. Abdon Batista.
- Contra esta candidatura rebelou-se Hercílio Luz e de tal modo dividiram-se as influências políticas do Partido Republicano, que Lauro teve de ceder, tendo então aceito a própria candidatura para salvar as aparências (...)" Cabral, p. 283.

Das noções preliminares já recolhidas, pode-se deduzir que as dissidências no Partido Republicano eram resolvidas entre acordos e desacordos, de tal forma que os grupos compunham-se e se decompunham. Neste quadro político, eram sempre os mesmos homens que se revejavam no governo do Estado e nas Casas Legislativas. Disse, a respeito o Professor Osvaldo Cabral:

"A representação política de Santa Catarina nas duas Casas do Parlamento esteve sujeita (...), a um sistema de rodízio tal que os homens passavam dos cargos de governo para os de representação e vice-versa, em arranjos e manobras políticas que, ao final, apresentavam sempre os mesmos valores" (41).

Os estudos sobre a Primeira República são unânimes em afirmar que o sistema político era, do ponto de vista formal e jurídico, uma democracia liberal, mas, na prática, era fechado e excludente. Hermes Lima observa que o maior defeito do sistema foi a estagnação da vida representativa: *"(...) a vida pública convertera-se num jogo de cúpula, de que só participavam os iniciados, as oligarquias ostensivas ou disfarçadas" (42).*

A mudança mais significativa na vida política catarinense ocorreu quando Nereu Ramos fundou a Reação Republicana em divergência a Hercílio Luz, então governador do Estado. É o início de uma divisão que vai representar o desenvolvimento de um proces

(41) CABRAL, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 296.

Sobre a representação política de Santa Catarina no Congresso Nacional, ver Cabral, op. cit., p. 296-9.

(42) LIMA, Hermes. "Federalismo e Presidencialismo". in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 7 (nov. 1959), p. 86.

so bi-partidário em Santa Catarina, com reflexos cada vez mais profundos para o futuro. Os Ramos integram e desenvolvem o Partido Liberal, da Revolução de 30, para finalmente comandar o Partido Social Democrático. Na seqüência do Hercilismo ficará o Partido Republicano que, através de Adolfo Konder, alcançará o ano de 1945, integrado na legenda da União Democrática Nacional (43).

Os conflitos que vieram à tona em 1922, não se afastavam do padrão de conflitos de cúpula. As partes conflitantes não propunham nenhuma modificação radical no sistema político, nem se caracterizavam em função de posições ideológicas.

Para Glaucio Soares o que motivava a continuidade da política oligárquica era a combinação entre um aparelho político montado em bases estaduais e, no interior do Estado, em bases municipais, com um sistema de classes profundamente desigual (44).

A irrelevância política das camadas sociais urbanas, sobretudo a pequena burguesia e o proletariado, não propiciava o

(43) PAULI, *Op. cit.*, p. 336.

(44) SOARES, Glaucio. *Op. cit.*, p. 29.

desenvolvimento político fundado em partidos de base social mais extensa (45).

(45) "(...) durante a Primeira República, as camadas médias urbanas constituíram um aglomerado heterogêneo (dos pontos de vista da sua origem, profissional e racial) e numericamente inexpressivo. Estes fatores dificultaram o seu reconhecimento como grupo "para si" e a sustentação de um projeto político que as empurrasse para um futuro melhor (...)

(...) o crescimento do setor industrial, na Primeira República, processou-se de um modo fácil e oportunista. Isto explica em grande parte a passividade política do empresariado industrial no período.

Renunciando ao papel de agente do industrialismo, o grupo industrial garantiu para si a possibilidade de absorção pelo sistema político oligárquico.

(...) a situação do operariado na Primeira República atesta o caráter fechado do sistema político em funcionamento. Vivendo em péssimas condições (salários, horas de trabalho, higiene, alimentação, moradia), viram as duas demandas sócio-econômicas serem reprimidas pelo governo e o problema operário ser tratado com um problema técnico-criminal. (...) Somente após 1930, o operariado terá as suas demandas potenciais parcialmente atendidas (e frustradas), sendo assim integrado (ainda que de modo paternalista e não como um verdadeiro agente político) ao sistema político". (SAES, Décio. "Classe média e Política na Primeira República". Petrópolis, Vozes, 1975, p. 42, 56, 78 e 81).

Ainda sobre a participação das camadas populares urbanas no processo político brasileiro, ver: IANNI, Otavi. "O colapso do populismo no Brasil". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

A revolução de 30 será o ponto de partida de um longo processo de transformação política cujos traços dominantes são: as tendências de liquidação do Estado Oligárquico e a formação de um Estado Democrático Nacional, apoiado nas camadas populares e nos setores ligados à industrialização.

6. A REVOLUÇÃO DE 30

As sucessões presidenciais, pelo seu caráter nacional, sempre apresentavam momentos de crise na estrutura articulada pelas oligarquias para o pleno domínio da representação. A campanha civilista, em 1910, a Reação Republicana, em 1921 e a Aliança Liberal, em 1926, são exemplos de movimentos que manifestavam o in conformismo ao regime político vigente, a política dos governadores e a farsa dos processos eleitorais (46).

Este último movimento, a despeito de ser a continuação dos dois primeiros, possuía características diferentes. Começou entre a jovem oficialidade brasileira através de um movimento chamado "tenentismo" cujo desejo de moralização política despertou as simpatias do setor liberal da sociedade.

(46) "A oposição civilista, representada por Rui Barbosa, o jurista culto e erudito, e o militarismo, representado pelo Marechal Hermes da Fonseca, o militar inculto e bronco, originase, a meu ver, um longo processo de idéias que conduzirá ao fenômeno político do tenentismo e aos ideais burgueses liberais ditos progressistas que preparam a Revolução de 30". (CRUZ, Costa. Op. cit., p. 76).

O "tenentismo", que exprimia o ideário, as reivindicações e as ações armadas dos jovens tenentes, sobreviveu. E a crise de 1929 permitiu ao movimento aglutinar-se com outras forças políticas, algumas tradicionais, como aquelas representadas pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que haviam se libertado da velha coalizão oligárquica e indicado candidato próprio à Presidência da República pela legenda da Aliança Liberal (47).

A rebelião dos tenentes e todas as que a sucederam: a Rebelião de Isidoro (1924) e a Coluna Prestes (1924-25), vão desemboçar na Revolução de 30. Esta reunia, portanto, como suas componentes principais, a corrente tenentista, os setores da classe média urbana e as oligarquias dissidentes.

Ao se referir à composição heterogênea dos revolucionários de 30, o historiador Raimundo Faoro, disse:

"(...) desencantos, frias decepções e ousa dos idealismos estruturavam-se sob a mesma bandeira; o combate - era contra as oligarquias estaduais; (...) contra a farsa da representação nacional, com a intervenção do Presidente da República em sua própria sucessão e das sucessões estaduais; (...) contra o estadualismo opressivo (...)" (48).

(47) Sobre o movimento dos tenentes, ver: Santa Rosa, Virgílio. *Que foi o Tenentismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

(48) FAORO, Raimundo. "Os donos do poder". Porto Alegre, Globo, p. 247.

Ainda que o esquema de forças que sustentara a Revolução incluísse setores da classe média (burocracia militar e civil), os grupos oligárquicos também cobraram a sua participação no movimento e isto decretou limites estreitos à revolução nos seus aspectos sociais e econômicos (49).

O movimento determinou o fim da hegemonia exclusiva dos proprietários da terra. Contudo, ainda não se podia falar em uma revolução sócio-econômica.

(49) "Encontramos nas classes médias urbanas os grupos mais importantes que pressionaram no sentido da derrubada da oligarquia. Destas camadas constituídas em maior parte por funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissionais liberais saem os líderes mais radicais (em geral militares, os tenentes) dos movimentos da década de 20. Constituíam também o setor dominante da opinião pública, que dirigem no sentido da realização das aspirações liberais-democráticas, principalmente o voto secreto. (...) as classes médias brasileiras não possuíam condições sócio-econômicas que lhe permitissem uma ação política autônoma em face dos interesses vinculados à grande propriedade agrária (...). Não conseguiram formular uma ideologia adequada à situação brasileira; adotaram princípios da democracia liberal que nas línhas gerais constituíam o horizonte ideológico dos setores agrários. Ademais, suas ações nunca puderam superar radicalmente e com eficácia os limites institucionais definidos pelos grupos dominantes". (WEFFORT, Francisco. "Estado e massas no Brasil". in: *Civilização Brasileira*, nº 7, maio 1966, p. 137). Sobre a composição de classe da Aliança Liberal ver, também: BORIS, Fausto Boris. "A revolução de 30". São Paulo, Brasiliense, p. 137.

No entanto, com o Estado Novo, o Brasil conhece um crescimento importante na economia. A política econômica de Vargas, caracterizada por uma participação direta do Estado no setor industrial, favoreceu a formação de quadros técnicos e administrativos; gerou igualmente uma classe trabalhadora organizada em bases corporativas - e desfrutando de vantagens sociais até então in-existentes - e acelerou o fenômeno da urbanização (50).

Como já frisamos, a Revolução de 30 foi o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, cujos traços dominantes são a liquidação do Estado Oligárquico e a formação do Estado Nacional, mas certamente só vai realizar mais nitidamente as suas tendências a partir de 1946 quando se estabelecem normas e medidas para a instalação de uma estrutura democrática no País (51).

(50) "Apesar dos milagreiros da revolução de 1930 proclamarem que foi ela responsável por todo o processo de hoje, que representa a supremacia da burguesia sobre a oligarquia agrária, a vitória da indústria sobre a agricultura, a hegemonia da cidade sobre o campo, na verdade todo o processo de mudanças estrutural e social se dá principalmente, durante o Estado Novo". (CARONE, Edgar. "A Terceira República". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976, introdução.

(51) "(...) o período posterior a 30 é também o período em que ganha intensidade, os processos de industrialização e urbanização. Assim, após 1945, a presença de massas urbanas na política torna-se um fato muito mais importante do que se poderia apresentar sob a ditadura. Deste modo as lideranças populistas aparecem com importância decisiva em todos os pleitos nacionais" (WEFFORT, Francisco. Op. cit., p. 146).

Um dos aspectos mais apreciáveis do processo revolucionário que o País viveu de 30 a 45, foi o de criar alternativas políticas para o regime que o seguiu. A transformação das eleições (legislação eleitoral, sistema proporcional, Tribunal Eleitoral, voto secreto) e o fortalecimento do Estado democrático, facilitaram a organização da política ao redor de interesses das classes nacionais, diminuindo, assim, o poder das oligarquias (52).

Afonso Arinos de Melo Franco, ao apreciar o fim da política dos Estados, diz que o sintoma da decadência dessa política foi o reaparecimento da mentalidade partidária. Como não se poderiam formar partidos sérios com o apoio do sistema eleitoral vigente, de voto a descoberto e representação majoritária, os primeiros esforços daquela mentalidade se desenvolveram, naturalmente, em prol da reforma das eleições (53).

(52) O Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, estabelecendo o voto secreto e obrigatório, conferindo o direito de voto às mulheres e a criação da Justiça eleitoral, aboliu muitos vícios eleitorais.

(53) O Decreto nº 21.076, regulando as eleições, reconhecia a existência jurídica dos partidos e disciplinava o seu funcionamento. Mas, por outro lado, mantinha os partidos estaduais. A nacionalização dos partidos só poderia vir mais tarde como fruto natural da evolução política e da experiência centralizadora do Estado Novo.

Ainda em 1934, "os governos estaduais exerciam em seu proveito eleitoral o manejo das máquinas partidárias oficiais, o que o governo federal fechava os olhos a isto, pois precisava do apoio deles para durar" (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil". 2a. ed. Rio de Janeiro, Alfa Omega, 1974, p. 64.

Com a redemocratização em 1945, apareceram, no cenário político, classes sociais diferentes apoiadas em partidos diferentes, ao contrário da República Velha, quando os partidos representavam apenas uma classe: a dos proprietários e produtores rurais (54).

A política de 1945 se formou em grande parte, por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais: anti ou pró Vargasismo e não por clivagens sócio-econômicas nítidas. No entanto, nos estudos baseados em análises eleitorais, percebe-se a existência de vinculação sócio-econômica com o sistema político-partidário (55).

O PSD era a continuação do conservadorismo republicano, em cuja composição dominavam os proprietários e produtores rurais, portanto de base predominantemente rural e semi-rural. A UDN, um partido liberal burguês, obteve ampla penetração nos setores industriais e na classe média. Representava, na opinião de

(54) MOTTA, Paulo Roberto. "Movimentos Partidários no Brasil". Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 45.

(55) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "Estado e Partidos Políticos no Brasil". São Paulo. Alfa Omega, 1976, p. 134-5.

Sobre a formação dos partidos políticos no Brasil, ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil". 2a. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1974; MOTTA, Paulo Roberto. "Movimentos Partidários no Brasil". Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1974; BEIGUELMAN. "O processo político partidário brasileiro", in: Carlos Guilherme Mota, "Brasil em Perspectiva". S. Paulo, DIFEL, 1968; CAVALCANTI, Themistocles. "Os partidos políticos". in: Instituto de Direito Público e Ciência Política, Cinco Estados, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1955, p. 21-38.

Afonso Arinos de Melo Franco "(...) como *ideologia, o liberalismo das classes mēdias mais cultas, o liberalismo burguês, mais político que social*" (56).

O terceiro partido, o PTB, nasceu como instrumento de mobilização do voto operário em benefício de Getúlio Vargas e de seus seguidores; tinha nos sindicatos sua base organizacional urbana industrial. A diversidade dos grupos de interesse, as características da lei eleitoral e a estrutura oligárquica dos grandes partidos criaram condições para que emergissem novas formas políticas, representadas por pequenos partidos de expressão regional, personalistas ou ideológicos: o PRP, o PSP, o PDC, o PS, o PL, etc.

7. A REDEMOCRATIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

A vitória do movimento revolucionário de 1930 assegurou aos membros da Aliança Liberal (Nereu Ramos e Aristiliano Ramos, entre outros) o mando político do Estado.

Mantiveram-se unidos até 1934, quando, por ocasião da eleição para o governo do Estado, ocorreu a cisão no grupo da Aliança Liberal, dividindo-o em duas facções: uma, liderada por Nereu Ramos e, outra, por Aristiliano Ramos que, opondo-se à primeira, integrou-se à Reação Republicana, passando para o lado de Adolfo Konder.

(56) FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.*, p. 88.

No plano dos fatos cumpre notar a inexistência de partidos políticos no Estado Novo o que não impediu a permanência, nos Estados, da elite política tradicional, que não havia sido abalada em suas raízes mais profundas pela Revolução de 30.

A redemocratização, em 1945, será dirigida, em grande parte, por esta mesma elite.

Como o eixo polarizador em torno do qual se estruturaram os dois grandes partidos nacionais foi o sistema das interventorias, os que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD; os que haviam sido desalojados do poder em 1930, formaram a UDN (57).

O PTB, organizado informalmente pelos partidários da continuação de Getúlio Vargas no governo, surge como uma tentativa de aglutinar as novas forças sociais, nascidas do impulso eco

(57) "O PSD, fundado formalmente em julho de 1945, reunia sobretudo os interventores e todos aqueles responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo: comerciantes, advogados, proprietários rurais, enfim, as figuras de maior destaque nos municípios e nos Estados (...)"

"A UDN surge, inicialmente, como uma ampla frente democrática bastante heterogênea e com um ponto em comum: o anti-gelutismo. Reunia o grupo mineiro do Manifesto de 1943 (o manifesto dos mineiros foi a primeira manifestação coletiva de protesto contra o Estado Novo. Ele marcou uma fase no qual os protestos contra Vargas assumiram forma organizada); os paulistas do antigo partido democrático, os políticos marginalizados em 1937 (...); uma fração intelectual de "esquerda"; advogados, jornalistas e todos aqueles que por razões de princípios se opunham ao Estado Novo (...)" (BENEVIDES, Maria Victoria. "O governo Kubitschek". Rio, Paz e Terra, 1976, pp. 63-65).

nômico-industrial, visando a atingir, fundamentalmente, o operariado urbano.

Anunciado em fevereiro de 1945, o próximo restabelecimento da vida constitucional, apressaram-se as lideranças do Estado a tomar iniciativas no sentido de reativar a política e de lançar as bases das organizações partidárias (58).

Observamos da leitura de jornais da época que os dois grandes partidos, PSD e UDN, foram rapidamente organizados, o que nos leva a concluir que durante o Estado Novo, quando não existiam partidos políticos formais, os dois grupos políticos tradicionais, um liderado por Nereu Ramos, situacionista, e o outro por

(58) A entrevista de José Américo ao Correio da Manhã, (fevereiro de 1945) rompeu a censura à imprensa, e ficou sendo a data oficial da abertura da campanha democrática.

O jornal "O Estado", de Florianópolis, em 17 de fevereiro de 1945, publicava o seguinte artigo, que bem demonstra o espírito da época, em prol da redemocratização:

"Eleições exigem liberdade de organização política, liberdade de imprensa, o exercício dos direitos em sua plenitude. Para que elas exprimam um pronunciamento honesto de opinião é necessário que elas ocorram num ambiente limpo de suspeitas, extirpadas de pressões para que o resultado delas possa ser respeitado por todos.

A vida pública de um país exige na sua dinâmica constitucional democrática que a maioria e a minoria se inclinem respeitadas ao veridictum das urnas. Pesava antes de 1930 sobre os pleitos eleitorais e pecha de serem sistematicamente fraudados pela máquina das situações dominantes. Faltava aos mandatários aquele apoio psicológico, que decorria do sentimento de que eles eram verdadeiros. Daí o mal estar político, cujo desfecho foi a Revolução".

Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, oposicionistas, mantinham seus quadros e as suas influências. Tanto assim, que, com o advento dos partidos nacionais, já dispunham de aparelho organizacional montado a nível municipal e Estadual. Era principalmente a nível local que residia a grande força do PSD.

Em 12 de maio de 1945 foram lançadas as bases do PSD no Estado e, a 26 de junho, a UDN organizava o seu diretório provisório e, em outubro o seu Diretório Central (59):

Reaberta a discussão do problema democrático, a Lei Constitucional nº 9, de 29 de fevereiro de 1945, reformava em diversos pontos a Carta de 10 de novembro de 1937. Convocava eleições para Presidente da República e às duas Casas do Congresso, a serem marcadas dentro de 90 dias. O Decreto Lei nº 7586, de 28 de maio de 1945, regulamentava o alistamento, o processo eleitoral e a organização partidária. Ficava também a cargo da Justiça Eleitoral dirigir o pleito, apurar os votos e proclamar os eleitos.

Muitas destas medidas continuaram subsistindo na Consti

(59) O *Diário da Tarde*, publicava em 12 de maio de 1945 a seguinte nota:

"Reunem-se nesta Capital, os elementos políticos do interior do Estado, da Capital da República, que apoiam a situação dominante para lançarem as bases de um novo partido que recebeu o nome de PSD, fração regional de uma organização com o mesmo dístico que funcionará em todo o País". "DIÁRIO DA TARDE", Florianópolis, 12 de maio de 1945.

tuição de 1946 (60).

(60) Quanto ao registro dos partidos, a "Lei Agamenon" estimulava a formação de agremiações nacionais ao exigir o mínimo de 10.000 assinaturas de eleitores distribuídos em cinco ou mais Estados, com o mínimo de 500 assinaturas, em cada um deles. A medida era importante para o desenvolvimento político-partidário, mas a oposição via na obrigatoriedade da filiação partidária, uma manobra getulista, dando que o partido do governo através das interventorias, possuía articulações nacionais, o que não ocorria com as demais agremiações. Pelo Decreto Lei nº 8063/46 o número de assinaturas exigidas foi aumentada para 50.000 com a finalidade de evitar a proliferação partidária. A Lei eleitoral permitia a inscrição simultânea de um candidato a diversos cargos e concorrer por mais de um partido e em mais de um Estado. Quanto à representação, era retida na legislação eleitoral de 1945 a dualidade de princípios: majoritário para os cargos executivos e para o Senado e, proporcional para a Câmara Federal e para os legislativos estaduais.

Criticada, também, foi a adoção do sistema de absorção de sobras. Os lugares não preenchidos, depois de divididos os votos válidos de cada partido pelo quociente eleitoral, seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição. Face à precariedade dos recursos e à provável lentidão do alistamento eleitoral, foi permitido o registro em blocos de eleitores com base em listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Era o alistamento ex-offício tão criticado e combatido pela oposição, por entender que seria um recurso tipicamente clientelístico e urbano. Permitido, ainda, nas eleições estaduais de 1947, foi abolido pelo Código Eleitoral de 24 de julho de 1950, quando passou a ser exigido o alistamento eleitoral.

Dizia Adolfo Konder, por ocasião da proibição do alistamento ex-offício ao DIÁRIO DA TARDE:

"(...) é medida inoperante, pois todos os que se achavam em condições de entrar no registro eleitoral por esta porta falsa já são eleitores (...)

(...) e se o governo quisesse ser coerente e lógico, deveria proceder a uma revisão nos alistados ex-offício para excluir os indevidamente inscritos.

(...) resolveu fechar a porta depois da casa arrombada" (...).

A reforma eleitoral foi criticada antes mesmo de ser decretada. O Senhor Adolfo Konder em entrevista ao DIÁRIO DA TARDE, dizia, sobre o funcionamento do sistema representativo, que as eleições deviam ser adiadas para o necessário preparo da opinião pública, de forma a serem realizadas normalmente "isentas de vício e de manobras sub-reptícias". Achava o chefe político opositorista que a solução mais lógica era a restauração da Carta de 34 e do Código Eleitoral de 35, por entender que "a lei eleitoral de emergência não passava de providências sem justificação, sem base, medidas tendentes a abrigar propósitos inconfessáveis" (61).

Além dos maiores partidos, PSD e UDN, outros partidos menores, favorecidos pela legislação eleitoral, tiveram condições de se organizar no Estado: o PTB, o PCB (só disputou a eleição de 1947), o PRP, o PDC, o PSP. Desvinculados ou não das oligarquias locais conhecidas, representavam os interesses de classes e ideologias, disputando o voto popular das áreas urbanas e em limitadas zonas rurais.

As eleições realizadas sob a vigência das Leis Eleitorais de 45, 47 e subseqüentes, afora os vícios de fraude e coação, já muito reduzidos, mas ainda denunciados tanto pelo PSD como pela UDN, foram satisfatórias no que toca à liberdade dos pleitos (62).

[61] DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis, 28 de fev. 1945.

[62] Ver: O ESTADO, 6 out. 1955; A GAZETA, 21 dez. 1945; A GAZETA, 4 jan. 1947; DIÁRIO DA TARDE, 19 dez. 1945; O ESTADO, 17 jul. 1945; DIÁRIO DA TARDE, 2 jan. 1946; O ESTADO, 11 out. 1950; DIÁRIO DA TARDE, 13 jan. 1947.

A oposição, depois das eleições de 1947, embora elogiasse o Governo Federal por garantir um pleito livre, honesto e imparcial, criticava a chefia do partido dominante de se apegar a métodos da velha escola política caracterizada pela intervenção facciosa, visando a assegurar pronunciamento favorável ao situacionismo reinante: "A velha escola nutrida na falta de politização das massas populares e no mandonismo do "coronel" ou seja na política do carrilho" (63).

A propósito das eleições posteriores a 1945, Afonso Arinos disse:

"(...) violências e fraudes eleitorais se fazem sentir, é certo, aqui e ali. Mas hoje constituem exceção, quando, antigamente era a regra" (64).

A vitória do partido governista, o PSD, nas eleições de 45 e 47, foi espetacular ao nível federal e estadual.

O Deputado Nereu Ramos, então líder da maioria na Assembleia Constituinte, exclamava com orgulho para os seus opositores:

"A campanha política de V. Excias, foi colocada em torno da Constituição de 37. V. Excias, porém não foram os vencedores; venceram aqueles que contribuíram, colaboraram ou serviram ao regime de 19 de novembro, na certeza que estavam servindo o Brasil. A campanha se fez, precisamente, contra a Constituição de 37. E nós, os que apoiamos este

(63) DIÁRIO DA TARDE, 27 jan. 1947.

(64) FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op. cit., p. 134.

regime, fomos os preferidos pelo povo brasileiro" (65).

Sem dúvida que a organização de partidos nacionais, o voto secreto, a distribuição proporcional das cadeiras parlamentares, a Justiça Eleitoral, a crescente participação das classes populares, tudo isto trouxe progresso ao direito eleitoral. Pode-se mesmo considerar enorme e profunda a transformação que, neste setor, o processo revolucionário introduziu nos costumes brasileiros, considerando-se que era visivelmente defeituosa a prática

(65) LEAL, Vitor Nunes. *Op. cit.*, p. 242.

do então sistema eleitoral (66).

(66) A título de curiosidade reproduzimos, aqui, parte do comentário de Egas Godinho publicado no Jornal O ESTADO, de 8 de julho de 1945 sobre as eleições na República Velha:

"Antigamente não tínhamos as campanhas eleitorais com todo o seu cortejo de incomodidades, dinheiro para a propaganda, que sem ele nada se faz; churrascos com discursos, que são o que há de mais indigesto; cartazes, sem o que o candidato não é lembrado; faixas pregadas de poste a poste; e outras tantas coisas que uma ou duas vezes a gente faz, mas depois aborrece, criando uma repulsa irremovível.

{...}

O velho sistema era evidentemente muito melhor. O bico de pena e o eleitorado falecido sabiam escolher muito melhor.

Tinham uma visão de primeiríssima!

Os candidatos eram recrutados entre o que havia de melhor, mais capaz, de mais digno, de mais elevado. Para os governos, para os parlamentos, do mais alto ao âmbito mais restrito. Tudo gênero de primeira. Ninguém se deixa encher pelos ouvidos, nem se dava crédito a propaganda suspeita. O homem tinha que provar primeiro que era digno do mandato. Depois, se havia vaga, entrava... Filho de coruja, embelezado pelos pios paternos não tinha chance. No dia do pleito, primeiro compareciam os vivos. Votavam como queriam. Cumpriam o seu dever cívico com convicção. Convicção - que iam ganhar ou iam perder. Mas com absoluta certeza de quaisquer que fossem que saíssem das urnas todos seriam homens de bem. Depois, ali pelas duas da tarde, no repouso do almoço, comparecia o grande eleitor Mallat nº 12 - e o bico de pena completava os claros: os ausentes, os displicentes, os comodistas. Mais tarde vinha o eleitorado do cemitério, chamado quando da Capital chegavam os telegramas, pedindo 30 votos para fulano ou 60 para cícrano. Eram as forças da reserva de 2a. classe. Nunca faltavam à convocação. Não haviam desertores. E cumpria-se o aforismo comteano de que "os vivos são cada vez mais governados pelos mortos". A tardinha tudo acabado, os candidatos à prontavam para a posse o terno escuro. Hoje, depois do esgotamento da campanha o candidato entra na fase depressiva do nervosismo apuratório. E quase sempre é aquela desilusão, pois o aforismo comteano foi substituído pelo axioma aporeliano de que "os vivos são cada vez mais governados pelos mais vivos"...

Vitor Nunes Leal diz que não se pode entender o caráter acentuadamente governista na expressão das urnas, conquanto diminuído nas eleições que se sucederam à Revolução de 30, sem considerar certas influências que, de qualquer forma, atuariam naquele sentido, ainda sob a lei eleitoral mais perfeita. Ele se refere ao governismo dos chefes políticos locais e a sujeição do eleitorado rural a estes mesmos chefes como consequência direta da estrutura agrária que se transformou muito mais lentamente (67).

Estudos sobre o poder local tem sublinhado a ausência de modificações significativas na vida política do município que continua dominado politicamente por uma ou duas famílias (68).

(67) LEAL, Vitor Nunes. *Op. cit.*, p. 242.

(68) CARVALHO, José Murilo. "Barbacena: uma família, a política, e uma hipótese", in *revista Brasileira de Estudos Políticos*, 20:153-94, jan. 1966.

SILVA, Luiz. "Chachoeira do Campo, Vila das Rivalidades", in *Revista de Estudos Políticos*, 2:132-47, junho/57;

SAMPAIO, Nelson de Souza. "Meio Século de Política Baiana", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 20:120-52, janeiro/66;

Pilatti Balhame, Altiva. "Santa Felicidade, 1945-1965", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 27:203-60, julho/1969.

AZEVEDO, Luiz Osório. "Evolução dos Partidos Políticos no Município de São João Evangelista", in *R.B.E.P.*, 6:183-94 junho/1960;

CRUZ, Levi. "Funções do comportamento político na comunidade política, do São Francisco", in *RBEP.*, 6:129-60, jul./1960.

Glauccio Soares observa que a sobrevivência de políticas oligárquicas em dezenas e centenas de municípios é que possibilita a supremacia da política oligárquica tradicional a nível Estadual. Entende que a evidência disto é o alto grau de concentração eleitoral de boa parte dos eleitos para as Assembléias Legislativas, cuja base eleitoral é geograficamente limitada, baseada na dominação política de um ou poucos municípios. Sem a política oligárquica local, somente seriam eleitos candidatos cujo escopo político fosse mais amplo. Estes candidatos, normalmente, representariam idéias e interesses relevantes para eleitores de muitos municípios. As idéias capazes de catalizar eleitores geograficamente dispersos, normalmente são de nível ideológico; e os interesses capazes de mobilizar eleitores igualmente dispersos, frequentemente são de classe (69).

QUADRO 1

PROJEÇÃO DO ELEITORADO CATARINENSE (1945-1962)

DATA	ELEIÇÕES	ELEITORADO	ÍNDICE
02.12.45	FEDERAL	248.086	100.00
19.01.47	ESTADUAL	259.285	104.51
11.01.48	MUNICIPAL	298.683	120.39
03.10.50	GERAL	367.695	148.21
03.10.54	GERAL	463.476	186.82
03.10.58	GERAL	522.223	210.50
07.10.62	GERAL	638.527	257.38
T O T A L		399.711	(\bar{x})

FONTE: T.R.E./SC.

Tomando-se por base o eleitorado catarinense de 1934 (34.187 eleitores), observa-se um aumento substancial na participação eleitoral, a partir de 1945 a 1962, onde o ingresso foi da ordem de 157,38%, com uma média de 399.711 e desvios-padrões de 147.224 e 136.302 para a população e amostra respectivamente.

(69) SOARES, Glauccio. *Op. cit.*, p. 98.

Considerando que as camadas sôcio-econômicas privilegiadas entram primeiro no processo eleitoral e as desprivilegiadas, depois, o mais provável é que o ano de 1945 tenha marcado a incorporação de considerável fração dos setores médios e inferiores da classe média e boa parcela das camadas populares no processo eleitoral.

No nível da representação política não ocorreu o mesmo fato. O estudo realizado sobre o deputado catarinense e a observação das listas de candidatos a cargos eletivos, dos líderes políticos e da constituição dos diretórios estadual e municipal, no que se refere à composição ocupacional de seus membros, bem demonstram que a representação político-eleitoral era flagrantemente elitista. (TABELA 4).

Os estudos realizados em outros Estados sobre a estrutura ocupacional de legisladores, líderes políticos e prefeitos, demonstraram que a política do período 1945-1964 ainda era, essencialmente, feita por membros de uma elite, predominando advogados, médicos, funcionários públicos, professores, industriais, etc. Esses estudos revelam também, que houve a entrada das classes médias ao nível da representação mas, com o predomínio dos setores mais privilegiados (70).

(70) SOARES, Glaucio. *Op. cit.*, 127-9;

MONTENEGRO, Abelardo. "Estrutura Ocupacional dos partidos políticos cearenses". In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 3, jan. 1958, p. 229-32; CARVALHO, Orlando. "Ensaio de sociologia eleitoral". Belo Horizonte". *Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1958, p. 56-80; MOREIRA, Terezinha. "Composição do Poder Legislativo da Guanabara", in *Revista de Ciência Política*, V.I, nº 1, 1967, p. 127-48.

Seria ingênuo pensar que a política oligárquica foi substituída por uma política moderna, ideológica, baseada no interesse de classe.

Após 1945, embora funcionassem todos os mecanismos do sistema de representação democrática, permaneciam vivos os padrões tradicionais que comprometiam a democratização política⁽⁷¹⁾.

Como a questão não se coloca em termos de tudo ou nada, o presente trabalho sobre a política catarinense nos permitirá verificar quais os padrões que sobreviveram a nível estadual e aqueles que sofreram modificações, adaptando-se às estruturas políticas mais amplas, à nova legislação eleitoral, à ampliação da participação eleitoral.

(71) A atitude tradicionalista tende a valorizar a herança social transmitida e a menosprezar acréscimos culturais novos, não sancionados pelas experiências do passado. Soares, op. cit., p. 192.

CAPÍTULO II

A PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa utiliza, fundamentalmente, como instrumento de trabalho, o questionário, organizado para a aplicação junto aos deputados que exerceram o mandato nas legislaturas correspondentes ao período de 1947 a 1965: (cinco legislaturas).

O questionário foi orientado para obter dados sobre a origem social, escolaridade, ocupação anterior ao mandato, precedências de políticos na família, valores preponderantes na motivação da escolha da carreira política, aspirações e outros dados gerais.

Esses dados apresentados isoladamente constituem, em si mesmos, uma pesquisa sociológica. Mas nossa intenção não era apenas fazer um trabalho sobre a composição sociológica da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Objetiva-se uma abordagem no campo político e obtenção de respostas a algumas questões, como: o grau de vinculação da representação política às oligarquias tradicionais; até que ponto os pequenos partidos pretensamente não oligárquicos, estavam comprometidos com os quadros de mando tradicional; o papel dos partidos em geral na manifestação de vincula-

ção às oligarquias, pelos integrantes do segmento político (deputados à Assembléia Legislativa); até que ponto a conjuntura política partidária no período de 1947 a 1965 deixou sequelas na vida e nas lideranças políticas de hoje.

Na parte política do trabalho, além de utilizar o questionário (perguntas abertas e fechadas) outros materiais foram de grande importância, como: entrevistas com líderes políticos, dados eleitorais, jornais e documentos do arquivo da Assembléia Legislativa.

É importante abrir um parêntese para chamar a atenção das autoridades competentes da importância de se manter organizada e atualizada a documentação referente ao Poder Legislativo. Quando se necessita de dados biográficos dos Deputados e suplentes, verifica-se como são incompletos e falhos os já existentes. Talvez os futuros pesquisadores do Poder Legislativo encontrem melhores condições de trabalho e não se percam dados importantes sobre os homens que animaram e animam essa instituição política.

O universo estudado é composto de 144 Deputados que exerceram o mandato no período compreendido entre 1947 a 1965. Deveriam responder ao questionário 104 Deputados, porquanto 40 já faleceram.

Obtivemos um total de 60 questionários preenchidos o que mostra que atingimos a 58% do número distribuído, e 45% do total dos Deputados das cinco legislaturas.

Os questionários que faltaram para atingir a 100% dos consultados, consideramos alguns como recusas e outros, possivelmente, nem chegaram a recebê-los, pois, por falta de informações mais precisas foram utilizados os endereços fornecidos pelos catã

logos telefônicos, nem sempre atualizados.

Os dados obtidos foram primeiramente listados para de pois serem apurados e transformados em tabelas, apresentadas neste capítulo.

Recebidos os questionários, em número já mencionado, ar guiou-se sua validade quantitativa, porquanto o processo empírico, agora assumia colocações científicas.

Dos 60 questionários recebidos, elegeu-se como variável básica a determinação amostral, aquela que, por sua natureza exponencial, permite desvios exatos na sua variabilidade e apresenta o "desvio-padrão" e o "intervalo de confiança para a média", muito próximos.

Esta variável refere-se a quantidade de Deputados a As sembléia Constituinte, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Legislatura, dando cal culou-se:

- Desvio-padrão = 2,2 (dois, dois)
- Intervalo de confiança para a média = 1,2 (um, dois)
- Elegeu-se o nível de confiança de 0,05
- donde:

$$n_{0,05} = \frac{2^2 \cdot S^2 \cdot 2^2}{d^2} = \frac{2^2 \cdot 2,2^2 \cdot 1,96^2}{1,2^2} = \frac{4 \cdot 4,84 \cdot 3,84}{1,44} = \frac{74,34}{1,44}$$

$$n_{0,05} = 51,62 \text{ (em variável discreta 52 Deputados)} = \underline{52}$$

Do resultado apresentado, partiu-se ao trabalho, porquanto a amostra significara os resultados que o objeto propunha.

2. AS SUPLÊNCIAS

A Carta Federal de 1946 instituiu o sistema de convocação de suplentes como já fora consagrado no art. 62 da Constituição de 1934.

O art. 51 da Constituição de 1946 determinava que o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado, não perdia o mandato. Nestes casos, como no da vaga de Deputado ou Senador, seria convocado o suplente respectivo.

Ao tratar da questão da suplência, Themistocles Cavalcanti disse que, embora os debates na elaboração da Carta não esclarecessem muito sobre a sua natureza, incontestavelmente, os objetivos visados foram de manter a representação, atendida a proporcionalidade e o critério partidário (1).

A Constituição de 1891, que adotara o presidencialismo rígido, exigia nova eleição para o preenchimento da vaga do Senador ou Deputado que aceitasse o cargo de Ministro de Estado ou outra função incompatível com o seu mandato. Procedia-se da mesma forma quando o parlamentar falecia ou renunciava.

Observa Carlos Maximiliano que a instituição dos lugares de suplência foi uma inovação excelente no constitucionalismo brasileiro, exatamente, por evitar eleições frequentes e clamorosas injustiças. *"Quando falecia um representante da minoria, esta*

(1) CAVALCANTI, Themistocles. "A Constituição Federal Comentada". V. II, Rio, Konfani, 1948, p. 70.

perdia a cadeira, porque a disputava a maioria, vitoriosamente" (2).

Introduzido o sistema da suplência, mantinha-se a contnuidade da representação dos partidos. Procedia-se a nova eleição para o preenchimento da vaga sō no caso de não haver suplente (art. 52 da Constituição de 46).

A Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1947, tratava da questão da suplência em seu art. 17. O Deputado que aceitasse ser nomeado para a função de Ministro ou Secretário de Estado, Interventor Federal ou, ainda de Prefeito, de livre escolha do Governador, não perdia o mandato, mas era substituído, enquanto exercesse o cargo, pelo respectivo suplente. Também eram convocados os suplentes para substituir o Deputado por impedimento temporário ou definitivo, nos casos de falecimento, renúncia, licenças ou perda do mandato.

A Constituição Federal de 1946 permitiu que os casos de licenças fossem disciplinados pelo Regimento Interno das respectivas Câmaras Legislativas.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Lei nº 2 de 27 de julho de 1948, determinou que o Deputado podia ser licenciado nos seguintes casos:

- a) para desempenho de missões diplomáticas de caráter transitório ou para participar, no estrangeiro, de congressos, conferências ou missões de caráter cultural ou científico;

(2) MAXIMILIANO, Carlos. "Comentários à Constituição Brasileira".
Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1948, p. 78.

- b) para tratamento de saúde;
- c) para tratar de interesses particulares.

Em todos estes casos de licença (que não podiam ser inferiores a 60 dias) era convocado o suplente.

A TABELA 1 bem demonstra o alcance e o abuso na aplicação do sistema de convocação de suplentes, em Santa Catarina, que cresceu, progressivamente, de legislatura para legislatura. Na 5ª legislatura, por exemplo, o número de suplentes convocados foi superior ao de Deputados eleitos.

Somadas as cinco legislaturas foram convocados para substituir os Deputados, nos casos de impedimento temporário e definitivo, (muito mais temporário, diga-se de passagem, do que definitivo), 126 suplentes, o que corresponde a 62,66% dos eleitos⁽³⁾.

Verificamos no ANEXO nº 3 que, entre eleitos e suplentes convocados, apenas duas mulheres (suplentes) assumiram o mandato de Deputado Estadual o que demonstra a incipiente participação feminina na política catarinense.

Não se incluiu nas pesquisas por questionários, o suplente convocado, pelos seguintes motivos:

(3) Em 62 (sessenta e duas) convocações de suplentes verificadas, obteve-se o seguinte quadro:

- 14 suplentes ocuparam a vaga em caráter definitivo, devido a renúncia de seus titulares; 4 ocuparam a cadeira de outros suplentes que, convocados, renunciaram; 2 foram convocados por motivo de cassação de mandato dos titulares; 1 suplente foi convocado em virtude do falecimento de outro suplente que assumira o mandato; 41 foram convocados por motivo de licença dos titulares para tratamento de saúde.

- a) muitos assumiram o mandato, esporadicamente, convocados por motivo do afastamento do titular para tratamento de saúde, apenas por pequenos períodos, de dias ou poucos meses;
- b) outros tantos, por constituírem a 7^a, 9^a, 11^a ou 13^a suplência de seus respectivos partidos careciam de representatividade. Registramos o caso do Partido de Representação Popular (PRP), que com apenas duas cadeiras na 5^a Legislatura (1963-1967) teve convocado o seu 10º suplente.

Acreditamos que o Regimento Interno, ao disciplinar com liberalidade os casos de licenças dos Deputados e de convocação de suplentes, favoreceu as constantes substituições, a ponto de o número de convocações de Suplentes ultrapassar o de Deputados eleitos no período de 62 a 65.

A Constituição Federal de 1967, disciplinando de forma mais rígida o sistema de suplência, apenas permitindo a convocação nos casos de vaga em virtude de morte, renúncia ou de investidura na função de Ministro ou Secretário de Estado, possibilita a constituição permanente de Assembléias mais representativas e o final da situação criada com o que um entrevistado qualificou de "indústria dos Suplentes" com troca de vantagens financeiras, eleitorais, empregatícias e outras de menor importância ainda (4).

(4) Art. 36, § 1º da Constituição de 1967.

TABELA 1 - CONSTITUINTE DE 1947

(A)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	21	58	13	35	2	5	1	3	-	-	-	-	37
SUPLENTE	1	50	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	22		14		2		1						39

1ª LEGISLATURA - 25.03.47 a 31.01.51

(B)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	21	58	13	35	2	5	1	3	-	-	-	-	37
SUPLENTE	3	75	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	24		14		2		1		-		-		41

2ª LEGISLATURA - 10.03.51 a 31.01.55

(C)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	18	46	13	33	5	13	2	5	1	3	-	-	39
SUPLENTE	2	20	7	70	-	-	1	10	-	-	-	-	10
TOTAL	20		20		5		3		1				49

3^a LEGISLATURA - 23.02.55 a 31.01.59 (D)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	15	38	15	38	5	13	1	3	2	5	1	3	39
SUPLENTE	5	21	11	46	3	12	2	8	2	8	1	4	24
TOTAL	20		26		8		3		4		2		63

4^a LEGISLATURA - 01.02.58 a 31.01.63 (E)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	15	37	16	39	6	15	1	2	2	5	1	2	41
SUPLENTE	13	32	11	27	7	17	3	7	3	7	3	7	40
TOTAL	28		27		13		4		5		4		81

5^a LEGISLATURA - 01.02.63 a 31.01.67 (F)

	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP		PDC		TOTALS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
DEPUTADOS													
ELEITOS	20	44	14	31	6	13	2	4	1	2	2	4	45
SUPLENTE	9	19	13	27	8	17	8	17	3	6	7	15	48
TOTAL	29		27		14		10		4		9		93

3. A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM SANTA CATARINA VISTA ATRAVÉS DA REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLA TIVA.

Verificar a dimensão dos partidos políticos supõe a utilização de instrumento de medida. Maurice Duverger apresenta três métodos diferentes para avaliar a grandeza dos partidos: os adeptos, os eleitores e as cadeiras parlamentares. Para este autor, o primeiro método, o dos adeptos, não é utilizável porque não preenche a qualidade fundamental de um instrumento de medida que é ser comum a todos os objetos que desejam medir. Diz ele:

"Os adeptos não preenchem esta condição: os partidos de quadros ignoram-nos e os partidos de massa não os definem todos do mesmo modo; o número de adeptos pode, apenas, servir para apreciar a evolução de um mesmo partido ou para comparar a dimensão de partidos semelhantes" (5).

Os eleitores e as cadeiras parlamentares, ao contrário do primeiro método, constituem medidas gerais. Os eleitores medem a força do partido na opinião pública e as cadeiras parlamentares a força parlamentar.

Duverger explica que embora os eleitores e as cadeiras constituam medidas gerais, nem sempre coincidem:

(5) DUVERGER, Maurice. "Os partidos políticos". Rio, Zahar, 1970, p. 314.

"Em um sistema de representação proporcional integral e perfeita, a distinção entre eles se apaga; mas país algum aplica um sistema de representação proporcional integral e perfeita e muitos só conhecem o regime majoritário, no qual as disparidades do número de eleitores e do número de cadeiras, é muitas vezes, grande" (6).

Um aspecto que deve ser apreciado quando pensamos em avaliar a dimensão dos partidos, seja pelo método dos eleitores ou das cadeiras parlamentares, é a questão das alianças ou coligações partidárias.

Em países nos quais as alianças são permitidas, a dimensão dos partidos dependem delas, segundo Duverger, material e politicamente.

Materialmente, as coligações eleitorais desempenham papel especial no número de cadeiras obtidas pelos partidos; politicamente, as alianças parlamentares e governamentais aumentam a força numérica dos partidos (7).

No Brasil, o pluripartidarismo excessivo foi, em parte, responsável pelo crescente número de alianças partidárias que eram coligações de partidos para disputar pleitos municipais, estaduais e federais, de caráter eleitoral e transitório, quase sempre sem atender as afinidades político-ideológicas dos partidos coligados.

(6) *Idem*, p. 317.

(7) DUVERGER, Maurice. *Op. cit.*, p. 314.

Das coligações partidárias no Brasil, e em Santa Catarina, a do PTB e PSD foi, sem dúvida, a de maior expressão política e eleitoral.

A propósito, Maria Victoria Benevides, faz a seguinte observação (8):

(8) Observa-se da leitura de jornais catarinenses no período de 1945 - 1954 quando foram significativas as alianças interpartidárias para as eleições majoritárias, no Estado. Nas eleições para o Governo do Estado, nenhum dos dois grandes partidos, PSD e UDN, confiavam na vitória de seus candidatos concorrendo isoladamente. Daí a necessidade das alianças eleitorais, geralmente transitórias.

O jornal "O ESTADO", de 13/01/1951, no "Frechando" faz a seguinte crítica ao governador do Estado eleito através de coligação partidária:

"(...) o seu retraimento, aliás é natural. S.Exa. foi eleito por um "pixurum" de partidos. E agora, os que ontem lhe encheram as urnas de votos querem o troco, em posições. Daí os comentários - um integralista para a Secretaria de Segurança, um pessepista para a Prefeitura, um trabalhista para a Justiça (...)"

Também O ESTADO de 6 de agosto de 1954, publica comentário que bem enfoca os partidos e as alianças:

"Partidos são termos da equação democrática. No Brasil, no entanto, são tantos, que o carroção fica enorme e o resultado exige tempo para ser encontrado. O ideal seriam duas ou três agremiações que se fizessem tradicionais, diversificadas pelos programas intransigentes no realizá-los, quando com o instrumento de poder nas mãos. Não temos isto aqui. Todos podem fazer acordos com todos. Até o Libertador que o parlamentarista, aceita alianças e as faz com outros contrários ao governo de gabinete.

O que mais castiga a nossa democracia, a meu ver, é essa anarquia". (Guilherme Tal)

Sobre alianças e coligações partidárias no Brasil, ver: SOARES, Glaucio. "Partidos e Coligações Partidárias", in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, junho 1964.

"Embora representassem papéis políticos distintos dentro do sistema político, o PSD e o PTB formaram ao nível nacional, uma aliança que, vigente com maior ou menor intensidade nos governos Dutra, Kubitschek e Goulart, tornou-se a força política mais expressiva no período que se estende da criação à extinção daqueles partidos" (9).

Do exame dos QUADROS 1 e 2, chega-se às conclusões de como apurar o crescimento de um partido, tendo por base as suas cadeiras parlamentares, estas conquistadas com influência do exercício do Poder Executivo pelo respectivo partido no poder.

Em 1947, instituída a Assembléia Constituinte - primeiras eleições gerais estaduais, - depois de 15 anos de falta do exercício democrático, constatou-se que apenas dois partidos políticos detinham o controle eleitoral, obtendo em conjunto 85,50% dos votos válidos apurados (QUADRO 3). Os demais partidos, somados, e os votos em branco, ficaram com os restantes 14,50%, inexpressivos em número de cadeiras parlamentares (QUADRO 3).

Neste pleito, o PSD saiu-se vitorioso absoluto, tendo conquistado 21 cadeiras num total de 37, ou seja, obteve 56% das vagas, ficando a UDN, com 13 cadeiras (35%), o PTB com duas e o PRP com a última (QUADROS 1 e 2).

A vitória do pessedismo pode-se explicar facilmente pela manipulação, durante quase 15 anos, do Poder Executivo. O Po

(9) BENEVIDES, Maria Victória. "Governo Kubitschek". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 72.

der do Interventor exerceu-se na organização da sua força partidária-eleitoral. Muito embora, na época, não houvesse qualquer sigla partidária, havia, indubitavelmente, a liderança política do chefe do Poder Executivo. Saído do Estado Novo, ingressando num regime democrático, para manifestar-se nas urnas, o Partido organizado, a força política aglutinada, só poderia ser a do Interventor, embora uma oposição ponderável se fizesse presente, porém inexpressiva ainda para derrotar as forças que detinham o poder há tanto tempo.

Em 1950, ao se realizarem as eleições gerais, o quadro eleitoral modificou-se substancialmente, como se verá adiante. A presença de Getúlio Vargas a disputar as eleições presidenciais, a existência de uma candidatura inexpressiva, como a de Cristiano Machado, obrigou o grupo do PSD, devido ao jogo de interesses locais, a tentar obter o apoio dos "eleitores getulistas" para o seu candidato a governador e a permitir que os pessedistas votassem em Getúlio Vargas no que não logrou êxito. Em determinadas áreas locais, as chefias insistiram na candidatura Cristiano Machado e com isto prejudicaram a votação para o PSD. Essa situação determinou um enorme flanco na fileira eleitoral do PSD, causando-lhe duas derrotas:

- 1ª) Perdeu o governo do Estado para a UDN, que, em troca do apoio a um candidato ao Senado, do PTB, tornou-se receptível ao voto trabalhista para o seu candidato Irineu Bornhausen;
- 2ª) Perdeu, por igual, a maioria absoluta na Assembléia Legislativa, diminuindo a sua representação de 21 para 18 deputados, e a sua proporcionalidade de 56 para 46%.

QUADRO 1

AS POSIÇÕES DOS PARTIDOS NOS CINCO PLEITOS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM NÚMEROS ABSOLUTOS

Nº ELEI- TORES	19.01.47		03.10.50		03.10.54		03.10.58		07.10.62		
	PARTIDOS		186.290		279.751		328.295		494.052		555.304
Partidos	Votos	Lugares Obtidos									
P.S.D.	86923	21	113851	18	116096	15	165116	15	210475	20	
U.D.N.	68784	13	88402	13	120981	15	179283	16	149235	14	
P.T.B.	11637	2	36547	5	38395	5	65836	6	64055	6	
P.C.B.	2544	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
P.R.P.	7230	1	16059	2	9803	1	18314	1	27477	2	
P.S.P.	-	-	9039	1	19667	2	22954	2	18396	1	
P.D.C.	-	-	-	-	9539	1	12874	1	27500	2	
P.L.	-	-	-	-	1225	-	6834	-	-	-	
P.S.T.	-	-	-	-	-	-	-	-	11434	-	
BRIN.	1942		15853								
TOTAL		37		39		39		41		45	

FONTE: DADOS ESTATÍSTICOS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Departamento de Imprensa Nacional, 1973

QUADRO 2

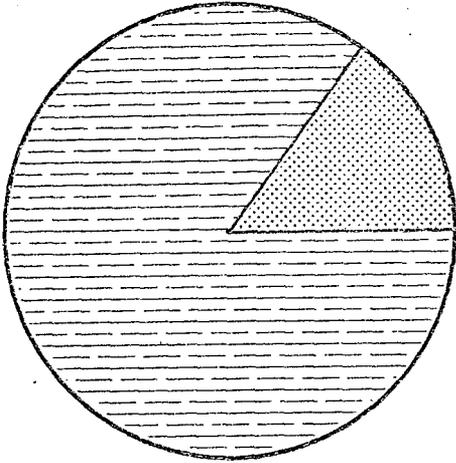
AS POSIÇÕES DOS PARTIDOS NOS CINCO PLEITOS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM NÚ
MERO RELATIVOS

Partidos	1947		1950		1954		1958		1962	
	Votos %	Cadei - ras %								
P.S.D.	47,75	56,75	41,55	46,15	35,88	38,46	33,42	36,58	38,53	44,44
U.D.N.	37,75	35,73	32,26	33,33	37,39	38,46	36,66	39,02	27,32	31,11
P.T.B.	6,38	5,40	13,34	12,82	11,86	12,82	13,46	14,63	11,72	13,33
P.C.B.	1,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.R.P.	3,96	2,70	5,86	5,12	3,03	2,50	3,74	2,43	5,03	4,44
P.S.P.	-	-	3,29	2,56	6,07	5,12	4,69	4,87	3,36	2,22
P.D.C.	-	-	-	-	2,94	2,56	2,63	2,43	5,03	4,44
P.L.	-	-	-	-	0,37	-	1,39	-	-	-
P.S.T.	-	-	-	-	-	-	-	-	2,09	-

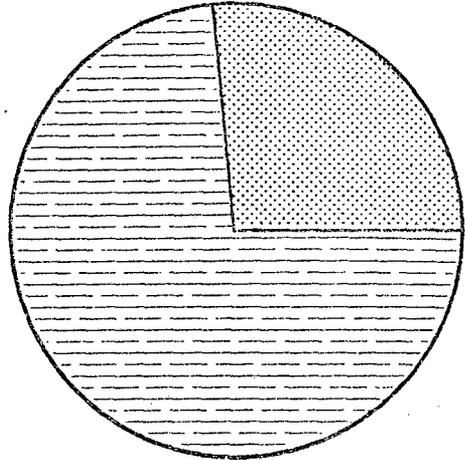
QUADRO 3

PARTICIPAÇÃO DAS LEGENDAS DO PSD DA UDN (GRANDES PARTIDOS) E DOS PEQUENOS PARTIDOS (INCLUINDO OS VOTOS EM BRANCO) NOS CINCO PLEITOS PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

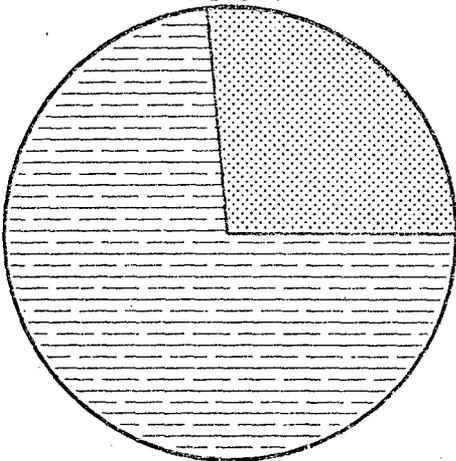
1947



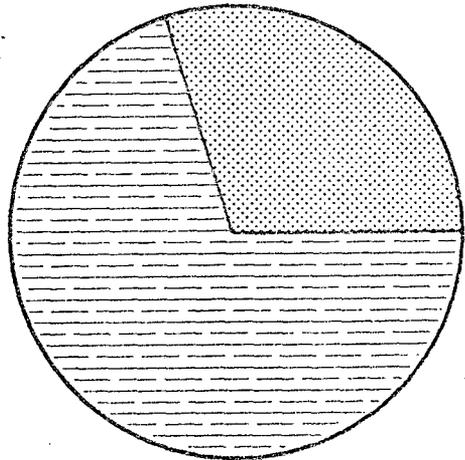
1950



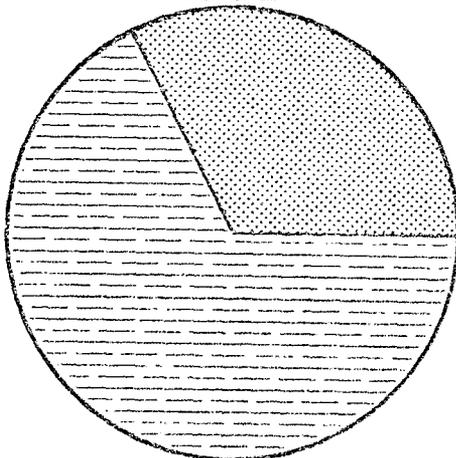
1954



1958



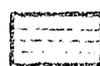
1962



CONVENÇÕES



- Legenda Pequenos Partidos

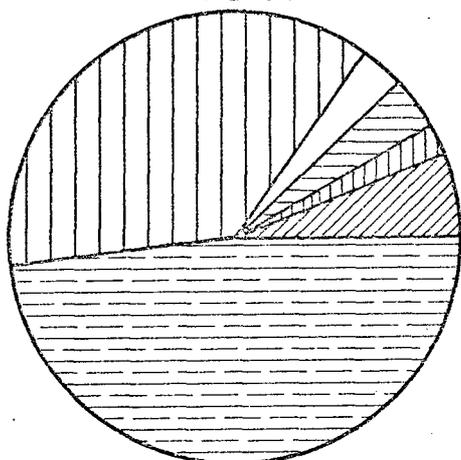


- Legenda PSD e UDN

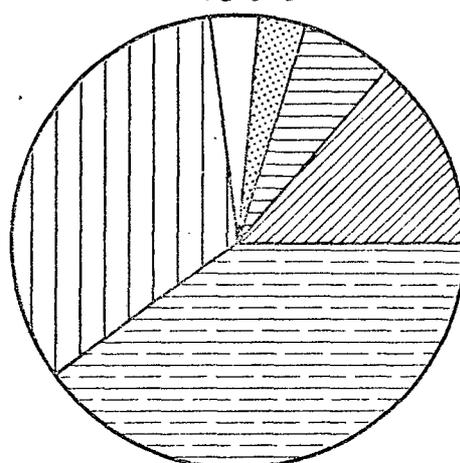
QUADRO 4

PARTICIPAÇÃO DAS LEGENDAS PARTIDÁRIAS
NOS CINCO PLEITOS PARA A ASSEM-
BLÉIA LEGISLATIVA.

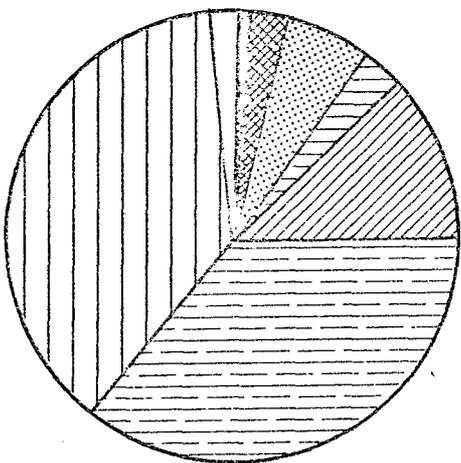
1947



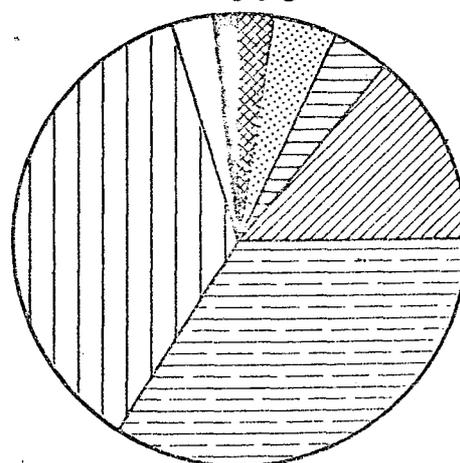
1950



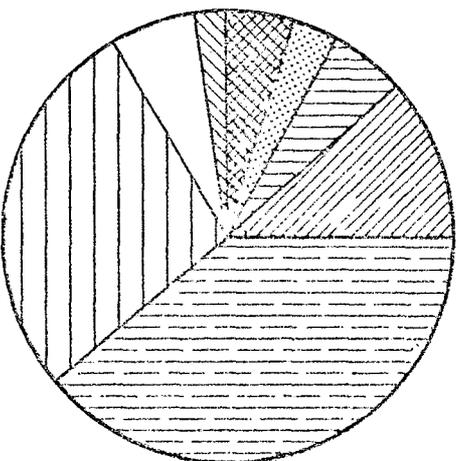
1954



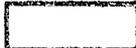
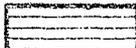
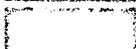
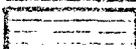
1958



1962



CONVENÇÕES

	- Votos em Branco
	- Legenda PRP
	- " PCB
	- " PTB
	- " PSP
	- " PL
	- " PDC
	- " PSD
	- " UDN
	- " PST

Verificou-se, neste instante, a ruptura do sistema majoritário na Assembléia Legislativa, pois nenhum dos Partidos conseguiu obter a maioria absoluta, sozinho. Naturalmente, o governo do Estado com toda a sua estrutura administrativa e seu poder de absorver políticos, agrupou a maioria parlamentar, embora o seu Partido, a UDN, continuasse com as mesmas 13 cadeiras, com 33%. (QUADRO 1).

O PTB - por força naturalmente da expressão de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República - cresceu de 2 para 5 cadeiras, e de 6 para 13% na proporção tanto eleitoral como de cadeiras parlamentares (QUADRO 1 e 3).

O PRP, também aumentou sua representação de 1 para 2 cadeiras, e o PSP, devido a popularidade de Ademar de Barros, aparecia no cenário político catarinense, elegendo um Deputado estadual (QUADRO 1 e 2).

O crescimento do PTB e o aparecimento do PSP, tanto em termos de votos como no aumento de cadeiras, deu-se como sacrifício do PSD, que sendo um Partido conservador, mas identificado em certas áreas de eleitorado mais popular, começou a perder os elementos desta faixa trabalhista e populista, para os novos partidos emergentes. Passou, assim, de um lugar proeminente de dono absoluto do poder político catarinense, por mais de 15 anos, para o papel de oposição.

Esta ruptura não se repetiria mais em Santa Catarina. Daí em diante, quem possuísse o Poder Executivo tinha o condão de fazer aumentar sua representação partidária, tanto ao nível de votos como ao de cadeiras conquistadas. O que se constata, portanto, é que houve um erro, que não se pode, no momento, precisar, no comportamento do PSD nas eleições de 1950.

Nas eleições parlamentares de 1954, com a UDN no poder, verificou-se a manutenção do quadro geral existente; a representação da UDN aumentou, passando de 13 para 15 deputados, e seus votos de 32 para 38%.

O PRP, absorvido pelo governo Bornhausen, passou a ser um celeiro da UDN, deixando de conquistar para si melhores posições políticas e eleitorais, pois diminuiu a sua representação de 2 para 1, e seus votos de 6 para 3%. O PTB manteve-se nas mesmas proporções. Cinco deputados e uma média de 12% dos votos.

O PSP, recebendo e aproveitando condições proporcionadas pelo governo do Estado, aumentou sua representação de 1 para 2 deputados, e seus votos de 3 para 6%.

O PDC, passou a participar da vida política do Estado elegendo seu primeiro deputado e contando com 3% dos votos válidos (QUADROS 1 e 2).

O PSD, como se observou neste estudo, foi o único que continuou decrescendo em termos gerais: baixou a sua representação na Assembléia de 18 para 15 deputados, e seus votos de 41 para 36% (QUADROS 1, 2 e 4).

Em 1958, o resultado das eleições parlamentares confirma a tese da maior participação do partido que estiver no poder. A UDN continuou aumentando a sua representação, se bem que em menores termos. Passou de 15 para 16 deputados, embora em números proporcionais a sua expressão eleitoral tivesse diminuído de 37 para 36,5%. Seu crescimento em número de cadeiras conquistadas deveu-se ao aumento destas, de 39 para 41. O PTB, também conquistou mais uma cadeira e os demais Partidos estacionaram. O PSD com 15; o PRP com 1; PSP com 2 e o PDC com 1 deputado (QUADROS 1 e 2).

Como se verificou, o exercício do Poder Executivo dava ao partido condições excepcionais de manter-se no processo de crescimento parlamentar, ajudando, por igual, os demais partidos aliados, em certos casos, a receberem algumas vantagens eleitorais.

Em 1960, houve, novamente, a alternância do Poder. A UDN perdeu, ganhando o PSD em coligação com o PTB, o PRP e dissidências do PDC e PSP.

O governo foi substituído na metade do período dos mandatos parlamentares. E, como era normal, na época, os deputados passavam, principalmente os dos pequenos partidos, para o lado do Chefe do Poder Executivo em exercício, qualquer que fosse a sua legenda.

A UDN voltou à sua antiga posição: a de ser uma oposição aguerrida, contundente e intransigente.

O exercício do Poder Executivo por um dos seus chefes mais importantes, na época, o Sr. Celso Ramos, devolveu ao PSD sua força e expressão eleitoral em Santa Catarina. Assim é que, nas eleições de 1962, o PSD aumenta suas cadeiras na Assembléia Legislativa de 15 para 20 e a sua expressão eleitoral de 33,42 para 38,53%. Sem voltar àquela posição hegemônica de maioria absoluta, do período de 47, o PSD, sem dúvida alguma, reagiu brilhantemente.

O PTB continuou estacionário: 6 deputados e com 11,72% dos votos válidos. E embora participante do Governo Estadual (3 Secretarias) não obteve qualquer progressão eleitoral.

A UDN, como era da tradição, diminuiu de 16 para 14 o número de Deputados (note-se ainda, no QUADRO 1, que as vagas fo

ram aumentadas de 41 para 45: 10%, portanto) e a legenda de 36 para 27% (diminuiu em 30.000 votos).

O PDC e o PRP, que se mantiveram no exercício de determinados cargos no governo, aumentaram sua representação, cada um passando de 1 para 2 Deputados, e o PSP, que sofrera dissidência com a criação do MTR, partido de Fernando Ferrari, e atuando na mesma faixa popular do PTB e do PSP - diminuiu uma cadeira (QUADROS 1 e 2). O PST que surgiu da dissidência do PDC e da UDN e que abrigou em sua legenda os candidatos do MTR, conseguiu nas eleições de 1962 11.434 votos, o que corresponde a 2,09% dos votos válidos.

A perda de substância eleitoral tanto do PSD, em 1954 e 1958, quanto da UDN, em 1962, coincide com as vitórias de Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda (Heriberto Hülse) e de Celso Ramos, em 1960 para o Executivo Estadual. Em todos os pleitos legislativos, sem exceção, saía vitorioso o partido que, naquele momento, detinha o governo do Estado. O partido do Governador se beneficiava da máquina do Estado e da sua posição de prestar favores e exercer pressões em benefício de seus candidatos nas eleições legislativas. Os jornais da Capital ("O ESTADO", "O DIÁRIO DA TARDE", e "A GAZETA"), nas épocas prē e pōs eleitorais, apresentam grande quantidade de matéria nas quais os dois partidos, PSD e UDN, acusavam-se, mutuamente, da utilização da máquina eleitoral, para o que consideravam abusos eleitorais (6).

(6) "O ESTADO", de 06.10.55; de 22.03.51; de 11.10.50; de 17.07.54.

"A GAZETA", de 04.01.47; 21.10.45.

"DIÁRIO DA TARDE", de 10.12.45; 09.01.47.

O PTB foi, dos pequenos partidos, o mais estável na vida parlamentar e eleitoral de Santa Catarina. Teve um crescimento mais ou menos homogêneo e contínuo nos cinco pleitos. Foi, juntamente com o PSP, prejudicado em suas bases eleitorais com a criação do PST.

4. DADOS GERAIS DOS DEPUTADOS

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina no período estudado foi constituída, na sua totalidade, somente por homens. Como já fizemos questão de demonstrar, a participação feminina na política catarinense foi a mais incipiente possível. Sô duas representantes: Antonieta de Barros e Ingeborg Colin B. Lima tiveram assento no Poder Legislativo Estadual, ambas, porém, como suplentes.

No que diz ao estado civil dos deputados, 53 (88%) eram casados quando assumiram o primeiro mandato; 7 (12%) eram solteiros e, destes, 5 casaram durante o exercício do primeiro mandato.

TABELA 2 - DADOS GERAIS

(A)

ESTADO CIVIL	Nº	%
CASADO	53	88
SOLTEIRO	7	12
VIUVO	-	
DESQUITADO	-	
TOTAL	60	

(B)

ESTADO DE NASCIMENTO			EM STA. CATARINA		
	Nº	%		Nº	%
SANTA CATARINA	45	75	LAGES	6	13
RIO GRANDE DO SUL	10	17			
PARANÁ	4	7	JOAÇABA, TUBARÃO		
SÃO PAULO	1	2	FLORIANÓPOLIS	9	20
			ITAJAÍ, CANOINHAS, CON CÓRDIA, CAMPOS NOVOS, BRAÇO DO NORTE, JOIN - VILLE, BRUSQUE, TIJU CAS, IMARUÍ, RIO DO SUL	20	44
			LAURO MULLER, SÃO BEN- TO, CRICIUMA, CURITIBA NOS, TRÊS BARRAS, SÃO JOAQUIM, COCAL, ITAIO- POLIS, PALHOÇA	10	22
TOTAL	60	100		45	100

Dos casos analisados, 75% tiveram por local de nascimento Santa Catarina; 16%, o Rio Grande do Sul; o Paraná com 7% e São Paulo com 2%.

Embora o Rio Grande do Sul e o Paraná sejam vizinhos de Santa Catarina, verificou-se que os gaúchos tiveram maior participação (17%) na vida política catarinense que os paranaenses com apenas 7%. As regiões em que os gaúchos tiveram maior concentração foram as da serra, meio e extremo oeste, fruto naturalmente da constante migração que se verifica, ponderadamente, nessas regiões de tradições gaúchas.

45 Deputados nasceram em apenas 24 municípios catarinenses, ocorrendo maior incidência na região da serra com 22%, onde o município de Lages lidera a estatística com 6 representantes.

Em termos de idade, a representação catarinense pode ser considerada como constituída de jovens. Nas classes de idade, com intervalos de cinco anos, verificamos (Quadro abaixo) maior incidência de eleitos na faixa de 31 a 35 anos, com 27%. Segue a faixa de 36-40 anos com 22% e a de 26-30 anos com 18%. Apenas dois deputados tinham idade inferior a 25 anos quando assumiram a Assembléia. Assim, 70% dos deputados, quando da sua primeira investidura, tinham idade inferior a 41 anos. Apenas 8, tinham mais de 45 anos, o que demonstra que poucos deputados catarinenses tinham oportunidade de fazer política-partidária antes de 1945.

TABELA 2 - DADOS GERAIS

(C)

IDADE	Nº	%
20 a 25 anos	2	3
26 a 30 "	11	19
31 a 35 "	16	27
36 a 40 "	13	21
41 a 45 "	10	17
46 a 50 "	5	8
51 a 55 "	2	3
56 a 60 "	-	-
T O T A L	60	100

A religião católica é declarada por 94% dos entrevistados (TABELA abaixo), a Evangélica Luterana com apenas 3% e os outros 3% não declararam religião. Dos que seguem uma religião, 41% declararam-se muito religiosos; 26%, pouco; 21%, ocasionalmente e 5%, não são praticantes. Observou-se também que os luteranos são pessoas de origem alemã.

TABELA 2 - DADOS GERAIS

(D)

RELIGIÃO PRATICADA			GRAU DE PRÁTICA RELIOSA		
	Nº	%		Nº	%
CATÓLICA	56	94	MUITO	25	42
EVANGÉLICA LUTERANA	2	3	POUCO	16	27
S/RESPOSTA	2	3	OCASIONALMENTE	13	22
	-	-	NÃO PRÁTICA	3	5
	-	-	S/RESPOSTA	3	5
T O T A I S	60	100		60	100

5. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS DEPUTADOS

No período estudado, de 1947 a 1965, o nível de escolaridade dos Deputados eleitos, em sua maioria, era superior, na margem de 60%, ficando 18% com o nível colegial, 16% com o nível ginásial e apenas 6% com o primário.

A TABELA Nº 3 evidencia, em princípio, duas coisas: que os homens que se dispunham ao exercício do mandato eletivo estadual, já possuíam em termos educacionais a maior graduação e tinham, por tais títulos, boa recepção eleitoral. Ser bacharel era um bom princípio para as atividades políticas, ressaltando ainda, que dos eleitos, com nível superior, 55% eram advogados, 20% médicos e os demais títulos universitários dividiam os restantes 25%. Como é evidente, as duas primeiras profissões possuíam comunica

ção direta com o povo. Tanto os advogados como os médicos lidam constante e diretamente com os problemas da comunidade, e pelo trato, pela atenção, pela capacidade técnica e por suas habilidades pessoais, podem desfrutar de grande prestígio popular, transformando esta "simpatia pessoal" em prestígio político.

O segundo aspecto de análise, é a observação de que apenas 6% dos eleitos possuíam nível primário. É evidente que, via de regra, o curso primário está vinculado às pessoas de menores condições econômicas e sociais. O povo de modo geral, inclui-se nesta nivelção, pois a grande maioria dos eleitores ainda pertence ao grupo dos que possuem, no máximo, o curso primário. Como porém, poucos eram os eleitos com este nível, constata-se que o eleitor, embora de nível educacional baixo, não votava maciçamente em candidatos de seu nível, preferindo os mais "ilustrados", e preferencialmente, os "doutores" de curso superior.

Nos contatos mantidos com os entrevistados, foi também possível retirar esta opinião, de que o eleitor mais simples, era normalmente o mais exigente em termos candidato-cultura: queria votar sempre no "doutor" e só dava o seu voto para outros de menor nível quando se tratava de parentes, amigos, chefes ou pessoas de relação direta, ou candidato de grande vínculo popular na região, como "o coronel". Fora disto, ser doutor era condição de elegibilidade, como também, é verdade que estes se apresentavam em maior número nas listas de candidatos, principalmente nos dois grandes partidos: PSD e UDN.

TABELA 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

(A)

ESCOLARIDADE			CURSO SUPERIOR		
	Nº	%		Nº	%
PRIMÁRIO INCOMPLETO	1	2	DIREITO	19	56
PRIMÁRIO COMPLETO	3	5	MEDICINA	7	21
GINASIAL INCOMPLETO	3	5	ENGENHARIA	3	9
GINASIAL COMPLETO	7	12	ODONTOLOGIA	1	3
COLEGIAL INCOMPLETO	4	7	ECONOMIA	1	3
COLEGIAL COMPLETO	7	12	ESCOLA MILITAR	1	3
SUPERIOR INCOMPLETO	1	2	DIREITO e FARMÁCIA	1	3
SUPERIOR COMPLETO	34	57	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1	3
T O T A I S	60	100		34	100

Confirmando a observação de que a maioria dos eleitos no período estudado possuía condições sócio-econômicas relativamente boas, pertencendo à classe mais privilegiada, observa-se no Quadro abaixo, que dentre os eleitos, 30% deles estudaram o primário em escola particular, contra 55% em escola pública, quando se sabe que o ensino primário, em Santa Catarina, foi de elevado aproveitamento e bom índice cultural. A preferência de boa percentagem pelo ensino particular, ou seja, o ensino pago, ressalta como uma preferência elitista de seus pais, já que este nível (primário público) existia em todo o Estado, e 80% deles o cursaram em suas próprias cidades.

TABELA 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

(B)

LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS CURSOS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		SUPERIOR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
NA CIDADE NATAL	48	80	13	22	3	9
FORA DA CIDADE NATAL	11	18	39	65	32	91
S/RESPOSTA	1	2	4	7	-	
T O T A I S	60		60		35	

(C)

TIPO DE ENSINO FRE QUENTADO	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		SUPERIOR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ESCOLA PÚBLICA	34	57	4	7	28	80
ESCOLA PÚBLICA E PAR TICULAR	4	7	5	9	-	
ESCOLA PARTICULAR	20	33	45	80	7	20
S/ RESPOSTA	2	3	2	4	-	
T O T A I S	60		56		35	

Por outro lado é acentuada a margem dos que cursaram o nível secundário em estabelecimento de ensino particular: 75% dos eleitos. Neste ponto cabe ressaltar que a maioria absoluta se inclinava pelo ensino particular, porque a rede escolar pública não possuía condições de oferta. Eis o porquê da resposta de que 65% deles tiveram que procurar um estabelecimento de ensino secundário "fora da cidade natal". Assim, cursado o primário, pela gran-

de maioria na própria cidade natal, procuravam uma escola particular secundária em outra cidade. E os que continuavam nas atividades escolares, agora na Universidade, retornavam ao ensino público gratuito (80%), ainda assim fora de suas cidades de nascimento.

Dos 35% pesquisados que cursaram o nível superior, apenas 3 deles conseguiram fazê-lo em suas próprias cidades (8%) contra os restantes (92%) que tiveram que procurar os cursos superiores fora da cidade natal.

Como a grande maioria dos eleitos possuíam a cidade de nascimento como ponto básico da eleição (exceção dos que nasceram em outros Estados), verifica-se que após concluído o curso superior, voltavam para as suas cidades onde exerciam suas profissões, e de onde saíam, novamente, para o exercício do mandato popular conquistado.

6. PROFISSÕES ANTERIORES AO MANDATO

Dividimos as profissões apresentadas pelos eleitos em 3 grupos, assim conceituados e distribuídos:

- 1º - os de profissão liberal, conforme o conceito estabelecido por Plácido e Silva, em seu "Vocabulário Jurídico", tomo III, pág. 1235, como sendo as exercidas "com autonomia, isto é, livre de qualquer subordinação a um patrão ou chefe";
- 2º - os que possuíam vinculação, direta ou indireta, com o Poder Público, dele dependendo para obtenção

da ocupação ou do salário:

3º - os demais, com profissões diversas apresentadas no questionário.

O resultado obtido, por grupo, e por individualização profissional é o seguinte:

TABELA 4 - INDIVIDUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

(A)

1º GRUPO			2º GRUPO			3º GRUPO		
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
ADVOGADOS	19	54	FUNC.PÚBLICO	3	21	INDUSTRIAL	4	36
MÉDICOS	7	20	SERVENTUÁRIO	3	21	COMERCIANTE	1	9
ENGENHEIROS	3	9	CARTORÁRIO	3	21	COMERCIÁRIO	1	9
CONTADOR	2	6	PROFESSOR	3	21	REP.COMERCIAL	1	9
JORNALISTA	3	9	FISCAL EST.	1	7	TINTUREIRO	1	9
DENTISTA	1	3	OFIC.AVIADOR	1	7	BANCÁRIO	1	9
ESTUDANTE	-					AGRICULTOR	1	9
UNIVERSITÁRIO	1	3				ESCRITURÁRIO	1	9
T O T A L	35			14			11	

Evidencia-se, aqui, a acentuada incidência dos "bacharéis", em número maior do que a soma das demais profissões reunidas no 1º grupo. Como se vê, somente as profissões de advogados e médicos representam 45% do cômputo geral das atividades profissionais dos eleitos, sendo os advogados proporcionalmente uma vez e meia mais representativa do que a do médico. De modo geral, no grupo dos liberais, somadas somente as atividades de nível univer

sitário, obtêm-se a taxa de 53% da composição da Assemblêia Legislativa.

Qual seria a relação entre advogados e médicos e a vida política, que faz com que eles sejam, com maior incidência eleitos deputados ?

Para Edgar Carone o bacharelismo é um traço característico da oligarquia agrária brasileira. O ideal das famílias ricas, era ter alguém bacharel. Os fazendeiros faziam seus filhos doutores ao invés de os destinarem às escolas técnicas e agrícolas. As faculdades de Direito e Medicina formavam a elite representativa brasileira. O Bacharel era procurado na imprensa; nos partidos políticos era o chefe e no Parlamento, deputado ou senador. A superstição de que o bacharel era apto para funções de dirigente transportou-se do Império para a República e esta qualidade, mesmo em época recente, era fator fundamental no sistema de recrutamento parlamentar (10). Segundo depoimento de um deputado, o PSD, quando escolhia um candidato a posto eletivo, fosse prefeito ou deputado, entre vários elementos, quase sempre dava preferência ao advogado.

Maurice Duverger também observa em "Partidos Políticos" a existência desta grande incidência de advogados, de médicos, e de membros de profissões liberais na direção dos partidos burgueses dizendo: "*Os camponeses não escolhem os seus deputados entre eles, mas, de preferência, entre os advogados, porque julgam*

(10) CARONE, *Op. cit.*, p. 155.

estes mais capazes de defender os seus interesses junto ao Parlamento" (11).

No quadro apresentado sobre as profissões é evidente o alto "status" ocupacional dos deputados. Ainda que a classificação profissional utilizado neste estudo não permita uma discriminação mais adequada com base no prestígio das ocupações, só o facto de mais da metade dos deputados exercer profissão liberal, ocupação característica de alta classe média, permite-nos fazer também esta assertiva.

Além das profissões liberais (advogados, médicos, engenheiros, dentista, jornalista) que perfazem 53%, integram a categoria de dirigentes: os industriais, os cartorários, os comerciantes e um oficial militar, perfazendo 15%.

Observando o Quadro VIII no conjunto, conclui-se que a parte majoritária da representação política do período apresentava situação de classe privilegiada.

É diminuta e insignificante a proporção dos que apresentavam atividades características das camadas baixas.

7. A FAMÍLIA DO DEPUTADO

Quanto ao local de nascimento dos progenitores do Deputado, observamos que coincidem a naturalidade do pai e da mãe. (TABELA Nº 5). Temos praticamente 50% dos pais nascidos em Santa

(11) DUVERGER, *Op. cit.*, p. 195

Catarina, mais ou menos 25% no Rio Grande do Sul, mais ou menos 10% no Paraná, e os demais 15% distribuídos por outros quatro Estados, citados no quadro abaixo. Por outro lado, quanto às origens, apenas 14% dos pais dos entrevistados são imigrantes. A Itália aparece como país de origem da maioria dos pais que imigraram. Segue o Líbano e a Polônia. Estes países ocupam, na verdade, lugar de destaque no movimento imigratório em nosso Estado.

TABELA 5 - FAMÍLIA DO DEPUTADO

(A)

ESTADO DE NASCIMENTO	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
SANTA CATARINA	29	57	30	58
RIO GRANDE DO SUL	15	29	13	24
PARANÁ	5	10	6	12
BAHIA	1	2	1	2
RIO DE JANEIRO	1	2	-	
MINAS GERAIS	-		1	2
SÃO PAULO	-		1	2
T O T A L	51	100	52	100

(B)

PAÍS DE NASCIMENTO	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
BRASIL	51	85	52	87
ITÁLIA	5	9	5	8
POLÔNIA	2	3	1	2
LÍBANO	2	3	2	3
T O T A L	60	100	60	100

A tabela sobre a religião praticada pelos pais nos permite constatar a importância da herança religiosa. Vimos anteriormente que a católica é a religião declarada por 93% dos deputados entrevistados. Agora podemos observar que 96% dos pais também são católicos. A incidência de evangélicos luteranos e protestantes é mínima. Nota-se, de outra parte, que não ocorreu diminuição da prática religiosa de uma geração para outra. Enquanto 41% dos deputados declarou-se muito religiosos, 56% das mães e 40% dos pais também figuram nesta categoria. Assim, a maioria das famílias dos deputados como eles próprios podem ser classificados como "muito católicos".

(C)

RELIGIÃO PRATICADA	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
CATÓLICA	58	97	57	95
EVANGÉLICA LUTERANA	2	3	2	3
PROTESTANTE	-		1	2
T O T A L	60	100	60	100

(D)

GRAU DE RELIGIOSIDADE	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
MUITO	24	40	38	63
POUCO	23	38	15	25
OCASIONALMENTE	10	17	4	7
S/RESPOSTA	3	5	3	5
T O T A L	60	100	60	100

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, a tabela mostra alta concentração no nível primário. Enquanto, entre os deputados, a maior incidência ocorria nos estágios mais elevados da educação, 36% dos pais e 40% das mães dos parlamentares concluíram apenas o curso primário e, 31% dos pais e 33% das mães não chegaram nem a concluí-lo.

Temos 8 respostas para os pais e 5 para as mães na classe correspondente ao ginásio. Em conclusão, 70% dos pais dos parlamentares estão situados no curso primário e 10% no ginásio. Apenas 7% possuíam o curso superior. O fato da maioria dos deputados haver concluído o curso superior não dependeu do meio cultural de origem que, como foi verificado, estava situado nos estágios inferiores de escolaridade, mas das condições sócio-econômicas de que desfrutavam os pais, ou das influências que eram exerci

das pela sociedade, para que seus filhos frequentassem os cursos universitários.

(E)

ESCOLARIDADE	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
PRIMÁRIO INCOMPLETO	19	32	20	34
PRIMÁRIO COMPLETO	21	35	24	40
GINÁSIO OU EQUIVALENTE INCOMPLETO	-		-	
GINÁSIO OU EQUIVALENTE COMPLETO	8	13	5	8
COLEGIAL OU EQUIVALENTE SUPERIOR	3	5	5	8
S/RESPOSTA	4	7	-	
	5	8	6	10
T O T A L	60	100	60	100

Outro dado interessante é a profissão dos pais dos deputados. Para melhor análise, agrupamos as principais atividades ocupacionais da seguinte forma: 1) agricultores, pecuaristas, comerciantes e industriais (53%); 2) tabeliões (5%); 3) profissões liberais (médico, advogado, contador e jornalista (10%); 4) funcionários públicos, escrivão da justiça, bancário (18%); 5) operário, marítimo, trabalhador autônomo (7%). Ainda que a relação abaixo não nos permita um reagrupamento adequado com base no prestígio das ocupações (a categoria de funcionários públicos inclui desde Secretário de Estado, chefes de repartições, assim como, os serventes; o comerciante tanto pode ser pequeno como grande comerciante, o mesmo ocorrendo com outras categorias como a dos industriais, dos agricultores, etc) pode-se afirmar que a maioria dos deputados provinha de famílias cujas atividades profissio

nais são tidas como de considerável influência local: comerciantes, industriais, pecuaristas, agricultores, tabeliões e, de setores mais privilegiados da classe média, constituídos dos profissionais liberais e funcionários públicos. Poucos deputados poderiam ser considerados provenientes da classe baixa ou assalariada.

(F)

PROFISSÕES DOS PAIS	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
AGRICULTOR	9	15	-	-
FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO	9	15	-	-
COMERCIANTE	8	13	1	2
PECUARISTA	6	10	-	-
INDUSTRIAL	6	10	-	-
TABELIÃO	3	5	-	-
LAVRADOR PECUARISTA	2	3	-	-
INDUSTRIAL COMERCIANTE	2	3	-	-
MÉDICO	2	3	-	-
ESCRIVÃO DE JUSTIÇA	1	2	-	-
JORNALISTA	1	2	-	-
EMPREITEIRO DE OBRAS	1	2	-	-
MARÍTIMO	1	2	-	-
ADVOGADO	1	2	-	-
COMERCIANTE E LAVRADOR	1	2	-	-
CONTADOR	1	2	-	-
BANCÁRIO	1	2	-	-
OPERÁRIO	1	2	-	-
GUARDA LIVROS	1	2	-	-
CARPINTEIRO	1	2	-	-
PROFESSOR	-	-	4	7
DO LAR	-	-	53	88
S/RESPOSTA	2	3	2	3
T O T A L	60	100	60	100

8. A FORMAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO

Quando os deputados começaram a se interessar pelas atividades políticas ? Qual a época do despertar para a política ? A partir das respostas obtidas classificamos os deputados por grupos de idade do primeiro interesse pelas atividades políticas.

TABELA 6 - FORMAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO

(A)

IDADE DO PRIMEIRO INTERESSE PELA POLÍTICA		
	Nº	%
ANTES DOS 18 ANOS	22	36
DOS 18 AOS 20 ANOS	11	18
DOS 21 AOS 25 ANOS	13	22
DOS 26 AOS 30 ANOS	9	15
DEPOIS DOS 31 ANOS	4	7
DEPOIS DOS 40 ANOS	1	2
T O T A L	60	100

O interesse pela política aparece precoce em 55% dos parlamentares que para ela despertaram antes dos 21 anos. 37% dos entrevistados afirmaram terem-se interessado pela política antes dos 18 anos. Se alargarmos a idade do primeiro interesse para os 25 anos, temos 77% dos pesquisados. A proporção dos deputados cujo interesse pela política foi após 31 anos é pequena, apenas de 8%.

Procuramos nesta pesquisa mostrar as atividades políticas exercidas pelos membros da família dos deputados para nos elucidar sobre as influências psicológicas e políticas sofridas pelo

jovem futuro político através da família, e que o levou a ingres sar na política.

Para avaliarmos o papel da família entre os agentes da socialização política do deputado procuramos indagar sobre o in teresse da família pela política, sobre a participação dos pais e avós nos movimentos político-partidários e sobre a frequência das conversas sobre política em casa.

TABELA 6 - FORMAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO

(B)

CONVERSAS SOBRE POLÍTICA EM CASA		
	Nº	%
NÃO CONVERSAM	12	20
CONVERSAM POUCO	22	36
DE TEMPOS EM TEMPOS	7	12
SEGUIDAMENTE	18	30
NÃO RECORDA	1	2
T O T A L	60	100

Pode-se observar que 36% dos deputados inquiridos disse ram que quando crianças, conversavam pouco sobre política em suas casas; 20% saíram de um meio familiar onde a política não consti tuia objeto de conversa e 12%, responderam que de, tempos em tem pos, a política era tema de conversa em casa. Dos indagados, ape nas 30% disseram que a política era seguidamente evocada nas con versas familiares.

Assim, 49% dos parlamentares, quando crianças, escuta vam pouco, ou apenas, de tempos em tempos, conversas sobre políti ca. Um grupo minoritário (30%) é que conviveu em clima familiar onde a política estava presente de maneira significativa.

As tabelas abaixo foram obtidas a partir das seguintes questões formuladas aos parlamentares: seus pais interessavam -se pela política ? Seu pai participava ativamente da política partidária ? Qual o movimento ou partido com que tinha mais afinidade?

Enquanto para 72% dos deputados os pais tinham interesse pela política, 27% responderam negativamente.

Com relação à participação nos movimentos partidários, o percentual das respostas positivas decresce: 62% declararam que os pais atuavam na política partidária e 36% das respostas foram negativas.

70% dos deputados indicaram os partidos com que seus pais tinham maior afinidade. Constata-se da relação uma grande dispersão de filiações políticas. Esta impressão é imediatamente corrigida quando apreciamos o fenômeno das gerações e os acontecimentos políticos. A grande maioria dos pais dos deputados que atuaram na política partidária o fizeram na 1ª. República e no Movimento de 30. Daí, a grande incidência do Partido Republicano e, em menor escala, do Partido Liberal. Também foram apontados outros movimentos de cunho personalístico ou ideológico como: o de Borges de Medeiros, de Getúlio Vargas, a Ação Integralista, ou ainda, o Movimento Constitucionalista de São Paulo.

22% tinham maior afinidade com o PSD (duas respostas apontam o Partido Republicano e o PSD e duas o Partido Liberal e o PSD); 15% exprimiam as suas simpatias pela UDN (aqui também temos duas respostas que apontam a UDN e o Partido Republicano e duas, o Partido Liberal e a UDN).

Os dados obtidos confirmam as tendências políticas do Estado: como partidos majoritários, a UDN e o PSD que, por sua

vez, eram os partidos que mais se aproximavam da orientação Republicana e Liberal. Nota-se que apenas 3 respostas apontam um partido popular como aquele da simpatia de seus pais.

TABELA 6 - FORMAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO

(C)

INTERESSE DOS PAIS PELA POLÍTICA		
	Nº	%
SIM	43	71
NÃO	16	27
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

PARTICIPAÇÃO DO PAI NA POLÍTICA PARTIDÁRIA		
	Nº	%
SIM	37	62
NÃO	22	36
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

TABELA 6 - FORMAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO

(D)

MOVIMENTO OU PARTIDOS COM QUE OS PAIS TINHAM TAIS AFINIDADES		
	Nº	%
PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE	9	15
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL	5	8
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	9	15
PARTIDO REPUBLICANO E PSD	2	3
PARTIDO REPUBLICANO E UDN	2	3
PARTIDO LIBERAL	2	3
PARTIDO LIBERAL E PSD	2	3
PARTIDO LIBERAL E UDN	2	3
PARTIDO LIBERTADOR	1	2
MOVIMENTO BORGES DE MEDEIROS	1	2
MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA	1	2
GETÚLIO VARGAS	1	2
PARTIDO INTEGRALISTA	1	2
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3	5
PARTIDO DO GOVERNO	1	2
NÃO TINHA PARTIDO	7	12
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

TABELA 7 - ATUAÇÃO POLÍTICA DO PAI DO DEPUTADO

(A)

EXERCEU CARGO DE REPRESENTANTE POLÍTICO		
	Nº	%
SIM	18	30
NÃO	42	70
T O T A L	60	100

(B)

NATUREZA DOS CARGOS		
	Nº	%
VEREADOR	10	45
PREFEITO	6	27
DEPUTADO ESTADUAL	4	18
GOVERNADOR	1	6
VICE GOVERNADOR	1	5
T O T A L	22	100

A TABELA 7 nos permite conhecer a proporção de deputados cujo pai exerceu função ou funções de representação política-eleitoral e a natureza dessas funções.

Vimos, anteriormente, que 72% dos deputados afirmaram que os pais tinham interesse pela política e, 62%, que participavam ativamente da política partidária. Observamos, agora, que os pais de apenas 18 deputados, ou seja, 30% do universo estudado, tiveram atuação ligada ao exercício formal de funções eletivas. As 18 respostas positivas correspondem a 22 cargos exercidos, na sua maioria, a nível local: 10 cargos de Vereador e 6 de Prefeito. Apenas 7% dos deputados tiveram progenitores que exerceram o mandato de Deputado Estadual; 2%, de Governador e 2%, de Vice-Governador.

Os dados sobre a atuação política do pai do deputado não são significativos e demonstram que para 30%, eventualmente, houve uma orientação no sentido do filho dar continuidade a car

reira política do pai.

Se os indicadores sobre a participação política do pai demonstraram alta taxa de interesse pela política e pelos movimentos partidários, já na questão para testar o grau das conversas sobre a política no meio familiar, indicou que apenas 30% dos entrevistados, conversaram seguidamente.

9. ATIVIDADES POLÍTICAS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA DO DEPUTADO

Indagados se os avós pertenciam a um partido político, 41% dos entrevistados responderam positivamente e 13% declararam desconhecer.

A TABELA 8 nos mostra os dados obtidas. Dos que pertenciam a um partido político, 58% eram do Partido Republicano e 23%, do Partido Liberal. Em menores proporções: 5% dos partidos Conservador e Liberal (da Monarquia); 2% do Liberal e que posteriormente ingressaram no PSD e 2%, do PSD.

TABELA 8 - ATIVIDADES POLÍTICAS DOS AVÓS

(A)

AVÓS PERTENCENTES A MOVIMENTO PARTIDÁRIO		
	Nº	%
SIM	25	42
NÃO	24	40
DESCONHECEM	8	13
S/RESPOSTA	3	5
T O T A L	60	100

TABELA 8 - ATIVIDADES POLÍTICAS DOS AVÓS

(B)

PARTIDO A QUE PERTENCEM OS AVÓS		
	Nº	%
PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE	15	57
PARTIDO LIBERAL	6	23
PARTIDO CONSERVADOR (MONARQUIA)	2	8
PARTIDO LIBERAL (MONARQUIA)	1	4
PARTIDO LIBERAL E PSD	1	4
PSD	1	4
T O T A L	26	100

Observa-se na TABELA 8, desde o tempo da Monarquia, a participação política em Santa Catarina teve sempre dois polos de aglutinação. Primeiro os partidos Conservador e Liberal. Com a Proclamação da República todos se integram no Partido Republicano Catarinense que, por sua vez, tendia a dividir-se em duas facções, fato que vai ocorrer com maior nitidez no fim da Primeira República: mantendo-se o Partido Republicano, de um lado, e o Partido Liberal do outro. Depois de 1945, a UDN e o PSD.

TABELA 9 - ATIVIDADES POLÍTICAS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA

(A)

OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA EXERCERAM CARGOS DE REPRESENTANTES POLÍTICOS?		
	Nº	%
SIM	44	73
NÃO	16	27
T O T A L	60	100

TABELA 9 - ATIVIDADES POLÍTICAS DE OUTROS MEMBROS
DA FAMÍLIA

(B)

MEMBROS DA FAMÍLIA QUE EXERCERAM CARGOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICO		
	Nº	%
AVÔ	9	12
TIO	16	21
IRMÃO	19	25
PRIMO	17	22
SOGRO	6	8
CUNHADO	8	10
GENRO	2	3
T O T A L	77	100

Outros membros da família tiveram atividades políticas, mostrando no conjunto dados significativos para o grupo estudado. 44 (73%) deputados indicaram 77 parentes que exerceram e/ou ainda exercem cargos de representação política. Quanto a natureza dos cargos eletivos foram indicadas todas as categorias: de vereador a governador do Estado.

Analisando todos os dados em conjunto, veremos que o membro da família do deputado que mais aparece com atividades políticas é o irmão, que ocorre em cerca de 31% do universo estudado.

10. A PARTICIPAÇÃO DO DEPUTADO NAS ATIVIDADES POLÍTICO- -ESTUDANTIS

No levantamento realizado sobre a participação dos deputados na política estudantil, obtivemos os seguintes dados: 48%,

do grupo estudado, participaram quando jovens, de política estudantil e destes, 85% ocuparam cargos de representação nos órgãos dirigentes.

Considerando que 46, (76%) frequentaram o curso secundário (no caso, o colegial ou equivalente) e o superior, onde tiveram oportunidade de participar de atividades políticas, verifica-se que o número dos que efetivamente exerceram qualquer função ou ação na política estudantil (48%) não é relevante. O dado mais significativo é que dos participantes, 85%, foram eleitos para funções de direção nos diversos órgãos estudantis, sendo que alguns (5) exerceram alternadamente cargos em órgãos dirigentes do secundário e do curso superior.

Conclui-se, pois, que para 40% dos deputados, estas atividades representaram o estágio inicial da vida política e que, aliadas ao interesse da família pela política, teriam estimulado o ingresso na política-partidária. Por outro lado, para a maioria dos deputados, a militância política só se efetivou, realmente, quando exerceram atividades partidárias.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ESTUDANTIL

(A)

PARTICIPARAM DE POLÍTICA ESTUDANTIL		
	Nº	%
SIM	29	48
NÃO	31	52
T O T A L	60	100

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ESTUDANTIL

(B)

CURSO		
	Nº	%
SUPERIOR	26	74
SECUNDÁRIO	9	26
T O T A L	35	100

OCUPARAM CARGO DE DIREÇÃO EM ÓRGÃO ESTUDANTIL		
	Nº	%
SIM	24	38
NÃO	5	8
CURSO SUPERIOR	22	35
CURSO SECUNDÁRIO	7	11
T O T A L	63	100

II. PARTICIPAÇÃO DO DEPUTADO NA POLÍTICA SINDICAL

Quanto às atividades do deputado na vida sindical, e a influência desta na política, os dados revelaram que apenas uma minoria, 15%, teve qualquer ligação com o movimento sindical, antes de eleito.

Um percentual ainda menor (6%) influenciou nas composições das chapas para as Diretorias dos sindicatos antes de eleitos, elevando-se para 10% depois de eleitos.

Deve-se ressaltar que dos 15% que estavam ligados à vida sindical, 3% pertenciam a sindicatos patronais e os restantes, a sindicatos de empregados.

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA SINDICAL

(A)

PERTENCIAM A SINDICATO		
	Nº	%
SIM	9	15
NÃO	51	85
T O T A L	60	100

(B)

INFLUENCIAVAM NA ESCOLHA DAS CHAPAS PARA A DIRETORIA		
	Nº	%
ANTES DE SER ELEITO DEPUTADO ESTADUAL	4	40
DEPOIS DE SER ELEITO DEPUTADO ESTADUAL	6	60
T O T A L	10	100

A adesão ou participação nos movimentos sindicais não são elementos constitutivos da política tradicional, são mais frequentes em política trabalhista e os dados da pesquisa têm revelado que a maioria dos eleitos representava mais as classes privilegiadas, de onde provinham social, econômica ou educacionalmente, e bem poucos deles provinham da camada mais pobre ou de representação sindical trabalhista.

Outro detalhe que explica esta diminuta participação é o fato de que os sindicatos e as atividades trabalhistas eram próprias dos centros urbanos, e no período estudado, os eleitos obtinham a maioria da sua votação nas zonas rurais dos municípios, cujos dados apresentaremos adiante.

12. INÍCIO DAS ATIVIDADES POLÍTICAS

Ao analisarmos anteriormente o quadro referente à idade

do parlamentar catarinense observamos que a maioria da representação era jovem e, desta forma, não poderia ter participado da política partidária antes de 1945. Agora, as tabelas sobre o início das atividades políticas vêm confirmar a assertiva. O deputado catarinense na sua maioria (63%) votou pela primeira vez, em 1945, com a reabertura democrática e nos anos subsequentes. Apenas 13% declararam ter votado antes de 1930 e 15% no período de 1930 a 1937. Ao votar pela primeira vez o deputado escolheu candidatos de um só partido (87% das respostas). Apenas 4 (7%) optaram por candidatos de vários partidos. Conclui-se, pois, que o deputado, ao votar pela primeira vez, já tinha uma definição política, o que pode ser perfeitamente observado nos motivos declarados para a escolha dos candidatos. A vinculação partidária corresponde a 49% das respostas e a vinculação ideológica a 37%. As vinculações pessoais e familiares correspondem apenas a 8 e 5% respectivamente.

TABELA 12 - INÍCIO DAS ATIVIDADES POLÍTICAS

(A)

ANO EM QUE VOTOU PELA PRIMEIRA VEZ		
	Nº	%
ANTES de 1930	8	14
1930 A 1937	9	15
1945 A 1950	35	58
1951 A 1955	3	5
S/RESPOSTA	5	8
T O T A L	60	100

(B)

QUANDO VOTOU PELA 1ª VEZ ESCOLHEU CANDIDATO		
	Nº	%
DE UM SÓ PARTIDO	51	85
DE VÁRIOS PARTIDOS	4	7
S/RESPOSTA	5	8
T O T A L	60	100

TABELA 12 - INÍCIO DAS ATIVIDADES POLÍTICAS

(C)

RAZÕES PARA ESCOLHA DOS DEPUTADOS		
	Nº	%
POR VINCULAÇÃO PESSOAL	5	10
" " FAMILIAR	7	13
" " PARTIDÁRIA	20	35
" " IDEOLÓGICA	23	42
T O T A L	55	100

TABELA 13 - A PRIMEIRA ADESÃO A UM PARTIDO POLÍTICO

ANO			PARTIDO		
	Nº	%		Nº	%
ANTES DE 1930	4	7	PSD	25	42
1930 A 1937	5	8	UDN	15	25
1945 A 1950	38	63	PTB	5	8
1951 A 1955	8	14	PART. REPUBLICANO C.	3	5
S/RESPOSTA	5	8	ALIANÇA LIBERAL	2	3
			A. I. B.	2	3
			ALIANÇA REPUBLICANA	1	2
			PTN	1	2
			PRP	1	2
			PL	1	2
			UNIÃO DEMOCR. BRAS.	1	2
			S/RESPOSTA	3	5
T O T A L	60	100		60	100

TABELA 14 - PRIMEIRA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

(A)

ANO			PARTIDO		
	Nº	%		Nº	%
ANTES DE 1930	1	2	PSD	26	43
1930 A 1937	5	8	UDN	17	28
1945 A 1950	36	50	PTB	6	10
1951 A 1955	9	15	PARTIDO REPUBLICANO C.	2	3
1955 A 1960	4	7	A.I.B.	2	3
DEPOIS DE 1960	1	2	PRP	1	2
S/RESPOSTA	4	7	PTN	1	2
			PSP	1	2
			ALIANÇA LIBERAL	1	2
			ALIANÇA REPUBLICANO	1	2
			S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100		60	100

Se compararmos as variáveis das tabelas referentes à primeira adesão a um partido político e à primeira filiação partidária, vamos observar a homogeneidade das respostas; 15% dos inquiridos aderiram a uma organização política antes do Estado Novo e 78%, depois de 45. Quanto à filiação, 10% declararam terem-se filiado a um partido antes de 1937 enquanto 83% só vieram a participar da política-partidária a partir de 1945. O período ditatorial impossibilitara alguns deputados de militarem na vida política como filiados a partidos.

O Professor Osvaldo Cabral, Constituinte de 1947, em depoimento à autora, (fevereiro/77) expressa perfeitamente o pensamento desses políticos:

"Os Constituintes de 1947, sem distinção de Partido, entraram na vida pública e para a representação política do Estado com grande entusiasmo. Tínhamos uma inabalável vontade

de servir a nossa Terra - e fomos uma geração prejudicada pelos 15 anos de ditadura, que nos afastara dos prêmios eleitorais".
(grifo nosso).

Com relação aos partidos políticos observa-se que os deputados mantiveram-se fiéis à primeira adesão, filiando-se ao partido pelo qual já nutriam simpatias ou vinculações ideológicas. Os seguidores dos partidos anteriores a 1937, integram-se depois de 1945, no PSD e na UDN. Estes partidos representavam, no Estado, os segmentos do antigo Partido Republicano Catarinense, como já foi sobejamente demonstrado.

TABELA 14 - PRIMEIRA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

(B)

FATORES QUE INFLUENCIARAM A PRIMEIRA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA		
	Nº	%
MOTIVOS IDEOLÓGICOS AO PARTIDO	34	36
MOTIVOS DE AMIZADE PESSOAL AO DIRIGENTE DO PARTIDO	12	13
MOTIVOS DE LAÇOS FAMILIARES COM DIRIGENTES DOS PARTIDOS	5	5
MOTIVOS DE LUTAS POLÍTICAS LOCAIS	19	20
MOTIVOS DE LUTAS POLÍTICAS ESTADUAL	4	4
MOTIVOS DE SIMPATIAS PESSOAIS A UM OU MAIS LÍD. DO PARTIDO	21	22
T O T A L	95	100

Quanto aos motivos que os levaram a se filiar a determinado partido, temos seis itens pelos quais se distribuem 105 respostas, já que elas não eram exclusivas.

Entre esses itens, a filiação ideológica e as simpatias pessoais a um ou vários líderes partidários, foram os mais focalizados com 32 e 20% das respostas, respectivamente.

As dissensões políticas locais e estadual correspondem a 30% das respostas. Os motivos de amizade ao dirigente partidário, com 11% e, finalmente, os laços familiares com dirigente partidário com apenas 5% das respostas.

Analisando por outro ângulo, observamos que os fatores de ordem pessoal (simpatias pessoais, amizade a dirigente partidário e lutas políticas locais) apresentam maior índice, com 50% e, os motivos políticos-ideológicos, propriamente, com 32% das declarações.

TABELA 14 - PRIMEIRA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

(C)

FUNÇÕES EXERCIDAS NA DIREÇÃO DO PARTIDO DEPOIS DA PRIMEIRA FILIAÇÃO		
	Nº	%
NÃO EXERCEU	12	15
EXERCEU A NÍVEL LOCAL	37	47
EXERCEU A NÍVEL ESTADUAL	30	38
T O T A L	79	100

Após a primeira filiação partidária apenas 20% dos entrevistados não exerceram postos na direção do partido a nível local ou regional. Dos restantes, 37 exerceram funções a nível local e 30 no Diretório Estadual.

A classe política municipal é formada pelos que ocupam postos de direção partidária ou cargos eletivos no município.

Acima da elite política municipal, cuja importância varia com a do município, coloca-se a classe política estadual que se divide em governador, representantes do Estado no Congresso Nacional, a direção partidária, propriamente, e os deputados esta

duais.

Os dirigentes partidários se situam em melhores planos quando detêm posto eletivo no Estado ou no município, pois o êxito eleitoral é um critério de seleção e de distribuição dos papéis na direção partidária.

TABELA 15 - A MUDANÇA DE PARTIDO

(A)

MUDANÇA DE PARTIDO DEPOIS DA 1ª FILIAÇÃO PARTIDÁRIA		
	Nº	%
SIM	4	7
NÃO	56	93
T O T A L	60	100

(B)

MOTIVOS QUE OS LEVARAM A MUDAR DE PARTIDO		
	Nº	%
IDEOLÓGICO E DISCORDÂNCIA COM A DIREÇÃO PARTIDÁRIA	1	25
DIVISÃO POLÍTICA LOCAL	2	50
POR NÃO TER OBTIDO IND. PARTIDÁRIA P/DISPUTAR CARGO	1	25
T O T A L	4	100

Quanto à vida partidária do deputado, indagamos se depois da primeira filiação, pertencera a outro partido. Não foi considerada a mudança partidária ocorrida durante a redemocratização, em 1945 e com a extinção dos partidos em 1965 e a criação da ARENA e MDB. Nestas ocasiões, mudaram-se as siglas, mas foram mantidos os postulados ideológicos. Assim, por exemplo, o filiado da AIB que depois ingressou no PRP ou, o filiado do Partido Liberal que vai ingressar no PSD.

Apenas 7% dos deputados declaram ter ingressado em ou

tro partido depois da primeira filiação partidária. Um número insignificante no cômputo geral e que poderia ter efeito apenas na época da mudança.

Três deixaram o PSD para ingressar, respectivamente, no PTB, no PDC e no PRP. Um saiu do PTN para ingressar no PSP.

Quanto aos motivos alegados para o abandono e ingresso no novo partido: divisão da política local (2); por discordar da direção partidária e por motivo ideológico (1) e, um, por não ter obtido a indicação partidária para disputar cargo eletivo.

Um deputado declarou que embora não tivesse trocado de partido, deixou aquele a que se filiara anteriormente por discordância com a direção partidária.

Dos quatro que concorreram a cargo eletivo (deputado estadual), pelo novo partido, apenas um não conseguiu eleger-se. Isto evidencia que a mudança de partido político nos casos analisados não influenciou sobre o eleitorado, que os reconduziu à condição de parlamentares pela mesma região.

13. DADOS RELATIVOS A ÉPOCA DA ELEIÇÃO (OU REELEIÇÃO) PARA DEPUTADO

TABELA 16 - A ESCOLHA DO CANDIDATO A DEPUTADO

(A)

A SUGESTÃO DA CANDIDATURA PARTIDÁRIA		
	Nº	%
DO COMANDO POLÍTICO LOCAL	40	60
DO COMANDO POLÍTICO REGIONAL	18	25
DA PRÓPRIA VONTADE	9	13
DE ASSOCIAÇÃO OU SINDICATO	2	3
DE ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA	1	1
DE GRUPO ECONÔMICO	-	-
T O T A L	70	100

O poder local foi um dos traços marcantes na vida política brasileira da República Velha, como já tivemos ocasião de observar, e parece que a sua importância não pode ser ignorada na vida política partidária, depois de 1945, principalmente na dos grandes partidos (PSD e UDN) que dispunham de extensa rede de diretórios em todos os municípios e chefes políticos já estabelecidos em distritos e sub-distritos. Daí o domínio absoluto de deputados, na Assembléia Legislativa, oriundos destes dois partidos.

Para as bases do partido, cujos interesses e motivações são locais (já que as decisões de nível estadual e nacional ficam a cargo dos diretórios regional e nacional) a figura do deputado representava o horizonte máximo na medida em que era o elemento integrador com a política estadual e das condições que dispunha de distribuir favores.

Verificou-se que em Santa Catarina o Comando político local não abria mão da indicação dos candidatos a Deputado Estadual. Do grupo entrevistado, 57% teve a sua candidatura indicada pela Chefia política do município e 25% pela liderança estadual. Para 12% a sugestão partiu do próprio candidato (no caso de chefiar o partido na região). Em número reduzido, a indicação partiu do sindicato ou de associação religiosa. Observa-se, pois, que a praxe era ser indicado pela chefia local, pois esta exercia, de fato, o poder de escolha dos candidatos.

Já que as respostas não eram exclusivas, observamos que houve caso do candidato ser escolhido pelo diretório municipal e ter apoios do Comando regional ou do Chefe máximo do partido, como nos foi declarado por um deputado.

TABELA 16 - A ESCOLHA DO CANDIDATO A DEPUTADO

(B)

	Nº	%
PRESTÍGIO PESSOAL	48	28
SITUAÇÃO FINANCEIRA FAVORÁVEL	15	9
AS LIGAÇÕES DE AMIZADE COM O PODER LOCAL	32	19
AS LIGAÇÕES DE AMIZADE COM O PODER ESTADUAL	13	8
AS LIGAÇÕES DE PARENTESCO COM O PODER LOCAL	17	10
AS LIGAÇÕES DE PARENTESCO COM O PODER ESTADUAL	9	5
O APOIO QUE RECEBERIA DOS GRUPOS POLÍTICOS	25	15
O APOIO QUE RECEBERIA DOS GRUPOS ECONÔMICOS	11	6
T O T A L	170	100

Indagados quais os fatores que pesavam na escolha de um candidato à Assembléia Legislativa, a maioria respondeu que era o prestígio eleitoral. Nos itens pelos quais se distribuíram as respostas, e aqui elas também não eram exclusivas, observamos que os mais focalizados além do prestígio pessoal foram: as ligações de amizade com o poder político local e o apoio que receberia dos grupos políticos.

Embora ficasse evidente a importância do prestígio pessoal, isto é, a dimensão eleitoral, no lançamento de uma candidatura, não podiam ser negligenciados outros fatores: as relações pessoais com as chefias partidárias (no caso do candidato não representar o poder local) em nível local e estadual.

Em proporção pequena, mas também indicados como fatores que pesavam na escolha de um candidato, as ligações de parentesco com a chefia local ou regional e a situação econômica favorável.

TABELA 16 - A ESCOLHA DO CANDIDATO A DEPUTADO

(C)

EXERCIA FUNÇÃO PARTIDÁRIA QUANDO FOI ELEITO DEPUTADO ESTADUAL ?		
	Nº	%
NO DIRETÓRIO MUNICIPAL	31	72
NO DIRETÓRIO ESTADUAL	12	28
T O T A L	43	100

Mais uma vez está evidenciado na TABELA 16 a importância do poder local na escolha dos candidatos a Deputado Estadual. Do grupo pesquisado mais da metade exercia função partidária a nível local e apenas 20% tinham cargo na direção partidária estadual.

14. AS DECISÕES POLÍTICAS DE INTERESSE LOCAL

TABELA 17 - A POLÍTICA LOCAL

(A)

DECISÕES QUE ENVOLVIAM INTERESSE LOCAL		
	Nº	%
O COMANDO POLÍTICO DECIDIA LIVREMENTE	37	62
A ORIENTAÇÃO PARTIA DA LIDERANÇA ESTADUAL	11	18
A DECISÃO ERA TOMADA EM CONJUNTO	6	10
S/RESPOSTA	6	10
T O T A L	60	100

Um traço que demonstra a existência de autonomia das bases dos partidos em relação a cúpula Estadual é o respeito destas decisões tomadas pelos chefes ou pela direção local, nos assuntos que envolviam interesses políticos de uma região ou de

um município.

Como se observa do quadro, na maioria, o comando político local decidia livremente seus interesses, com o que se verificava, muitas vezes, posições políticas contrárias de município para município, ou município para o Estado. Mas é que para fortalecer as direções ou chefias locais, o Partido tinha que adaptar-se aos interesses locais da política, objetivando o seu crescimento e a obtenção de maior número de votos nas eleições gerais para suas legendas Estadual e Federal.

A influência das chefias estaduais era mais sentida quando a decisão a tomar referia-se às dissidências ou dissensões internas locais. Aí, para evitar qualquer tipo de rompimentos ou de fracionamento eleitoral, as chefias regionais ou Estadual intervinham para encontrar uma solução que, via de regra, era a da conciliação ou da distribuição de posições e cargos, por etapas ou por eleições.

Nos municípios de maior incidência de chefes com força política, a solução dos problemas do interesse local ficava a seu cargo, pois era exatamente da sua capacidade de conciliar que sobressaía o seu prestígio e o respeito por suas decisões. Dós descertos, logicamente, advinham os tumultos e normalmente a decadência da chefia, com sua natural substituição.

A existência e a permanência de poder local divergente não implicava num poder estadual fraco.

Podemos dizer com base nas informações obtidas nos jornais e entrevistas, que as chefias partidárias, principalmente dos grandes partidos, PSD e UDN, eram fortes, estáveis, constituídas em torno de líderes influentes e revestidas de caráter oligárqui

co. No caso do PSD, por exemplo, segundo depoimento de um de seus líderes, havia autonomia das bases em relação a cúpula partidária.

As bases resolviam seus problemas de acordo com as suas conveniências e o Chefe Estadual aparecia como elemento integrador, obtendo a coesão na medida em que respeitava os interesses e particularidades locais. Com este comportamento garantia-se a adesão, a aceitação e o apoio nas questões de interesse estadual. Quando ocorriam dissidências locais, na escolha de candidatos, aplicavam-se os estatutos do partido e os candidatos eram então escolhidos através de votação secreta pelo Diretório Municipal. Quando um candidato era preterido por um diretório, costumava buscar apoio em outros diretórios, para obter a condição de candidato (12).

Lucia Lippi, que fez um estudo sobre o PSD, diz que "o crescimento do partido foi tanto maior quando foi capaz de conhecer, representar e sobrepujar suas próprias bases locais, sem criar atritos que ameaçassem a fragmentação do partido". Era o chamado "comportamento pessedista" (13).

O vínculo de dependência entre as chefias locais e estadual era maior ou menor na medida em que o chefe local dependia do Governo do Estado para manter a sua força política.

[12] Entrevista com Celso Ramos, ex-Presidente do PSD, ex-governador e ex-Senador (19.10.77).

[13] OLIVEIRA, Lucia Lippi de. "Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático". in DADOS, Rio de Janeiro, nº 10, 1973, p. 149.

O Estado com as transformações sócio-econômicas é que tem os meios para acenar-lhes com novos benefícios, já que detêm o monopólio dos recursos materiais (serviços públicos, créditos, favores de toda ordem). Por sua vez, o chefe local detém potencialmente o monopólio dos votos, o que resulta numa troca permanente de favores entre ambos e do interesse de ambos.

Segundo declarações de um entrevistado, as chefias partidárias (do PSD, no caso) avaliavam os municípios pelo seu peso eleitoral em favor da legenda e das vitórias do partido, em vez de fazê-lo pelo seu peso econômico. Assim, alguns municípios de pouca influência econômica, possuíam maior apoio nas decisões dos partidos e mesmo nos atos dos governos, do que municípios de grande expressão para a economia do Estado.

15. O INÍCIO DA CARREIRA POLÍTICA DO DEPUTADO

TABELA 18 - INÍCIO DA CARREIRA POLÍTICA

(A)

CONCORREU EM ELEIÇÕES ANTERIORES AO MANDATO DE DEP. ESTADUAL			ELEIÇÕES GANHAS		
	Nº	%		Nº	%
SIM	40	68	SIM	29	72
NÃO	20	33	NÃO	11	27
T O T A L	60	100		40	100

(B)

	Nº	%		Nº	%
VEREADOR	27	56	VEREADOR	26	59
PREFEITO	9	19	PREFEITO	8	18
DEPUTADO ESTADUAL	11	23	DEPUTADO ESTADUAL	10	23
DEPUTADO FEDERAL	1	2	(Suplente)	-	-
T O T A L	48	100		44	100

Dos 60 deputados entrevistados, 40, ou seja, 66% haviam concorrido a outras eleições antes de serem eleitos deputados es taduais.

Dos 48 cargos concorridos anteriormente, 57% eram de vereador, 19% de prefeito; 22% de deputado estadual e 2% de deputado federal.

Entre os que concorreram, 29 se elegeram, uma ou mais vezes para 26 cargos de vereador e 8 de Prefeito. Dos 11 que con correram à Assembléia Legislativa e não foram eleitos, 10 chegaram a assumir o mandato na condição de suplente.

Assim, conclui-se que um grupo minoritário (45%) ini ciou a carreira política a nível local, enquanto para a maioria, a deputação estadual constituiu a primeira etapa da vida política eleitoral.

16. ELEITORADO E VOTAÇÃO

TABELA 19 - OBTENÇÃO DOS VOTOS POR ÁREAS MUNICIPAIS

ELEITORES ESCRITOS	(A)	
	Nº	%
NA ZONA RURAL	37	62
NA ZONA URBANA	21	35
S/RESPOSTA	2	3
T O T A L	60	100

TABELA 19 - OBTENÇÃO DOS VOTOS POR ÁREAS MUNICIPAIS

(B)

A VOTAÇÃO DO DEPUTADO PROVINCIAL MAIS ACENTUADAMENTE	PARTIDOS					
	PSD	%	UDN	%	PTB	%
DOS CENTROS URBANOS	25		23		20	
BAIRROS OPERÁRIOS	12		6		27	
BAIRROS DA PERIFERIA	8		9		13	
REGIÕES RURAIS DOS MUNICÍPIOS	40		45		27	
DISPERSOS POR TODA CIDADE	15		17		13	
T O T A L	100		100		100	

Com relação ao eleitorado observa-se no QUADRO XXIII, que 61% dos deputados declararam que na sua região haviam mais eleitores na zona rural do que na urbana. Tendo em vista que ainda em 1960, 68% da população catarinense era rural (13), o que se explica porque a votação da maioria dos deputados procedia acentuatadamente das zonas rurais.

O PSD e a UDN obtinham sua votação praticamente nas mesmas áreas eleitorais: os centros urbanos e as regiões rurais. São destas duas regiões carreavam cerca de 65% dos votos para as suas legendas. Tal concentração é perfeitamente explicável: pela estrutura dos partidos, pela sua representação dentro da sociedade local e pelo poder dos dirigentes na indústria e no comércio. Os eleitores dos centros urbanos, em virtude destas influências para a obtenção de empregos e favores, se inclinavam em votar num dos dois partidos. A área rural, por sua vez era coberta pelos chefes

(13) DADOS DO IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1971.

locais de vocação "governista", mantendo o eleitor sob domínio sócio-econômico e político, podendo dirigir a votação para onde desejassem.

O terceiro partido em projeção, o PTB, ao contrário, possuía sua maior força eleitoral nos bairros operários e periféricos da cidade, com aproximadamente 40%. Na região rural obtinha uma fatia correspondente a menos da metade da obtida por qualquer um dos dois partidos. Assim, para o PTB, o centro urbano mais a região rural forneciam a mesma percentagem de votos que os bairros operários. Segundo depoimento de entrevistados, eram nestes bairros que sempre se concentravam os mais graves problemas sociais da cidade: população pobre, habitação precária, problemas de ordem social, sanitária, transportes, educação, etc. E as teses defendidas pelo PTB encontravam, naturalmente, melhor acolhida neste grupo de eleitores, provindo de baixos salários. Nestas áreas, PSD e UDN revelam que obtinham pequena percentagem de votos: 15 a 20%, enquanto o PTB, como consta do Quadro, mais de 40%.

TABELA 20 - FORMAS DE CONCORRÊNCIA

O DEPUTADO QUANDO FOI ELEITO PELA PRIMEIRA VEZ, CONCORREU		
	Nº	%
SOZINHO, EM TODA A REGIÃO	3	5
COM OUTROS CANDIDATOS DE OUTROS PARTIDOS	31	52
COM OUTROS CANDIDATOS DE MESMO PARTIDO	12	20
COM CANDIDATOS DO MESMO E DE OUTROS PARTIDOS	13	22
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

O Deputado Estadual do período em estudo costumava concorrer, em média, por cinco municípios além do município base. Apenas 5% dos candidatos concorriam sozinhos em toda a região, 52% concorriam com candidatos de outros partidos e cerca de 20% com candidatos do mesmo partido e 21% com candidatos do mesmo e de outros partidos.

Foi observado que 57% dos deputados que concorreram a reeleição alargaram as suas áreas eleitorais. Mas, verificou-se também, nos casos de reeleição, maior incidência (57%) de candidatos disputando as mesmas áreas com concorrentes do seu e dos outros partidos.

TABELA 21 - O CABO ELEITORAL

(A)

A IMPORTÂNCIA DO CABO ELEITORAL NA REGIÃO DO DEPUTADO		
	Nº	%
MUITA	51	85
POUCA	5	8
NENHUMA	3	5
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

Observa-se que para 85% dos deputados o cabo eleitoral era muito importante como elemento de ligação entre o candidato e o eleitor.

Tendo uma função clientelística que consistia no atendimento de demandas específicas, como: empregos, dinheiro, influências e outras, cabia ao cabo eleitoral, através dos seus contatos

peçoais com o eleitor encaminhar os pedidos ao candidato e manter o prestígio deste junto ao eleitorado. Forma-se, desta maneira, uma relação de clientela de estrutura piramidal: na base os eleitores, clientes do cabo eleitoral e este, cliente do candidato ou do chefe político.

De acordo com as declarações dos deputados, os favores prestados pelos cabos eleitorais aos eleitores eram financiados, em primeiro lugar, pelo candidato que o cabo eleitoral apoiava, e, em segundo lugar, às expensas do próprio cabo eleitoral. De modo geral, o cabo eleitoral é um usufrutuário das eleições: seu poder de influência, suas condições econômicas e financeiras, seu tráfico de eleitor, tudo assume maior proporção nos períodos pré-eleitorais. E ele próprio, ou a sua família por igual, são também beneficiados com favores, regalias e empregos públicos ou particulares. O chefe político local e o poder público dão as soluções e resolvem os problemas que o cabo eleitoral, diretamente, não sabe ou não tem condições de fazê-lo.

17. DADOS RELATIVOS AS ATIVIDADES PARLAMENTARESTABELA 22 - OBJETIVOS DO PROGRAMA POLÍTICO

(A)

OS OBJETIVOS DO PROGRAMA E AS ATIVIDADES PARLAMENTARES ESTAVAM MAIS CENTRALIZADAS PARA :		
	Nº	%
EDUCAÇÃO E CULTURA	27	14
ASSISTÊNCIA SOCIAL	16	8
SAÚDE PÚBLICA	14	7
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17	9
OBRAS PÚBLICAS	24	12
ATIVIDADES SOCIAIS E TRABALHISTAS	7	4
O PROGRAMA POLÍTICO	9	5
FISCALIZAÇÃO DO GOVERNO COMO OPOSIÇÃO	23	12
APOIO DO GOVERNO	14	7
DEFESA DOS DIREITOS E DO REGIME DEMOCRÁTICO	18	9
COMBATE AOS SISTEMAS POLÍTICOS DE ESQUERDA	7	4
COMBATE AOS SISTEMAS POLÍTICOS DE DIREITA	6	3
NÃO HAVIA PROGRAMA DEFINIDO	-	-
DEFESA DOS INTERESSES DOS ELEITORES	16	8
T O T A L	198	100

Como objetivos e ação do programa político de cada um dos deputados temos 14 itens pelos quais se distribuem 198 respostas, já que os objetivos são múltiplos.

Os itens "Educação e Cultura" e "Obras Públicas" centralizam 51 respostas. Logo a seguir temos o da "Fiscalização do Govern

(14) As limitações encontradas no que se refere a tempo e recursos não permitiram realizar um estudo mais detalhado acerca dos projetos e medidas legislativas apresentadas pelo grupo pesquisado.

no", a "Defesa dos direitos e do regime democrático" e "Desenvolvimento econômico" com 58 respostas. Estes cinco itens englobam mais de 50% do número de respostas e representam, desta forma, o centro das atenções e da ação das atividades parlamentares.

"Educação e Cultura" e "Obras Públicas" dizem muito ao interesse local, do qual o deputado não poderia estar divorciado. Já a "Fiscalização do Governo" embora se constitua numa das mais importantes atribuições do Legislativo foi sempre exercida como decorrência do fato de ser oposição ao Governo, e nunca como atividade inerente ao mandato.

TABELA 23 - FECHAMENTO DA QUESTÃO

(A)

	UDN	PSD	PTB	PRP
	%	%	%	%
DA CHEFIA DO PARTIDO	10	36	25	60
DA LIDERANÇA DO PARTIDO NA ASS.	50	25	13	20
DE DECISÃO DA MAIORIA DA BANCADA	18	11	62	-
DO GOVERNO DO ESTADO	22	25	-	20
T O T A L	100	100	100	100

Para saber se o parlamentar catarinense tinha ou não poder de decisão sobre as votações em que ia exercer o seu mandato e voto, indagamos se o fechamento de questão, nas votações da Assembléia, era ato exercido pelos próprios parlamentares, pelas lideranças de bancada, pelas chefias do Partido ou do Governo, quando fosse o caso.

O resultado da TABELA 23' revela a existência de 2 posições divergentes entre os quatro principais Partidos com representação permanente na Assembléia:

- 1º - a da maior obediência às chefias partidárias do que às bancadas onde se destacam o PSD e o PRP;
- 2º - a de predomínio da liderança e das bancadas, à revelia das chefias partidárias, para a UDN e o PTB.

Nos partidos de quadro, de chefias fortes e domínio perpendicular quanto à obediência às direções partidárias, sobressai o domínio das chefias. Nos partidos com apenas organização de cúpula, verifica-se o contrário: quem tem mais poder decisório é o portador do mandato.

Em Santa Catarina é notória a posição do PSD, como do PRP, onde as chefias possuíam absoluto controle sobre os quadros partidários, inclusive sobre os parlamentares, considerando-se as respostas de obediências às chefias, na proporção de 61% para o PSD e 80% para o PRP.

Ao contrário, tanto na UDN quanto no PTB, as bancadas possuíam independência em relação às chefias partidárias, decidindo por si os caminhos e os votos a conferirem.

Na UDN, 68% respondeu que o fechamento de questão era ato da liderança ou da própria bancada, enquanto no PTB a resposta atingiu a 75%.

Como a UDN exerceu por algum tempo o Governo do Estado, é natural que a chefia do executivo tivesse ingerência nestes casos, aparecendo aqui à proporção de 22%. Na época em que foi oposição, as decisões da UDN saíam da liderança do partido na Assembléia, e somente em casos relevantes, na proporção de 10%, era

ouvida a chefia do Partido.

Conforme as informações colhidas entre parlamentares, a disciplina partidária foi uma tônica dos partidos estruturados e de quadros. No PSD, por exemplo, dificilmente alguém votava diferentemente da orientação da chefia partidária, que fechava a questão em tudo que fosse considerado de interesse relevante ou fazendo parte do programa partidário.

Reunida a bancada, a chefia dava a orientação que dificilmente seria desatendida. O PSD, quando governo do Estado, também não abria mão nas questões que envolvessem interesse da Administração. Nestes casos, o Governador é que fechava a questão (15).

O PTB, de estrutura apenas protocolar ou legal e de chefias instáveis, apresentava procedimento diferente no fechamento de questão. A bancada tomava as decisões, na maioria absoluta dos casos (2/3) onde a própria liderança pouco interferia, conforme foi demonstrado na TABELA 23.

Nos pequenos partidos, sem uma disciplina rígida, os deputados tinham maior independência e na maioria das vezes agiam mais de acordo com seus interesses pessoais e particulares do que com a orientação ou ideologia do partido. São famosos os casos em que parlamentares dos pequenos partidos, principalmente, desobedeciam as decisões partidárias, ou das bancadas, e obtinham para si ou seus parentes, recompensas e favores dos governos, por votarem em projetos de interesse "palaciano".

TABELA 24 - A POSIÇÃO DO DEPUTADO FRENTE ÀS DELIBERAÇÕES DA BANCADA

(A)

PERTENCEU A BLOCO PARLAMENTAR QUE TOMAVA POSIÇÃO OU TINHA ATUAÇÃO PARALELA À BANCADA ?		
	Nº	%
SIM	13	22
NÃO	46	77
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

(B)

VOTOU ALGUMA VEZ CONTRA A DELIBERAÇÃO DA BANCADA		
	Nº	%
SIM	23	38
NÃO	34	57
S/RESPOSTA	1	2
T O T A L	60	100

(C)

TOMOU POSIÇÃO CONTRÁRIA A DELIBERAÇÃO DA BANCADA POR:	PSD		UDN		PTB		PRP		PSP	
	Nº	%								
ATITUDE DE INDEPENDÊNCIA PARLAMENTAR	7	41	4	36	-	-	2	40	1	100
INTERESSE DIR. NO PROJETO DE VOTAÇÃO	2	12	-	-	-	-	1	20	-	-
INTERESSE DA REGIÃO NO PROJ. EM VOTAÇÃO	8	47	5	45	1	100	2	40	-	-
INTERESSE DO GRUPO PARLAM. A QUE PERTEN CIA	-	-	2	18	-	-	-	-	-	-
T O T A L	17	100	11	100	1	100	5	100	1	100

Apenas uma minoria dos entrevistados (21%) pertenceu a bloco parlamentar ou a grupo de deputados que tomava posição ou tinha atuação paralela à bancada.

Havia nos grandes partidos, principalmente no PSD, como já foi demonstrado, disciplina e obediência. Um deputado pessedista declarou que mesmo quando o partido, através da sua chefia ou

da liderança na Assembléia, não fechava a questão em torno de de terminada matéria, a bancada costumava votar coesa.

38% dos Deputados declararam que votaram alguma vez contra a deliberação da bancada. Quanto aos motivos alegados, observa-se do QUADRO acima, que a maior incidência está no item "interesse da região no projeto em votação" com 16 respostas, correspondendo, também, ao maior número de respostas do PSD e da UDN. O item "independência parlamentar", com 14 respostas, foi o motivo alegado por um representante do PSP. Representa 40% das respostas do PRP, 41% do PSD e 36% da UDN. Os dois itens restantes: "interesse direto no projeto em votação" representa 12% das respostas dadas pelos deputados do PSD e 20%, do PRP; "interesse do grupo parlamentar a que pertencia" foi mencionado apenas pelos deputados da UDN e representa 18% das respostas deste segmento parlamentar.

TABELA 25 - O DEPUTADO E OS ACORDOS POLÍTICOS PESSOAIS

(A)

REALIZOU ACORDOS COM OUTROS PARTIDOS PESSOALMENTE, OBJETIVANDO:		
	Nº	%
ELEIÇÕES MUNICIPAIS	14	19
ELEIÇÕES P/MESA DA CÂMARA DE VEREADORES	7	10
ELEIÇÕES P/MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	18	25
ELEIÇÕES PARA MEMBROS OU DIRIGENTES DE COMISSÕES	9	12
HOMOLOGAÇÃO DE PESSOAS PARA CARGAS QUE DEPENDIAM DE APROVAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	2	3
APROVAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PESSOAS PARA CARGOS ESPECIAIS QUE DEPENDIAM DE APROVAÇÃO DA ASSEMBLÉIA	4	5
ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR	1	1
NUNCA REALIZOU QUALQUER TIPO DE ACORDO PESSOAL S/RESPOSTA	17	23
	1	1
T O T A L	73	100

Do grupo de parlamentares entrevistados, apenas 28%, no período em que exerceram o mandato de deputado, não realizaram qualquer tipo de acordo com outros partidos, pessoalmente. A maioria, como pode ser observado no QUADRO realizou, pessoalmente, a acordo ou acordos visando, principalmente: a eleição para a Mesa da Assembléia Legislativa ou eleições municipais. Como os objetivos eram múltiplos, o número de respostas não corresponde ao número ou percentual dos Parlamentares que chegaram a fazer acordos, 42 (ou 70%).

O Quadro evidencia que o Deputado fazia acordo ou por interesse pessoal (eleição para a Mesa da Assembléia) ou por interesse político local (eleições municipais e para a Mesa da Câmara de Vereadores). Estes objetivos englobam 71% das respostas.

18. DADOS RELATIVOS AO PERÍODO POSTERIOR AO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

TABELA 26 - A REELEIÇÃO DO DEPUTADO

(A)

FREQUÊNCIA	Nº CANDIDATOS A REELEIÇÃO Nº DOS ELEITOS			
	Nº	%	Nº	%
UMA VEZ	15	58	12	63
DUAS VEZES	8	31	5	26
TRÊS VEZES	3	12	2	11
T O T A L	26	100	19	100

43% dos entrevistados concorreram uma ou mais vezes a reeleição e, destes, 32% foram reeleitos. Pode ser considerado

pequeno o número de candidatos a reeleição que não obteve êxito, conforme deixam patente os dados acima. É importante notar que o índice de renovação registrado na Assemblêia Legislativa, nos cinco pleitos (1947, 50, 54, 58 e 62), cerca de 69,50% pode ser considerado bem alto.

TABELA 27 - ASPECTOS DA VIDA POLÍTICA POSTERIOR
AO MANDATO DO DEPUTADO

(A)

CONTINUAM COMO DEPUTADO ESTADUAL EM 1977		
	Nº	%
SIM	7	12
NÃO	53	88
T O T A L	60	100

12% do grupo entrevistado continuam até hoje, no exercício de mandatos parlamentares na Assemblêia Legislativa, agora pela legenda da ARENA, que foi basicamente formada pelos parlamentares do PSD e UDN.

A grande maioria, porém, passou a exercer outras funções, quer como parlamentares Federais, em número de 4, quer como membros de organismos administrativos num total de 22, 1 como governador, além de um vice-prefeito. Os demais, de modo geral, não exercem mais funções parlamentares ou administrativas, estando atualmente fora das atividades políticas, se bem que, muitos, ainda vinculados a partidos e nas condições de suplentes de Deputados.

TABELA 27 - ASPECTOS DA VIDA POLÍTICA POSTERIOR
AO MANDATO DO DEPUTADO

(B)

CARGOS CONCORRIDOS	Nº DE CONCORRENTES		Nº DOS ELEITOS	
	Nº	%	Nº	%
GOVERNADOR	2	7	1	6
VICE-GOVERNADOR	3	11	1	6
SENADOR	2	7	1	6
SUPLENTE DE SENADOR	1	4	1	6
DEPUTADO FEDERAL	12	44	9	50
PREFEITO	5	19	4	22
VICE PREFEITO	1	4	1	6
VEREADOR	1	4	1	6
T O T A L	27	100	18	100

Posteriormente ao mandato de Deputado Estadual, 27 dos pesquisados tentaram conquistar, por eleições diretas, outros mandatos eletivos, mas apenas 18 deles foram eleitos.

Verifica-se que a maior incidência aparece na disputa do mandato de Deputado Federal, para o qual concorreram 12 e foram eleitos 9. Na prática da vida pública parlamentar, um mandato deve vir após o outro, e normalmente, em escala ascendente. Por isto, o Deputado Estadual busca, geralmente, a conquista de uma vaga de Federal, e esporadicamente, de Senador e Suplente.

Ao Governo do Estado concorreram 2 candidatos que haviam exercido o mandato de Deputado Estadual no período estudado: um não conseguiu ser eleito em 1965. Mais tarde, já no bipartidarismo de ARENA E MDB, o Sr. Konder Reis foi eleito, 1974, pelo processo indireto, para o cargo de Governador. A TABELA 27, porém, por uma questão de normalidade do trabalho, só registra os

pleitos diretos.

Segundo se verifica da TABELA 27, 8 ex-Prefeitos foram, posteriormente ao mandato de Prefeito, eleitos Deputados Estaduais. Agora, pelo Quadro acima observa-se o inverso: o retorno do Deputado Estadual ao cargo de Prefeito, onde 5 se candidataram e 4 foram os eleitos, tendo, inclusive, sido eleito o único que se candidatou ao mandato de Vice-Prefeito.

O dado destoante do Quadro é o que registra a derrota do único Deputado Estadual que tentou ser Vereador e não conseguiu, quando pela TABELA 27, 28 Deputados foram, primeiro, Vereador. O retorno à qualidade de Vereador, além de esporádico, foi um insucesso.

Finalmente, verifica-se que praticamente 70% dos antigos Deputados Estaduais (42 parlamentares) encerraram a carreira política no mandato Estadual.

TABELA 27 - ASPECTOS DA VIDA POLÍTICA POSTERIOR
AO MANDATO DO DEPUTADO

(C)

CONTINUOU EM ATIVIDADES POLÍTICAS AO TÉRMINO DO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL OU DE OUTROS MANDATOS, EXERCIDOS DEPOIS DESTES		
	Nº	%
SIM	30	50
NÃO	16	27
S/RESPOSTA	1	2
EXERCEM MANDATOS ELETIVOS ATUALMENTE	13	22
T O T A L	60	100

(D)

	Nº	%
EM TERMOS ELEITORAIS LOCAIS	17	35
EM TERMOS ELEITORAIS ESTADUAIS	15	31
EM TERMOS DE DIRIGENTES PARTIDÁRIO	6	12
COMO SIMPLES PARTICIPANTE	11	22
T O T A L	49	100

Ao analisar os dados relativos à vida política posterior ao mandato de Deputado Estadual ou a outros mandatos que exerceram depois deste, verificou-se que 50% declararam continuar, de modo geral, em qualquer tipo de atividade política. O fato da grande maioria não exercer, hoje, qualquer mandato eletivo, não os impede nem os inibe de terem uma participação na vida política, principalmente a nível local, como se vê do Quadro acima.

Do grupo pesquisado, 25% ainda atuam, politicamente, em termos de política Estadual, e outros 10% em cargos de Direção partidária.

Assim, considerando que 20% exercem cargos de representação política, e outros 50% participam de atividades políticas diversas, conclui-se que somente 30% dos investigados é que, na realidade, encontram-se afastados da vida política.

TABELA 28 - OCUPAÇÕES POSTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

(A)

RETORNOU ÀS ATIVIDADES ANTERIORES À ELEIÇÃO		
	Nº	%
SIM	21	44
NÃO	27	56
T O T A L	48	100

(B)

RETORNOU À CIDADE EM QUE MORAVA ANTES DA ELEIÇÃO, PARA FIXAR RESIDÊNCIA		
	Nº	%
SIM	22	46
NÃO	26	54
T O T A L	48	100

TABELA 28 - OCUPAÇÕES POSTERIORES AO MANDATO DE
DEPUTADO ESTADUAL

(C)		
NOMEADOS, APÓS O MANDATO DE DEPUTADO, PARA:		
	Nº	%
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (EFETIVO)	21	68
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (COMISSÃO)	9	29
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (EFETIVO)	1	3
T O T A L	31	100

(D)		
NOMEADO DURANTE O MANDATO		
	Nº	%
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (EFETIVO)	2	50
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (EFETIVO)	2	50
T O T A L	4	100

Verificamos no Quadro acima que 45% dos ex-parlamentares ao término do mandato de Deputado ou de outro mandato exercido posteriormente a este, não retornaram às ocupações anteriores à eleição.

O mesmo percentual, praticamente, não voltou a fixar residência na cidade em que morava anteriormente ao mandato de Deputado Estadual, embora alguns parlamentares mantivessem dupla residência, uma na Capital e outra na sua região eleitoral.

Observa-se também, que foi grande o número de Deputados que declarou ter sido nomeado para cargo da administração pública depois do mandato (ou mesmo durante o mandato). Praticamente 50% do grupo pesquisado não retornou às antigas ocupações ou, em última análise, acumulou a antiga função com outra atividade adquirida após o mandato.

Damos abaixo um quadro referente as profissões exercidas pelos entrevistados antes e depois de eleitos Deputado Esta

dual, a fim de se apurar como o mandato teria, ou não, modificado a vida profissional do eleito, conforme suas próprias declarações:

É o seguinte o resultado apurado:

TABELA 29 - OCUPAÇÕES POSTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADO DO ESTADUAL

RAMOS DE ATIVIDADES	ANTES		DEPOIS	
	Nº	%	Nº	%
1. LIBERAIS:				
Advogados	19	31	7	12
Médicos	7	11	5	8
Engenheiros	3	5	1	2
Contador	2	3	-	-
Jornalista	3	5	-	-
Dentista	1	2	-	-
Estudante	1	2	-	-
2. SERVIÇO PÚBLICO:				
Funcionário Público	3	5	7	12
Serventuário	3	5	-	-
Cartorário	3	5	-	-
Professor	3	5	5	8
Fiscal Estadual	1	1	1	2
Militar	1	2	1	2
3. PRIVADOS:				
Industrial	4	7	6	10
Comerciante	1	2	1	2
Comerciante	1	2	-	-
Representante comercial	1	2	-	-
Tintureiro	1	2	-	-
Bancário	1	2	-	-
Agricultor	1	2	-	-
Escriturário	1	2	-	-
4. ATIVIDADES ADQUIRIDAS APÓS O EXERCÍCIO DO MANDATO:				
Conselheiro do Tribunal de Contas			11	19
Auditor Tribunal de Contas			1	2
Procurador Tribunal de Contas			2	3
Diretor em Empresa Pública			4	7
Agente de atividades imobiliárias			2	3
Não declarou			1	2
Procurador da Assembléia Legislativa			4	7
T O T A L	61	100	59	100

Do Quadro conclui-se que o Deputado Estadual não retorna às atividades originárias, depois de exercer o Mandato eletivo, mudando de ocupação e atraído, em número demasiadamente grande, às atividades vinculadas ao setor do serviço público, que passa a ser um ápice, uma conquista, com o objetivo de obter estabilidade profissional e/ou financeira.

Salvo alguns casos específicos e particulares, o Deputado não encontra condições de continuar exercendo suas atividades anteriores ao mandato, tendo, portanto, de abandonar sua profissão, mesmo que seja profissionalmente lucrativa ou atrativa, como Médico, Engenheiro, Dentista e Advogado.

Apenas as clientela sob o título de "Professor", "Funcionário Público" e "Industrial" aumentaram de participantes. Todas as demais ou diminuíram ou desapareceram do Quadro, surgindo outras que foram conquistadas exatamente pela importância do cargo a ser conferido aos ex-parlamentares.

Deste modo, das 25 novas ocupações acrescentadas ao quadro, 22 delas são genericamente como funcionários públicos, donde se pode concluir que a tendência do deputado eleito, na percentagem de 40%, é conquistar um cargo público na Capital do Estado, para continuar nela vivendo e trabalhando, não retornando nem à cidade ou região que o elegeu, nem à profissão anterior (TABELA 28).

A maior defasagem verificada foi na profissão liberal de "Advogado" que dos 19 que a exerciam antes de eleito, apenas 7 continuaram a exercê-la depois de deixar o mandato. É oportuno salientar que o Advogado é aproveitado em várias atividades e funções, e tanto pode passar a ser Procurador, como Conselheiro, Au

ditor, Diretor de Empresa e outros títulos da área do serviço público. Cabe também observar que a Constituição do Estado prevê, desde 1967, art. 183, que o cargo de Procurador da Assembléia Legislativa deve ser provido na quantidade de 50% das vagas existentes, por "ex-parlamentares", independente de concurso e de ser, ou não, possuidor de Diploma de Bacharel em Direito. No título "Funcionário Público" não estão previstas funções especiais que exigem, para seu exercício, qualquer título de nível universitário, pertencendo ao gênero do funcionário-burocrata.

Ao abordar os motivos que levaram os Deputados a deixar as atividades políticas, um maior número (63% das respostas) declarou "por não mais desejar continuar na política". 8% tiveram seus mandatos cassados; 11% por não terem sido reeleitos a Deputado Estadual e 7% porque não foram eleitos a outro mandato eletivo (16).

Indagados se, caso não estivessem no exercício de outro mandato político, seriam hoje candidatos a Deputado Estadual, 87% declararam que não. Os 13% restantes que declararam de forma positiva, disseram que são não são candidatos, uns devido às despesas da campanha, outros, por estarem impedidos pela Lei das Inelegibilidades e, ainda, um declarou que a sua região não necessitou da

(16) Formulou-se a seguinte questão: O senhor deixou as atividades políticas por: (quando for o caso)

- a) Não ter sido reeleito a Deputado Estadual : _____
- b) Não ter sido eleito a outro mandato eletivo : _____
- c) Não mais desejar continuar na política : _____
- d) Por ter sido cassado os direitos políticos : _____

Nesta questão obtivemos apenas 27 respostas do grupo de 60 .

sua candidatura (17).

Entre os que não seriam candidatos, 18% alegaram a idade avançada e motivos de saúde; 3% para permitir a renovação da representação política. Os restantes (79% das declarações) se distribuem entre apreciações subjetivas enfocando, principalmente: "o desencanto pela situação política atual", "as limitações do Legislativo na atual fase política", "o desprestígio da classe política de modo geral" e a "marginalização da classe política e a subserviência partidária".

19. DEPOIMENTOS DOS DEPUTADOS SOBRE A EXPERIÊNCIA COMO POLÍTICO E REPRESENTANTE DO POVO

(...) retirado hoje da vida política, desencantado com muitos aspectos supervenientes para os quais descambou o partidarismo - confesso que ainda tenho orgulho de haver pertencido à Constituinte de 1947 e às duas primeiras Legislaturas, durante as quais demos, todos, os melhores esforços aos Partidos a que pertenciamos e ao povo que nos elegeram" (18).

A maioria dos deputados, indagados sobre a sua experiência como políticos e parlamentares, declarou como válida e positi

(17) A questão era a seguinte: O Senhor, caso não esteja no exercício de outro mandato eletivo, seria candidato, hoje, a DEPUTADO ESTADUAL ?

Obtivemos 36 respostas negativas e 6 positivas.

(18) Entrevista do Prof. Oswaldo Cabral à autora (março 77).

va a luta como representantes do povo na Assembléia Legislativa e vigias atentos às atividades do Executivo que lhes cabe fiscalizar.

Além da satisfação de haverem atingido objetivos definidos em favor do desenvolvimento de suas regiões eleitorais, foi enfatizado pelos entrevistados, a importância do mandato popular como arma valiosa para a defesa do povo e importante instrumento de aprendizado cívico.

O depoimento abaixo expressa o pensamento da maioria que se manifestou neste sentido:

"Não me canso de afirmar que não há melhor fórum de debate do que as assembleias populares, por mais modesto que seja o nível intelectual de seus componentes.

O contato contínuo com representação de várias regiões do Estado propicia um conhecimento excepcional dos problemas globais da Comunidade.

Assim, não vejo, como experiência, melhor oportunidade para que o homem público possa aferir a ordem de grandeza e o grau de importância das dificuldades que, quotidianamente, preocupam os responsáveis pela representação popular.

A verdade é que os assuntos debatidos nas câmaras populares alcançam, de modo geral, uma profundidade difícil de ser verificada em outros setores.

Não bastasse, afóra outras considerações, o aspecto representativo de que se reveste o debate.

O contato, o estudo, o diálogo e o conheci-

mento que se adquire com respeito à natureza e o estilo de cada qual, levam forçosamente, ao ponto de equilíbrio das decisões, onde por suas características deve prevalecer o bom senso".

Aqueles que se confessaram frustrados e desencantados com a vida parlamentar alegaram a "impossibilidade de iniciativas que viessem em favor do povo e do Estado". Mas todos reconheceram que a situação do parlamentar, hoje, é pior devido ao controle total exercido pelo Executivo, tirando toda a iniciativa do Legislativo.

Foi bastante enfatizado nos depoimentos, a autonomia do Legislativo na época em que exerceram o seu mandato (entre 1947 a 1965), comparando com a situação atual; como se pode verificar das seguintes declarações:

"Vivi a primeira etapa de minha vida pública num regime de democracia plena (...) havia liberdade de expressão, de intenção e definição".

"O poder político tinha expressão e o Legislativo participação e capacidade de deliberação".

"Como parlamentar no período ante e pós-revolução de 1964, vivi respectivamente, a prática do jogo democrático e a debilidade do bipartidarismo".

"Há de se destacar hoje sérias dificuldades para o parlamentar que, com a Revolução, teve seus poderes diminuídos: pertence a um poder atrofiado, e se vê diante de um Executivo todo poderoso".

"Felizmente fui deputado numa época em que havia democracia. Fui líder do governo e da oposição numa salutar alternância de domínio

político e administrativo. Embora a política, à época, não fosse a ideal, exercendo influência, às vezes, não muito salutares ao regime (tráfico de poder, pressões) havia contudo absoluta liberdade de pensamento e ação".

Ainda tratanto da situação política da época colhemos a seguinte informação:

"(...) O quadro partidário se refazia do período excepcional em que viveramos (1930-45) organizando-se e procurando formar uma estrutura definida. Os comandos pessoais davam lugar a dissensões que provocavam divisões partidárias, criando-se novos partidos mais em função de lideranças pessoais do que por motivos ideológicos. A grande luta era o combate às oligarquias e ao poder pessoal.

(...) Afinal, embora se praticasse uma democracia ainda incipiente os erros eram publicamente apontados, combatidos e analisados. Havia participação popular e a política, assim, tinha condições de atrair e arregimentar grandes valores".

No entender de alguns deputados, o retrocesso da vida parlamentar, hoje, "deve-se à ausência do Estado de Direito e da prática da democracia". E clamam pela independência do Legislativo:

"Como bacharel em Direito, plasmado pela formação política-partidária e na vivência pública, posso aquilatar hoje, a necessidade consensual e urgente de todos os componentes da Nação se integrarem aos reais objetivos do Estado de Direito".

"Dentro de nossa conceituação tradicional a

respeito da democracia representativa, depara-se junto aos órgãos legislativos com dois problemas essenciais ao seu funcionamento e consecução:

- a) carência dos meios para o exercício de prerrogativas constitucionais clássicas, onde o Poder Legislativo possa realmente ser independente e harmônico com os demais;*
- b) a falta deste pressuposto acarreta, como consequência imediata, a distorção da representatividade da vontade popular".*

Com maior objetividade foram, ainda, apontadas as seguintes deficiências das nossas Assembléias:

- a. falta de equipamento técnico (assessoramento, recursos materiais, estrutura) adequada para o exame permanente da problemática nacional e do Estado;
- b. ausência de debates em torno dos grandes impasses econômicos, políticos e sociais;
- c. baixo nível intelectual do colegiado (na média) face à heterogeneidade de sua composição;
- d. a "hedionda" interferência e participação dos grupos econômicos no processo eleitoral;
- e. a interferência do poder governamental.

Quanto ao que se pode fazer para o aperfeiçoamento das instituições políticas, conforme declaração de um Deputado:

- a. melhor seleção na nominata dos candidatos a cargos eletivos;
- b. elidir a interferência do poder econômico e do poder governamental;
- c. devolver ao Legislativo o poder de iniciativa das

leis;

- d. renovação política a partir dos distritos;
- e. ingentes esforços para melhor conscientização do eleitorado estadual, o que vale dizer, um maior esforço em prol da política educacional, pois segundo afirmação de entrevistado "todos os problemas do Brasil se reduzem, afinal, ao problema da educação".

Outra questão abordada pelos Deputados foi com relação aos jovens e seu interesse pela política:

"Entendo que seria proveitoso e até de relevante interesse para a própria Nação, que houvesse maior incentivo para que os jovens participassem mais ativamente da vida política. E mais, ainda, que lhes fosse despertado por uma propaganda adequada o interesse de ingressarem nos Partidos Políticos.

Sõ, assim, parece-me, haveria oportunidade da formação de uma elite, de novos líderes, assegurando para o futuro, a adequação e solução convenientes para os problemas nacionais, que aumentam à medida do progresso do País".

CONCLUSÕES

O presente estudo pretendeu caracterizar o Deputado Estadual de Santa Catarina em suas diretrizes sociológicas e políticas, tomando como amostra um total de 60 (sessenta) titulares de mandatos eletivos, do período de 1947 a 1965.

Das análises feitas e dos fatos pesquisados, concluiu-se:

1. Santa Catarina foi, no período de 1945-1965, palco de lutas políticas travadas predominantemente entre duas correntes partidárias de características acentuadamente oligárquicas, representadas pelo PSD e pela UDN, remanescentes dos antigos partidos Liberal e Republicano, respectivamente.

O estudo dos resultados eleitorais expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral entre 1947 a 1962, à Assembleia Legislativa, se por um lado demonstrava claramente a existência desta tendência à polarização entre PSD e UDN, por outro lado evidenciava a progressiva penetração dos pequenos partidos, principalmente do PTB.

Entretanto, a situação do fim do período ainda era de evidente maioria eleitoral em favor dos partidos tradicionais. Juntos, PSD e UDN chegaram a controlar 75% do número de Deputados Estaduais e 65,85% do total dos votos conferidos à legenda à Assembleia Legislativa Estadual.

2. O estudo sobre a composição educacional e profissional da representação política Estadual revelou o pre

domínio de ocupações características da classe média e alta. Prevaleceu, como desde o Império, entre as profissões escolhidas, uma acentuada preferência pelos que cursavam as escolas de Direito, sendo de considerar que o grupo dos profissionais liberais, em conjunto, obteve absoluta maioria no cotejo com as outras ocupações. A representação das camadas mais baixas e mesmo intermediárias, ainda se faziam através de "procuradores" e não por homens oriundos diretamente da base destes segmentos da sociedade. Foi reconhecido, também, que o povo embora com baixo nível educacional, de modo geral, preferia votar em candidato com um título de "doutor", do que num dos seus iguais em condições econômico-sociais. Era a dependência do povo aos grupos ou às pessoas individualmente, em razão de suas condições econômicas, projeção social e gerência governamental.

A titulação universitária era um fator que aumentava a chance de vir a ser Deputado, assim como o nível econômico e o prestígio eleitoral do partido a que pertencia o candidato.

Não se pretende negar legitimidade à representação que assim se constitui mas pretende-se chamar a atenção e demonstrar que era necessário desenvolver um processo político-eleitoral que levasse o povo a uma democracia representativa da sua realidade social, ao invés de simples outorga às classes sociais mais ativas e reconhecidamente elitista.

3. Quanto à procedência social do Deputado Estadual, os coeficientes indicaram que a maioria originava-se de famílias cujas atividades profissionais eram de considerável influência local (fazendeiros, pecuaristas, comerciantes, industriais, tabeliões, etc) e de setores mais privilegiados da classe me

dia (professores, funcionários públicos).

4. A precedência de políticos na família foi encontrada apenas num grupo minoritário de Deputados, predominando os cargos eletivos a nível local (Vereador ou Prefeito). Foi mínima a incidência de Deputados cujos progenitores exerceram cargos políticos a nível Estadual ou Federal. A ausência de tradição e heranças políticas em grupo considerável de Deputados, nos leva a concluir que apenas para uma pequena percentagem de Deputados, poderia ter ocorrido a influência da família na escolha da carreira política.

5. Observou-se um número significativo de Deputados que despertou precocemente para as atividades políticas e, deste número, a maioria teve iniciação na vida política estudantil, de onde tirou os primeiros ensinamentos para suas atividades político-eleitoral-partidária.

No entanto, este detalhe não constitui um dado relevante no cômputo geral, pois para esta maioria a militância na política só se efetivou realmente em termos de vida local. Constatou-se também que a maioria dos entrevistados teve sua iniciação eleitoral disputando, já pela primeira vez, o mandato de Deputado à Assembléia Legislativa, sem qualquer experiência anterior.

6. Representando as camadas mais privilegiadas da sociedade de onde procedia social e economicamente, o Deputado catarinense não se vinculava a sindicatos ou a associações de classe, embora estes organismos servissem de sustentação eleitoral mais acentuadamente aos candidatos de partidos de tendência trabalhista, como o PTB. As raras exceções confirmam a regra.

7. Verificou-se que a escolha dos candidatos à Assembleia Legislativa ficava ao cargo das chefias e direções partidárias locais. O prestígio eleitoral era um fator que pesava na indicação dos candidatos, embora muitas vezes estes se impunham por interesses pessoais ou de grupos que iriam representar. Além do prestígio pessoal, a segunda ordem de escolha era a de estar vinculado pessoalmente com algum dirigente local ou Estadual. O apoio que o candidato poderia receber dos grupos políticos em geral, somava-se positivamente às ligações de parentesco com chefes locais.

8. Ficou perfeitamente evidenciado o poder dos comandos políticos locais e a autonomia destes em relação à cúpula Estadual, nas questões que envolvessem interesses políticos locais. Na verdade as chefias locais dependiam das lideranças estaduais, principalmente quando estas exerciam o mando do Poder Executivo Estadual. Esta dependência objetivava obter recursos materiais que eram distribuídos nos períodos eleitorais a fim de manter a chamada "máquina-eleitoral-partidária". Mas, ocasionalmente, surgiam choques entre interesses locais e Estadual cuja solução era o atendimento dos interesses locais do grupo partidário.

9. Ficou também comprovado pelos resultados eleitorais, em todos os pleitos legislativos, sem exceção, a grande importância do mando do Poder Executivo Estadual (Governo do Estado). Invariavelmente, sempre era vitorioso, individualmente, o partido a que pertencia o governador, embora se tivesse verificado em duas oportunidades, a alternância de partidos na chefia do Poder Executivo: em 1950 do PSD para a UDN e em 1960 o reverso, da UDN para o PSD.

No período estudado, apenas no ano de 1950 as eleições foram coincidentes para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. O PSD, que era governo, ganhou a maioria individual de cadeiras (18 contra 13 da UDN) mas perdeu as eleições diretas para Governador e Senador.

10. O PSD e a UDN obtinham sua votação nas mesmas áreas eleitorais: a rural com predominância e, depois, o centro urbano, confirmando-se, assim, a tendência de partidos conservadores e de padrões tradicionais, em defesa dos interesses dos grupos agrícola-pecuarista, da indústria, comércio e funcionalismo público. Suportando o ônus de uma clientela político-eleitoral, que assistiam permanentemente, quer antes como depois das eleições, os candidatos e as chefias locais destes partidos necessitavam do apoio da máquina administrativa governamental; daí o interesse sempre crescente pela conquista do Poder Executivo que proporcionaria aos candidatos maiores e melhores condições eleitorais.

11. O PTB, partido "soi disant" popular, tinha a sua sustentação eleitoral mais predominantemente nos bairros operários e áreas periféricas das cidades, mas a sua representação na Assembléia era, na maioria, de procedência social privilegiada (Advogados, Médicos, Funcionários Públicos, etc) com incidência mínima, na sua composição, de representantes das classes dos empregados.

12. Quanto ao fechamento de questão nas decisões das bancadas foi observado a existência de duas (2) posições marcantes entre os quatro (4) partidos com representação permanente. Como exemplo de posição fechada de partido, temos o PSD e o

PRP, onde o predomínio e o controle das direções partidárias ditavam as diretrizes sobre os interesses das bancadas. No segundo exemplo menos vinculados às direções partidárias, temos a UDN e o PTB, com as decisões sendo tomadas por seus líderes ou pelas bancadas, isoladamente ou em conjunto, quase que à revelia das chefias do Partido.

Quando a UDN exerceu a chefia do governo do Estado, (1951 a 1961) o Governador possuía gerência nas decisões da bancada sobre assuntos do interesse governamental, e, em menor escala, ou em escala bem reduzida, nos assuntos do interesse do próprio Poder Legislativo, ressalvado os casos de eleições do cargo de Presidente da Assembléia, quando a autonomia legislativa perdia para o interesse governamental.

Verificou-se pelas respostas aos quesitos pertinentes, que os parlamentares do PSD tinham esta agremiação política como um "partido de quadros", onde se reconheceu que o grupo que possuía o poder decisório partidário não possuía mandato eletivo, ao contrário da UDN e do PTB que era um partido dirigido por portadores de mandato eletivo, e onde se opinava quem possuísse a condição de parlamentar, ocorrendo, por isto, maior divergência entre si e variação de comportamento de acordo com a composição dos eleitos.

13. Quanto à carreira política do Deputado, constatou-se que a maioria conquistou o mandato Estadual sem antes ter exercido qualquer outro mandato eletivo. Após eleito pela primeira vez, o Deputado Estadual reelegeu-se por duas (2) legislaturas na proporção de 25%, por três (3) legislaturas 10%, e pelas quatro (4) legislaturas apenas 5% dos entrevistados, sendo

que 55% do número total ou não obteve a reeleição ou foi disputar outros mandatos.

Verificou-se também, que apenas uma minoria, posteriormente ao mandato de Deputado Estadual, tentou conquistar outros postos eletivos, com maior incidência na disputa do mandato de Deputado Federal, já que na vida pública parlamentar, um mandato deve vir após o outro e, normalmente, em escala ascendente. Por isto, o Deputado Estadual busca a conquista de uma vaga de Deputado Federal, e, esporadicamente, de Senador ou Suplente de Senador.

A maioria dos entrevistados encerrou a sua carreira política com o mandato de Deputado Estadual, embora alguns ainda hoje continuem com atividades somente na área partidária. Atualmente, apenas um pequeno grupo minoritário encontra-se afastado, completamente, das atividades políticas, de modo geral.

14. O Deputado Estadual quando perdia uma eleição ou quando não mais disputava qualquer mandato eletivo, não retornava nem à cidade ou à região que o elegia, nem às atividades profissionais de que era originário, de modo geral. Depois de exercer o mandato, de uma maneira ou outra, continuava residindo em Florianópolis, para onde tinha transferido sua família e seus interesses, passando a ter outras ocupações ou a tentar obter um cargo público para se vincular. No serviço público para onde foi atraído o grande número dos entrevistados, verificou-se que o atual cargo de "Conselheiro do Tribunal de Contas" representava o ápice de toda sua conquista política-partidária, pois foi obtido por 20% do total dos entrevistados, vindo após, os cargos de Procurador da própria Assembléia, de Auditor do Tribunal de Contas e outros relacionados no Quadro XXXII.

O maior índice dos que deixaram a profissão anterior ao mandato registra-se na atividade liberal de "Advogado" que passou a servir em outros setores do serviço público, mas deixando de ser unicamente Advogado.

15. Finalmente, quanto ao interesse pelas atividades políticas na vida de hoje, a maioria dos entrevistados revelou um certo desencanto pelas funções legislativas no atual quadro político-institucional brasileiro. Pode-se sentir, através de suas declarações, que a grande maioria reconhecida no Legislativo, do período de 1947-1964, um poder prestigiado, com autonomia e atribuições efetivas, podendo propor medidas, aprová-las e vê-las em execução, e não apenas como uma formalidade do quadro constitucional como dizem ser agora.

Apesar de alguns reconhecerem que o Legislativo do período de 1947-64 tinha alguns defeitos, o mais acentuado era o da dificuldade de entendimento face ao pluripartidarismo (8 legendas partidárias) entendem que mesmo assim o Legislativo existia como Poder representativo da vida política da Nação; deliberava com independência e seus ocupantes eram respeitados por seus votos e opiniões, podendo exercitar livremente o direito de legislar e de fiscalizar, o que hoje não é possível num Poder vigiado, como o que existe.

A N E X O 1

PROJETO DE PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA

"O DEPUTADO CATARINENSE À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,
NO PERÍODO DE 1947 A 1965"

1. INTRODUÇÃO

Este projeto propõe-se realizar um estudo político-social do parlamentar catarinense eleito para a Assembléia Legislativa, no período de 1947 a 1965.

Na Primeira República, a inexistência de partidos políticos nacionais, conjugada com a total autonomia dos Estados determinou a criação dos partidos regionais. No dizer de Afonso Arinos (1), estas organizações partidárias não transpunham o apertado círculo dos restritos interesses estaduais e serviam, tão somente, de instrumento político às poderosas combinações oligárquicas.

Em Santa Catarina, a vida política, naquele período, apoiou-se numa estrutura nitidamente regional, de caráter elitista. Na representação política, os mesmos homens revejavam-se nos executivos municipais e estadual e nas respectivas Casas Legislativas, não permitindo, em consequência, qualquer renovação nos quadros políticos partidários (2).

Pretende-se, agora, estudar as origens político-sociais

(1) MELLO FRANCO, 1974:58

(2) CABRAL, 1970: 297

dos membros que compuseram a Assembléia Legislativa Catarinense entre os anos de 1947 a 1965, para verificar o ponto de vinculação desses deputados aos métodos políticos da Primeira República. Paralelamente, outros itens serão motivo de estudos, como o grau de politização dos eleitos, suas origens, suas influências, seus interesses, e uma série de dados para compor o quadro de uma análise geral.

A idéia deste estudo surgiu da nossa observação da carência de outro, em Santa Catarina, acerca do exercício das atividades políticas em qualquer esfera: Municipal, Estadual ou Federal. A exemplo do que já foi realizado por outros autores em relação a outros Estados ⁽³⁾ objetiva-se com esta pesquisa dar uma contribuição nos estudos das instituições políticas em Santa Catarina, num certo período de sua vida política.

Localiza-se o período que se pretende estudar, entre 1947 a 1965, por vários motivos. Primeiro: é que neste período os partidos ainda mantêm, de modo geral, algumas heranças da vida política da 1ª República. Segundo: embora a grande diversidade de siglas e denominações de partidos, a vida política em Santa Catarina ficou sendo exercida por um máximo de 2 ou 3 correntes de opinião. Terceiro: por ter sido um período de plena liberdade para o exercício das atividades político-partidárias oriunda do espírito da chamada "redemocratização" de 1945, até se findarem com as "medidas de exceção" expedidas em 1964, e que determinaram, inclusi-

(3) Ver série de trabalhos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos ns.; 8, de abril de 1960, 3 de janeiro de 1958 e 20 de janeiro de 1966.

ve, a extinção daquelas legendas partidárias (4), em 1965.

Por fim, foi neste período que ocorreram as grandes mudanças sócio-econômicas e políticas no Brasil, com reflexo, ainda hoje na vida política do Estado.

Assim, o presente estudo pretende analisar o político carinense que tenha exercido o mandato de Deputado Estadual, no período delimitado, em face deste novo contexto, verificando suas origens política, social, cultural, profissional ocupacional, religiosa, ideológica e partidária, focalizando primordialmente:

a) As origens sociais e a atividade política

Procurar-se-á, neste sentido, saber a partir de quando o deputado se interessou pelas atividades políticas; quais os agentes que contribuíram para a sua formação política; de que meio social é proveniente; qual a sua principal ocupação profissional; nível de instrução, prática religiosa e que interesses representou ou defendeu;

b) As orientações, heranças e tradições políticas

A preocupação quanto a esses aspectos é a de verificar as heranças e origens políticas; saber como foi orientado para a vida política; quais as suas tradições políticas e as atividades exercidas na vida política estudantil, partidária, social e econômicos.

(4) Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 extinguiu os partidos políticos então existentes.

c) As carreiras políticas

Procurar-se-ã verificar a evolução das carreiras dos parlamentares a partir da primeira atividade político-partidãria exercida (outros mandatos legislativos, executivos, cargos de representação política, etc.).

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

Na Primeira República (1889/1930) a organização e a estrutura política do Brasil tiveram uma base claramente regional. A principal característica do sistema político era a sua natureza oligárquica. A inexistência de partidos nacionais, o caráter da política de elite e baixíssima participação eleitoral (votaram nas eleições presidenciais de 1910 apenas 700 mil eleitores para uma população de 23 milhões de habitantes) definiam a política nacional como aquela baseada nas oligarquias estaduais (5).

Quando Campos Salles assumiu a Presidência da República (6) tornou-se inviável a formação de novos partidos. Desprezando partidos e facções parlamentares, inaugurou uma política de ação direta junto aos governadores, com o objetivo imediato de obter apoio parlamentar, através de alianças com os chefes políticos locais dessa época, cada Estado tinha seu próprio sistema eleitoral, e a política era controlada pelos governadores que de tinham o comando absoluto de suas regiões (7).

Para Glaucio Soares (8), a chamada política dos governadores consistia em outorgar uma dominação total a todos os executivos: Estadual e Federal, e teve como consequência fundamental a redução das oposições a um "status" simbólica. Contudo, para este estudioso a política dos Estados (9) embora quanto a forma, ideo-

(5) SOARES, 1973:38

(6) Campos Salles governou o Brasil de 1898 a 1902.

(7) MOTTIS, 1971:20

(8) SOARES, 1975:18

(9) O Presidente Campos Salles dizia que a denominação de "Política dos Estados" exprimia melhor o seu pensamento.

logia e legislação tenha sido obra de Campos Salles, não começou nem terminou com ele. Para a sustentação dos Estados como entidades políticas autônomas, foram essenciais: (1) a consagração de princípio federativo, adotado pela Constituição de 1891; (2) uma base econômica agrícola, sobre a qual se erigiu uma estrutura de classes e de poder claramente oligárquicos.

A inexistência de partidos nacionais determinava que as disputas políticas não se realizassem a nível de partidos, mas entre as facções mais poderosas das oligarquias estaduais. Os partidos regionais eram o mecanismo através do qual se exercia a chamada política dos governadores. Os governadores e congressistas eram eleitos pelo povo, que, por sua vez, era controlada pelos clãs eleitorais ou oligarquias locais (10).

Tal processo político determinava que as eleições não refletissem uma questão eleitoral mas uma questão de poder. A utilização do Estado pelo governador, o controle da Assembléia pelo seu partido e a instituição da verificação de poderes (11) tornava difícil a um candidato se eleger sem o apoio do Governador.

Tratando de partidos políticos, Afonso Arinos (12) diz que a política dos governadores era a consequência da mentalidade anti-partidária da primeira geração republicana. As tentativas para a formação de partidos nacionais, apesar de inspirados por grandes políticos (Francisco Glicério - Partido Liberal; Pinheiro Ma-

(10) MOTTA, 1971:37

(11) O Poder de Verificação foi estabelecido pela Constituição de 1891. Era função dos legisladores e consistia em aprovar os resultados eleitorais. Não seria eleito aquele que não recebe a aprovação da Câmara ou das Assembléias Legislativas.

(12) MELLO FRANCO, 1974:55

chado - Partido Republicano Conservador e Rui Barbosa - Partido Republicano Liberal) não deixaram rastro, pelo insucesso alcançado.

Contra a política dos governadores, contra a máquina eleitoral dos governos estaduais e a favor da moralização política irromperam movimentos como: A Campanha Civilista, em 1910; a Reação Republicana, em 1921 e a Aliança Liberal, por volta de 1926. Este último movimento, a despeito de ser a continuação dos dois primeiros, possuía características diferentes. Começou entre a jovem oficialidade brasileira através de um movimento chamado Tenentismo, em 1922, cujo desejo de moralização política despertou as simpatias do setor liberal da sociedade. Esses oficiais aproveitaram o momento em que ocorria a cisão das forças políticas tradicionais. As oligarquias estaduais, representadas pelos Estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, libertaram-se da velha coalizão de forças e indicaram seu próprio candidato à Presidência da República pela legenda da Aliança Liberal que congregava a classe média urbana, a burocracia militar e facções da elite agrária.

A rebelião dos Tenentes e todas as que se sucederam rebelião de Isidoro, em 1924; a Coluna Prestes, em 1928 vão culminar com a Revolução de 1930. Para o historiador Raimundo Faoro (13), a ideologia dos revolucionários era vária e difusa:

"... desencantos, frias decepções e ousados idealismos estruturavam-se sob a mesma bandeira-

(13) FAORO, 1958:247

ra: o combate era contra as oligarquias estaduais; ... contra a farsa da representação nacional, com a intervenção do Presidente da República em sua própria sucessão e das sucessões estaduais; ... contra a estadualismo opressivo..."

Ainda que o esquema de forças que sustentou a revolução de 1930 inclui-se setores da classe média (burocracia militar e civil), os grupos oligárquicos também cobraram a sua participação ao movimento e isto decretou limites estreitos à revolução no campo sócio-econômico. Por outro lado, o fortalecimento do Estado Nacional e a diminuição do poder político dos Estados facilitaram a organização do poder político ao redor das classes sociais, diminuindo o horizonte da política oligárquica (14).

A Revolução de 30 não pode ser encarada como uma revolução sócio-econômica. Contudo, durante o Governo de Vargas (1930-1945), a estrutura sócio-econômica do Brasil não permaneceu imutável. O país sofreu um acelerado processo de urbanização e razoável industrialização (15) que foi acompanhado de outras modificações fundamentais, sobretudo nas classes sociais.

Por outro lado, a evolução do sistema político podia ser constatada na reforma do sistema eleitoral (Decreto n.21.076, de 24 de fevereiro de 1932) estabelecendo o voto secreto e obrigatório, conferindo o direito do voto às mulheres, criando a Justiça Eleitoral e abolindo muitos vícios eleitorais.

(14) SOARES, 1973:38

(15) Em 1920, 70% da população brasileira era rural. O censo de 1970 acusou 56% da população vivendo nas cidades. Fonte IBGE.

A urbanização também implicou num processo de mobilização política com a entrada de novos setores econômicos e classes sociais no processo político eleitoral. A criação de sindicatos foi, também, um instrumento de mobilização operária, sobretudo para os partidos ancorados nesta classe: PTB, PCB, PSP, etc.

Se o período de Vargas não representou uma revolução sócio-econômica, foi importante no sentido de criar alternativas políticas para a Segunda República (a partir de 1945).

Com a redemocratização, em 1945, apareceram no cenário político brasileiro classes sociais diferentes apoiadas em partidos diferentes, ao contrário da fase anterior, quando os partidos representavam apenas uma classe, a dos proprietários e produtores rurais.

Dos partidos nacionais, o PSD era a continuação do conservadorismo republicano, em cuja composição predominavam os proprietários de terra, com bases predominantemente rural e semi-rural (16). A UDN, um partido liberal-burguês, obteve ampla penetração nos setores industriais e na classe média. Representava, na opinião de Afonso Arimos (17),

"... como ideologia, o liberalismo das classes médias urbanas mais cultas, o liberalismo burguês, mais político que social".

O terceiro partido, o PTB, nasceu como instrumento de mobilização do voto operário em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores.

(16) MELLO FRANCO, 1974:86

(17) MELLO FRANCO, 1974:88

Tinha nos sindicatos sua base organizacional urbano-industrial.

A diversidade dos grupos de interesse, as características da Lei Eleitoral e a estrutura oligárquica dos grandes partidos criaram condições para que emergissem novas forças políticas, representadas por pequenos partidos de expressão regional, personalistas ou ideológicas, como o PRP, o PDC, o PSP e outros.

Sem dúvida, a fundação de partidos nacionais, inclusive contrários às oligarquias locais, a modificação da Lei Eleitoral, o sufrágio secreto, a distribuição proporcional das vagas nas casas de representação popular, a crescente participação do eleitorado, não foram suficientes para determinar o fim da política oligárquica. Como diz Glaucio Soares (18):

"... as bases organizacionais da política dos governadores permaneciam, ainda que desgastadas pela tendência centralizante da ditadura de Vargas. Permaneciam as bases sócio-econômicas que permitiam a existência desse modo político, ainda que o próprio processo de desenvolvimento e de transformação econômicos por que vinha passando o país as viesse corroendo de longa data".

Também Afonso Arimos de Mello Franco (19) expressa o mesmo ponto de vista:

"... o eleitorado rural brasileiro vota com relativa liberdade, mas, de fato, sujeito à influência das patriarcas locais, chefes e chefe

(18) SOARES, 1973:42

(19) MELLO FRANCO, 1974:85

tes de maior ou menor importância".

Isto quer dizer que a despeito da evolução do sistema político, permaneceram alguns padrões políticos da República Velha, principalmente ao nível municipal como bem frisou Valdemar Iodoski, em "Evolução das Instituições políticas em Minas Gerais" (20).

O sistema político em Santa Catarina, durante a 1ª República, não constituiu exceção à regra daquele que vigorava no resto do País. A situação político-partidária caracterizava-se pela existência de um só partido, o Republicano Catarinense, que congregava a partir de 1902 federalistas e republicanos.

A esse quadro político, eram sempre os mesmos homens ou seus representantes que se revezavam no Governo do Estado e nas Casas Legislativas. Sobre este fato, o Professor Oswaldo Cabral (21) faz a seguinte observação:

"A representação política de Santa Catarina nas duas Casas do Parlamento esteve sujeita (...), a um sistema de rodízio tal que os homens passavam dos cargos de governo para os de representação e vice-versa, em arranjos e manobras políticas, que, ao final, apresentavam os mesmos valores".

As lutas políticas não eram travadas entre partidos ou

(20) Artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 14/julho de 1962, pág. 101.

(21) CABRAL, 1970:297

ideologias mas entre facções da mesma oligarquia (22), situação que não foi modificada pela Revolução de 30.

A vitória do movimento revolucionário assegurou aos membros da Aliança Liberal, Nereu Ramos e Aristiliano Ramos, entre outros, o mando político do Estado. Tanto Nereu Ramos como Aristiliano representavam a região serrana, cuja base de organização econômica é a propriedade da terra. Mantiveram-se unidos até 1934 quando, por ocasião das eleições para o Governo do Estado, ocorreu a cisão no grupo da Aliança Liberal, dividindo-a em duas facções: uma liderada por Nereu Ramos que manteve o controle político da Aliança Liberal e outra, por Aristiliano Ramos que, opondo-se à primeira, integrou-se à Reação Republicana, juntamente com Adolfo Konder.

Estes dois grupos puderam, durante o Estado Novo, quando não existiam partidos políticos formais, recompor os seus quadros e as suas influências, dando origem assim aos dois partidos políticos que, após 1945, iriam lançar-se na disputa da liderança eleitoral do Estado.

(22) Como ilustração dessas atitudes, reproduzimos alguns trechos do Professor Oswaldo Cabral em "História de Santa Catarina":

"... em 1900, por ocasião das eleições para deputados, o Partido Republicano sofreu uma cisão, tendo chefiado a dissidência o ex-governador Hercílio Luz...

Em 1918, Lauro Muller (...) desejou fazer governador de Santa Catarina o Dr. Abdon Batista. Contra esta candidatura rebelou-se Hercílio Luz (...) dividiram-se as influências políticas do Partido Republicano (...)"

Com a redemocratização ocorrida em 1945 surgem no cenário político o de Santa Catarina o PSD e a UDN, que já dispunham, na verdade, de um aparelho organizacional montado em nível local e Estadual. Os homens destes partidos representavam as forças políticas que detinham o poder Estadual desde a República Velha.

Além destes, outros partidos, como o PTB, o PCB (disputou apenas as eleições de 1947), o PRP, o PDC e outros, sendo estas organizações partidárias desvinculadas de forças oligárquicas locais conhecidas. Representavam os interesses de classes e ideologias, disputando o voto popular das áreas urbanas, e em limitadas zonas rurais.

Destaca-se do quadro anexo, a tendência do eleitorado em concentrar-se em torno de apenas dois (2) partidos: o PSD e UDN, exatamente os que dispunham de mecanismos de poder e organização de nível municipal.

Dos chamados pequenos partidos, apenas um, o PTB, conseguiu maior independência, ficando como força decisória, dado seu crescimento eleitoral e o constante aumento de sua representação na Assembléia Legislativa, no período estudado.

Com a Constituição de 1947, o Poder Legislativo passou a gozar de maior autonomia e independência, alcançando um plano mais próximo do Poder Executivo. Os membros das Assembléias poderiam obter o seu mandato por esforço próprio, pessoal, e não dependiam somente do patrocínio que lhe desse o Chefe do Poder Executivo. Daí o nosso interesse em estudar o Deputado Catarinense nessa nova fase política. Pretende-se, através da análise político-social da representação do povo na Assembléia Legislativa, esquematizar um quadro da vida política partidária, de modo geral, e mais particularmente, do Deputado que compunha o referido Poder, em Santa

Catarina.

3. QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICA

Trabalhos recentes sobre o poder local no Brasil (23), são unânimes em salientar a ausência de mudanças significativas na vida política dos municípios condicionados pela existência de padrões políticos herdados da Primeira República.

Glaucio Soares (24) ao analisar estes trabalhos em uma tentativa de teorização sobre a sobrevivência e declínio da política oligárquica, obteve conclusões que sintetizamos no seguinte esquema:

- O controle monopólico dos bens de produção conduz, na maior parte dos casos, à hegemonia política. No Brasil esta situação está associada à produção agro-pecuária;
- A concentração da propriedade rural não é o único caminho para a política oligárquica. A concentração do poder econômico não agrícola e o cartorialismo, isto é, a manipulação dos recursos do erário público, levam igualmente à concentração do poder político;
- A fragmentação da propriedade agrícola, a urbanização e a industrialização são três processos que determinam

(23) Além do trabalho pioneiro de Vitor Nunes Leal "Coronelismo, Enxada e Voto" sobre a política local, serão de grande proveito para este trabalho, os estudos políticos de comunidades publicados na Revista Brasileira de Estudos Políticos e que citamos na Bibliografia.

(24) SOARES, 1973:99 e 135.

mudanças no modo político tradicional; os processos de mobilização e conscientização políticos, sobretudo através da sindicalização, a difusão ideológica através dos meios de comunicação de massa são também importantes;

- Não há um imediatismo mecânico entre as transformações na infra-estrutura sócio-econômica e as respostas da super-estrutura política. Frequentemente, a inexistência de mobilização, organização e conscientização das classes populares impede que estas condições infra-estruturais tenham uma expressão política.

No presente trabalho, partindo da noção de que os fenômenos políticos são decorrentes da organização sócio-econômica, objetiva-se saber até onde conduz esta orientação e quais as condições de sua validade.

As mudanças sócio-econômicas serão analisadas a partir da década de 20 onde se destacam os dois efeitos mais imediatos da Grande Guerra: a aceleração do processo de industrialização e a formação do proletariado, seguindo o esquema formulado por Costa Pinto (25):

- "A mudança estrutural, que é no fundo o próprio desenvolvimento, implica a emergência de novas classes sociais, de novo sistema de estratificação social e de novos padrões de relações entre essas classes;
- É no nível das relações entre as classes, que as situações se transformam em atuações

(25) COSTA PINTO, 1970:247

e estas se transformam em ação política".

Nesta linha de raciocínio, alguns conceitos terão importância relevante para as análises que se pretende proceder. O conceito de classes sociais será tomado como o faz Costa Pinto (26):

"Classes sociais são grupos ou camadas de indivíduos que se diferenciam, basicamente, pela posição objetiva que ocupam na organização social de produção. Essas classes se relacionam e se superpõem formando um sistema de classes que é parte integrante da estrutura social e que, historicamente, se transforma com a transformação da sociedade. A posição das diferentes classes na estrutura social é fundamentalmente determinada por suas relações com os meios de produção e com o mercado. Elas se identificam pelo papel que tem na organização do trabalho, e daí, pelo volume, pelo modo de ganhar e pelo modo de empregar a porção de riqueza de que dispõe".

Adoto o conceito de oligarquia formulado por Helvécio de Oliveira (27): "Oligarquia é a dominação de uma só classe social, mas esta é identificada com a dos grandes proprietários e produtores rurais".

Diferenciar-se-ão, ainda, em função deste conceito, os termos: "Coronel" e "oligarca". Ambos são igualmente oligarcas, diferenciando-se, apenas, pela escala política. Por "Coronel", no senti-

(26) COSTA PINTO, 1970:188

(27) AZEVEDO, 1975:169

do político, entende-se o proprietário rural, cujo espaço de dominação direta e vivência constante é apenas o município, ou pouco mais do que isto. Ultrapassados estes limites, reserva-se para as dominações o nome de "oligarca regional" (ou progressivamente: Estadual e Federal).

Outro conceito relevante, é o de elite. Como tal, entendemos: a minoria prestigiada e dirigente, em geral composta de elementos da camada alta da sociedade, cujos interesses e valores ela defende e exprime. Esses dirigentes se encontram divididos em vários sub-grupos e que no Brasil poderíamos classificar da seguinte maneira: político, militar, econômico, religioso e burocrático (28).

(28) Cf., REGIS, 1955:3

4. OBJETIVOS

Considerando que os mais expressivos partidos políticos em Santa Catarina possuíam raízes oligárquicas municipais e Estadual, o presente estudo tem por objetivo central verificar se a representação política Estadual, no período de 1947 a 1965, permaneceu ou não vinculada às oligarquias tradicionais.

Neste sentido, será apurado se os deputados eram:

- (1) provenientes de famílias com tradição oligárquica;
- (2) caso contrário, se representavam os interesses das oligarquias.

Por outro lado será verificado, também, se a representação dos pequenos partidos, pretensamente não oligárquicos, compunha-se de egressos das camadas populares ou de pessoas que estavam vinculadas às camadas privilegiadas da sociedade estadual, analisando-se o seu comprometimento com os quadros de mando tradicional.

Será também considerado o papel dos partidos em geral na manifestação de vinculação às oligarquias pelos integrantes do segmento político (Deputados à Assembléia Legislativa) em estudo.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de obter visão mais ampla da realidade política catarinense (período 47/65), prevê-se, no plano geral do trabalho, a utilização do método descritivo por ser, exatamente o mais indicado para a pesquisa que solicite o levantamento de vários aspectos de uma determinada realidade. Além do método descritivo, o trabalho vai requerer a interpretação comparativa de determinadas situações, fatos e dados (pertencentes a um período ou a períodos diferentes).

Na interpretação dos mapas eleitorais e no estudo dos dados sobre os deputados (profissões, ocupações, escolaridade, etc) de forma a permitir caracterizar o grupo em suas diretrizes sociológicas e políticas, faz-se necessário o uso do método estatístico. Este método não é apenas um meio de fundamentar a descrição, mas também de análise, experimentação e prova.

Na obtenção de dados e informes necessários ao desenvolvimento da pesquisa devemos adotar as seguintes providências:

5.1 - Levantamento bibliográfico sobre a política em Santa Catarina nos períodos: República Velha, Período de Vargas e República Nova.

(obras teóricas, jornais, textos de propaganda política, publicações do Departamento de Estatística do Estado);

5.2 - Levantamento de estudos, diagnósticos sobre as eleições, período 47/62, quadros demonstrativos eleitorais (mapas eleitorais);

5.3 - Coleta de dados sobre os deputados estaduais eleitos em 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962 no que se refere a sua socialização política, sobre profissões e ocupações anteriores ao mandato, escolaridade, aspirações políticas, além de outros dados gerais:

5.3.1 - Colher informações no Tribunal Regional Eleitoral na Assembléia Legislativa, nos jornais;

5.3.2 - Entrevistas qualitativas com atores possíveis;

5.3.3 - Coleta de dados através de um questionário aplicado aos deputados que exerceram o seu mandato no período de 1947/65.

6. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O desenvolvimento deste trabalho deverá contar com a participação do Professor Orientador de Tese e com a colaboração de um datilógrafo. Pretende-se, também, solicitar o auxílio de alguns alunos da área de Ciências Humanas e Sociais* na fase de obtenção e tabulação de dados.

Na parte financeira prevê-se os seguintes gastos:

Pessoal:

30 Diárias para o pesquisador (base de 50% salário mínimo local)	-	CR\$ 12.000,00
30 Ajudas de Custo para estudantes (na base de CR\$ 200,00)	-	CR\$ 6.000,00
Gratificação serviços datilógrafos	-	CR\$ 4.000,00
<u>Material de escritório em geral</u>	-	CR\$ 1.000,00
<u>Serviços Técnicos</u> (fotos, xerox, encardenação)	-	CR\$ 3.000,00
		<u>CR\$ 26.000,00</u>

* A signatária do presente projeto é professora na Universidade Federal de Santa Catarina da Cadeira de Estudo de Problemas Brasileiros.

7. CRONOGRAMA

O trabalho será realizado através das seguintes etapas:

7.1 - Estudo do material teórico, análise da documentação histórica e outras informações obtidas sobre a política em geral no Estado; formulação das questões a serem testadas através de entrevistas e questionários;

(Prazo: 6 meses)

7.2 - Aplicação dos questionários e entrevistas; obtenção dos dados eleitorais e pessoais dos deputados no Tribunal Eleitoral e Assembléia Legislativa;

(Prazo: 3 meses)

7.3 - Sistematização e análise das informações e dados obtidos;

(Prazo: 4 meses)

7.4 - Redação final do trabalho.

(Prazo: 3 meses)

8. BIBLIOGRAFIA

- (1) AZEVEDO, Helvecio de Oliveira. "A política Brasileira, os sistemas eleitorais e o voto distrital no Império e na República" in: CAVALCANTI, Themistocles. "O voto distrital no Brasil".
- (2) AZEVEDO, Luis Otávio. "Evolução dos Partidos Políticos no Município de São João Evangelista" in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 6 (junho/60).
- (3) BELLO, José Maria. "História da República", São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959.
- (4) CABRAL, Oswaldo. "História de Santa Catarina", 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Laudes, 1970.
- (5) CARONE, Edgar. "A República Velha", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- (6) CARVALHO, José Murilo. "Barbacena: uma família, a Política e uma hipótese", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20.
- (7) CARVALHO, Orlando de. "Ensaios de sociologia Eleitoral", Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958.
- (8) CAVALCANTI, Themistocles Brandão. "O voto distrital no Brasil", Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- (9) COSTA PINTO, L.A. "Sociologia e Desenvolvimento". 3 ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- (10) CRUZ, Levi. "Funções do Comportamento Político numa Comunidade do São Francisco, in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 5 (janeiro/1959).
- (11) FAORO, Raimundo. "Os donos do Poder", Porto Alegre, Globo, 1958.
- (12) MELLO FRANCO, Afonso Arinos. "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil", 2ª ed., São Paulo, Alfa Omega, 1974.

- (13) MONTENEGRO, Abelardo. "Estrutura Ocupacional dos Partidos Políticos Cearenses," in: Revista Brasileira de Estudos Políticos nº 3 (janeiro/58).
- (14) MOREIRA, Maria Terezinha. "A Renovação dos Quadros Políticos na Guanabara", in: Revista de Ciência Política, vol. 1, nº 1, janeiro/março de 1967.
- (15) MOTTA, Paulo Roberto. "Movimentos Partidários no Brasil" Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- (16) PITA, Nilda Agueda e ARRUDA, José Maria. "Composição Sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara" in: Revista de Direito Público e Ciência Política, nº 3, vol. IX, julho/setembro 1966.
- (17) SOARES, Glaucio. "Sociedade e Política no Brasil", São Paulo, Difusora Européia do Livro, 1973.

A N E X O 2

QUESTIONÁRIO APRESENTADO AOS ENTREVISTADOS

I - DADOS PESSOAIS:

1. Nome (se desejar indicar) _____
 2. Nascimento: Ano: _____ Cidade: _____ Estado: _____

II - DADOS REFERENTES À ÉPOCA EM QUE FOI ELEITO DEPUTADO ESTADUAL PELA PRIMEIRA VEZ:

1. Profissão: _____
 2. Local em que exercia a profissão: _____
 3. Nível de escolaridade:
 a) Primário completo: _____ incompleto: _____
 b) Ginásio ou equivalente completo: _____ incompleto: _____
 c) Colegial ou equivalente completo: _____ incompleto: _____
 d) Superior completo: _____ incompleto: _____
 4. Cursos realizados durante o período que exerceu o Mandato de Deputado Estadual (entre 1.946 a 1.965):

 5. Estado Civil:
 a) Solteiro: _____ b) Casado: _____
 c) Viúvo : _____ d) Desquitado: _____
 5.1. Data do casamento, se ocorrido entre 1.946 a 1.965:

 5.2. Data da viuvez (ou desquite) se ocorrido entre 1.946 a 1.965: _____
 6. Religião: _____
 7. Grau da prática religiosa:
 a) Muito: _____ c) Poucas vezes: _____
 b) Ocasionalmente: _____ d) Não praticante: _____

III - DADOS FAMILIARES:

1. Local de nascimento dos pais:
 - a) do pai: cidade: _____ Estado: _____
 - b) da mãe: cidade: _____ Estado: _____
2. Se imigrantes, um ou os dois, em que época vieram para o Brasil ?
 - a) o pai: _____ b) a mãe: _____
3. Profissão dos pais:
 - a) do pai: _____
 - b) da mãe: _____
4. Religião dos pais:
 - a) do pai: _____ Grau da prática religiosa:

muito : _____ pouco: _____ ocasionalmente: _____
 - b) da mãe: _____ Grau da prática religiosa:

muito : _____ pouco: _____ ocasionalmente: _____
5. Nível de escolaridade dos pais, na época em que foi eleito pela primeira vez como Deputado Estadual:

	<u>Pai</u>	<u>Mãe</u>
a) Primário incompleto: _____	_____	_____
b) Primário completo : _____	_____	_____
c) Ginásio ou equivalente: _____	_____	_____
d) Colegial ou equivalente: _____	_____	_____
e) Superior ou equivalente: _____	_____	_____
6. Número de irmãos: _____
7. Seus pais interessavam-se por política ?

Sim: _____ Não: _____
8. Seu pai participava ativamente da política partidária ?

Sim: _____ Não: _____
9. Com qual movimento político (s) tinham mais afinidade ?

10. Seu pai exerceu algum cargo(s) de representação política ?

Sim: _____ Não: _____

14.1. Em caso positivo, quem ? (uma ou mais hipóteses):

- | | | |
|--------------------------------|-------------|-------|
| 1 - Irmãos | Período de: | _____ |
| 2 - Tios | Idem: | _____ |
| 3 - Primos | Idem: | _____ |
| 4 - Cunhados | Idem: | _____ |
| 5 - Concunhados | Idem: | _____ |
| 6 - Sogros | Idem: | _____ |
| 7 - Genros | Idem: | _____ |
| 8 - Outros graus de parentesco | Idem: | _____ |

IV - DADOS RELATIVOS A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

1. O Senhor realizou os seus estudos em sua cidade natal ?

- | | | |
|---------------|------------|------------|
| a) Primário | Sim: _____ | Não: _____ |
| b) Secundário | Sim: _____ | Não: _____ |
| c) Superior | Sim: _____ | Não: _____ |

2. O Senhor fez os seus estudos em Escola Pública ou particular ?

- | | <u>Pública</u> | <u>Particular</u> |
|---------------|----------------|-------------------|
| a) Primário | _____ | _____ |
| b) Secundário | _____ | _____ |
| c) Superior | _____ | _____ |

3. Quando o Senhor era criança, seus familiares falavam ou conversavam de política partidária em sua casa ?

- | | |
|-------------------------|---------|
| a) Não | : _____ |
| b) Pouco | : _____ |
| c) De tempos em tempos: | _____ |
| d) Muito seguidamente : | _____ |

4. Quando o Senhor começou a se interessar pelas atividades políticas ? (partidária ou não).

- | | |
|------------------------|-------|
| a) Antes dos 18 anos : | _____ |
| b) Dos 18 aos 21 anos: | _____ |
| c) Dos 21 aos 25 anos: | _____ |
| d) Dos 25 aos 30 anos: | _____ |
| e) Depois dos 31 anos: | _____ |
| f) Depois dos 40 anos: | _____ |

V - DADOS RELATIVOS A VIDA E ATIVIDADES ESTUDANTIS E OUTRAS

1. O Senhor participou de política estudantil ?

Sim: _____ Não: _____

2. Em caso positivo, durante qual curso estudantil ?

Secundário: _____ Superior: _____

3. O Senhor exerceu algum cargo de dirigente de organização estudantil ? (grêmios, diretórios, associações, etc):

Sim: _____ Não: _____

4. Poderia, por obséquio indicar, em caso positivo:

No curso: Secundário: _____ Superior: _____

As funções de: _____

Pelo período de: _____ anos.

5. Antes de ser eleito DEPUTADO ESTADUAL pela primeira vez, o Senhor pertenceu a algum sindicato ou associação de classe ?

Sim: _____ Não: _____

5.1. Em caso positivo, poderia, por favor, indicar:

a) Nome do órgão : _____

b) Cargo exercido : _____

c) Período exercido: _____

6. O Senhor antes de ser eleito DEPUTADO ESTADUAL tinha influência na escolha de chapas para a Diretoria de órgãos de classe (sindicatos, associações, etc) ?

Sim: _____ Não: _____

7. O Senhor depois de eleito DEPUTADO ESTADUAL passou a ter influência na escolha de chapas para a Diretoria de orgãos de classe (sindicatos, associações, etc) ?

Sim: _____ Não: _____

VI - DADOS RELATIVOS AO INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES POLÍTICAS

1. Quando o Senhor votou pela primeira vez ? Ano: _____
2. Quando o Senhor votou pela primeira vez, escolheu candidatos:
 - a) de um sō Partido : _____
 - b) de vários Partidos : _____
 - c) por motivos de vinculação pessoal : _____
 - d) por motivos de vinculação familiar : _____
 - e) por motivos de vinculação partidária : _____
 - f) por motivos de vinculação ideológica : _____

(Se ocorrer mais de uma hipótese, favor indicá-las).
3. Quando o Senhor aderiu pela primeira vez a um Partido político ?

Partido: _____ (ou aliança de Partidos)

Ano : _____
4. Quando o Senhor filiou-se oficialmente a um Partido Político ?

Partido: _____

Ano : _____
5. Depois desta filiação o Senhor exerceu funções de direção no Partido ?
 - a) Não exerceu : _____
 - b) Exerceu a nível local : _____
 - c) Exerceu a nível Estadual: _____
6. Sua filiação ao primeiro Partido político foi por:
 - a) motivos ideológicos ao Partido: _____
 - b) motivos de amizade pessoal a dirigente do Partido: _____
 - c) motivos de laços familiares com dirigente do Partido: _____
 - d) motivos de lutas políticas locais: _____
 - e) motivos de lutas políticas Estaduais: _____
 - f) motivos de simpatias pessoais a um ou vários líderes do Partido: _____

(Se ocorreu mais de uma hipótese, favor indicá-las).
7. Antes de ser eleito DEPUTADO ESTADUAL no período de 1946 a 1965, o Senhor concorreu a algum outro mandato eletivo?

Sim: _____ Não: _____

- 7.1. Em caso positivo, qual ou quais ?

8. Foi eleito para o cargo a que concorreu ?
Sim: _____ Não: _____
- 8.1. Em caso positivo, qual o período do mandato ?

9. O Senhor pertenceu, depois da primeira filiação partidária, a outro Partido Político ? (Período de 1946 a 1965)
Sim: _____ Não: _____
- 9.1. Em caso positivo, favor indicar:
- Já era Deputado Estadual? Sim: _____ Não: _____
 - Ano: _____
 - Qual o novo Partido: _____
10. Quais os motivos que o levaram a mudar de Partido ?
- Motivos ideológicos: _____
 - Incompatibilidades pessoais: _____
 - Divisão política local: _____
 - Discordância com a Direção partidária: _____
 - Por não ter obtido a indicação partidária para disputar cargo eletivo: _____
 - Por discordar do lançamento de outros candidatos a cargos eletivos: _____
11. No novo Partido a que se filiou, no período de 1946 a 1965, disputou algum mandato eletivo ?
Sim: _____ Não: _____
- 11.1. Em caso positivo, favor indicar:
- qual o cargo?: _____
 - em que ano? : _____
 - foi eleito ? Sim: _____ Não: _____
12. No período em que o Senhor foi DEPUTADO ESTADUAL, realizou acordos com outros Partidos, pessoalmente, objetivando:
- Eleições Municipais ? : _____
 - Eleições para a Mesa de Câmara de Vereadores?: _____
 - Eleições para a Mesa da Assembleia Legislativa? _____
 - Eleições para membros ou dirigentes de Comissões? _____
 - Homologação de pessoas para cargos que dependiam de aprovação da Assembleia Legislativa ? _____
 - Aprovação de indicação de pessoas para cargos especiais, que dependiam de aprovação da Assembleia? _____
 - Nunca realizou qualquer tipo de acordo, pessoalmente ? _____

VII - DADOS RELATIVOS À ÉPOCA DE SUA ELEIÇÃO (OU REELEIÇÃO QUANDO FOR O CASO) PARA DEPUTADO ESTADUAL

1. A sua candidatura à Assembléia Legislativa foi sugerida:
 - a) Pelo comando político local: _____
 - b) Pelo comando político regional: _____
 - c) Pela sua própria vontade: _____
 - d) Por alguma associação ou sindicato de classe: _____
 - e) Por alguma associação religiosa: _____
 - f) Por algum grupo econômico: _____
 - g) Outros motivos: _____

2. O Senhor ou algum membro da sua família, quando da sua candidatura à Assembléia Legislativa, chefiava, pessoalmente, ou fazia parte do comando político de seu partido, na sua região ?

Sim: _____ Não: _____

 - 2.1. Quem? _____ (Grau parentesco)
 - 2.2. Qual a função? _____

3. Qual a função partidária que o Senhor exercia quando foi eleito DEPUTADO ESTADUAL ?
 - a) No Diretório Municipal: _____
 - b) No Diretório Estadual : _____

4. A política partidária, em sua região, era dirigida e orientada por:
 - a) Uma pessoa ou líder: _____
 - b) Duas pessoas ou líderes: _____
 - c) De três a cinco pessoas, ou líderes: _____
 - d) Mais de cinco pessoas, ou líderes : _____

5. Na sua região, durante o período em que o Senhor foi DEPUTADO ESTADUAL (1946 a 1965) as decisões que envolviam interesses políticos locais eram tomadas:
 - a) Livremente, pelo comando político local: _____
 - b) Por orientação da Liderança Estadual : _____

6. Na sua opinião, qual era a importância dos cabos eleitorais, em sua região, como elemento de ligação entre o candidato e os eleitores ?

Muita: _____ Pouca: _____ Nenhuma: _____

7. O cabo eleitoral era importante porque:
- Das suas relações pessoais com o eleitorado nascia um contrato tácito, uma reciprocidade de favores, em que os eleitores davam seus votos na expectativa de um futuro favor a ser alcançado: _____
 - Ele sabia conduzir, pura e simplesmente, como líder, o eleitorado, a votar no seu candidato: _____
8. Na sua região, os cabos eleitorais facilitavam ou ofereciam favores:
- As suas próprias expensas: _____
 - As expensas do chefe político local: _____
 - As expensas do candidato que ele apoiava: _____
 - As expensas de algum órgão público, quando ele era do Partido do Governo (local ou Estadual): _____
 - Não ofereciam favores de qualquer espécie: _____
(Quando for o caso, favor assinalar uma ou mais hipóteses)
9. Na sua opinião, quais os fatores (um ou mais de um) que realmente pesavam na escolha de um candidato a DEPUTADO ESTADUAL ?
- Prestígio pessoal unicamente: _____
 - A situação financeira favorável: _____
 - As ligações de amizade com o poder político local: _____
 - As ligações de parentesco com o poder político local: _____
 - As ligações de amizade com o poder político Estadual: _____
 - As ligações de parentesco com o poder político Estadual: _____
 - O apoio que receberia dos grupos políticos: _____
 - O apoio que receberia dos grupos econômicos: _____
10. O Senhor foi candidato a reeleição no período de 1946 a 1965 ?
- Sim: _____ Não: _____
- 10.1. Em caso positivo, favor informar:
- Quantas vezes foi candidato à reeleição: _____
 - Quantas vezes foi reeleito: _____
 - Em que anos foi reeleito : _____

11. Poderia por obséquio, apontar os 6 principais municípios da sua região, nos quais foi mais votado:
- _____
- _____
12. Na sua região eleitoral, existiam mais eleitores inscritos:
- a) Na zona urbana (centro e bairros): _____
- b) Na zona rural (periferia e região rural): _____
13. A sua votação, na primeira eleição de DEPUTADO ESTADUAL, provinha mais acentuadamente de:
- a) Centros urbanos: _____
- b) Bairros operários: _____
- c) Bairros da periferia: _____
- d) Regiões rurais dos municípios: _____
- e) Dispersos por toda a cidade : _____
- (Favor registrar, no máximo, duas alternativas).
14. No caso de ter sido reeleito para DEPUTADO ESTADUAL, continuou sendo votado:
- a) Na mesma região da eleição anterior: _____
- b) Aumentou a região em que foi votado: _____
- c) Mudou de região: _____
- d) Diminuiu a região em que foi votado: _____
15. Quando o Senhor foi eleito pela primeira vez, concorreu:
- a) Sozinho, em toda a região: _____
- b) Com outros candidatos de outros Partidos: _____
- c) Com outros candidatos do mesmo Partido : _____
16. Quando o Senhor foi reeleito (se for o caso), concorreu:
- a) Sozinho, em toda a região: _____
- b) Com outros candidatos de outros Partidos: _____
- c) Com outros candidatos do mesmo Partido : _____

VIII - DADOS RELATIVOS AS SUAS ATIVIDADES PARLAMENTARES

1. Durante o período em que o Senhor exerceu o mandato de DEPUTADO ESTADUAL, os objetivos de seu programa, ou suas atividades parlamentares, estavam mais centralizadas para:

- a) Educação e Cultura: _____
- b) Assistência Social: _____
- c) Saúde Pública: _____
- d) Desenvolvimento Econômico: _____
- e) Obras Públicas: _____
- f) Atividades Sociais e Trabalhistas: _____
- g) O programa do Partido: _____
- h) Fiscalização do Governo, como oposição: _____
- i) Apoio ao Governo: _____
- j) Defesa de direitos e do regime democrático: _____
- l) Combate aos sistemas políticos de esquerda: _____
- m) Combate aos sistemas políticos de direita: _____
- n) Não havia um programa definido: _____
- o) Defesa dos interesses dos eleitores: _____

(Se os objetivos eram múltiplos, favor assinalar por ordem de importância. Exemplo: 1a. - 2a. - 3a.)

2. O fechamento de questão, nas votações na Assembléia, era ato:

- a) Da Chefia do Partido: _____
- b) Da Liderança do Partido, na Assembléia: _____
- c) De decisão da maioria dos membros da bancada: _____
- d) Do Governo do Estado: _____

3. O Senhor pertenceu a algum Bloco Parlamentar ou a Grupo de Deputados que tomava posição ou tinha atuação paralela à bancada ?

Sim: _____ Não: _____

4. O Senhor votou alguma vez contra a deliberação de sua bancada ?

Sim: _____ Não: _____

4.1. Em caso positivo, favor esclarecer se sua posição era por:

- a) Atitude de independência parlamentar: _____
- b) Interesse direto no projeto em votação: _____
- c) Interesse da região eleitoral no projeto: _____
- d) Interesse do grupo parlamentar a que pertencia: _____

5. Quando a bancada do seu Partido não deliberava sobre a votação, o Senhor votava:

- a) Conforme o interesse do Governo: _____
- b) Conforme o interesse da Oposição: _____
- c) Conforme o interesse Público: _____
- d) Conforme entendia: _____

6. O Senhor foi nomeado para algum cargo na Administração Estadual, Municipal ou Federal, durante o período em que era DEPUTADO ?

Sim: _____ Não: _____

6.1. Em caso positivo, favor indicar:

- a) O cargo: _____
- b) Era em Comissão ou efetivo: _____
- c) Data da nomeação: _____

7. Na sua opinião, quais os projetos de Lei mais relevantes, aprovados no período que exerceu o Mandato de DEPUTADO ESTADUAL ?

(Citar os principais: 5 ou 6, no máximo)

8. Quanto aos projetos de sua autoria, favor citar aqueles que o Senhor considera como os mais importantes:

(Favor indicar projetos, indicações, sugestões, etc., esclarecendo, se possível, cada caso).

IX - DADOS RELATIVOS AO PERÍODO POSTERIOR AO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

1. O Senhor continua como DEPUTADO ESTADUAL até a presente data ?

Sim: _____ Não: _____

1.1. Em caso positivo, em qual legenda ingressou?: _____

1.2. Em caso negativo, qual a sua atividade atualmente: _____

2. Depois do exercício do mandato de DEPUTADO ESTADUAL correu a outros mandatos eletivos ?

Sim: _____ Não: _____

2.1. Em caso positivo, favor indicar:

a) Cargo concorrido b) Ano da eleição c) Foi eleito?

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

3. Depois do exercício do mandato de DEPUTADO ESTADUAL o Senhor foi nomeado para exercer algum cargo da Administração Pública, (direta, indireta, fundações, etc.). no Governo Municipal, Estadual ou Federal ?

Sim: _____ Não: _____

3.1. Em caso positivo, favor indicar:

a) O cargo: _____

b) Da esfera (Municipal, Estadual, Federal): _____

c) Em comissão ou efetivo: _____

d) Data da nomeação: _____

(Se for o caso de ter sido nomeado, sucessivamente, para vários cargos, por obsêquio, anotar abaixo ou no verso desta).

4. Ao término do seu mandato de DEPUTADO ESTADUAL, se for o caso, o Senhor retornou às atividades anteriores à eleição ?

Sim: _____ Não: _____

5. Ao término do seu mandato de DEPUTADO ESTADUAL, caso o Senhor não tenha exercido outras funções, retornou à cidade em que morava antes das eleições para fixar residência ?

Sim: _____ Não: _____

6. Ao término do seu mandato de DEPUTADO ESTADUAL, ou de outros mandatos que exerceu depois deste, o Senhor continuou em atividade política ?

Sim: _____ Não: _____

6.1. Em caso positivo, favor indicar:

a) Em termos eleitorais locais: _____

b) Em termos eleitorais Estadual: _____

c) Em termos de dirigente partidário: _____

d) Em termos de simples participante: _____

7. O Senhor deixou as atividades políticas por: (quando for o caso).

a) Não ter sido reeleito a DEPUTADO ESTADUAL: _____

b) Não ter sido eleito a outro mandato eletivo: _____

c) Não ter conseguido ser candidato: _____

d) Não mais desejar continuar na política: _____

e) Por ter sido cassado os direitos políticos: _____

8. O Senhor, caso não esteja no exercício de outro mandato, seria candidato, hoje, a DEPUTADO ESTADUAL ?

Sim: _____ Não: _____

8.1. Em caso positivo, favor informar, se possível, por que não é candidato ? _____

8.2. Em caso negativo, favor informar, se possível, por que não seria mais candidato ? _____

X - DEPOIMENTO PESSOAL

1. O Senhor teria a bondade de prestar um depoimento pessoal sobre a sua experiência como político e representante do povo na Assembléia Legislativa, abordando os aspectos que desejar e que considere devam ser objeto de melhor análise por parte dos estudos políticos. Fica o espaço à sua disposição.

A N E X O 3

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS QUE EXERCERAM O MANDATO
ENTRE 1947 A 1965

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Abel Avila dos Santos						DE
Achiles Balsini			SU			
Ademar Paladino Ghisi					DE	DE
Adilio Bertoncini						SU
Adriano Curi						SU
Afonso Ghizzo				DE	DE	DE
Agostinho Mignoni					DE	DE
Albino Zeni					DE	
Aldo Actemberg					SU	
Aldo Pereira de Andrade					SU	DE
Alfredo Campos	DE	DE				
Alfredo Cherem				DE		
Altir Weber de Mello					SU	SU
Anes Gualberto			DE			
Antenor Tavares	DE	DE		DE		
Antonieta de Barros		SU				
Antônio Carlos Konder Reis	DE	DE	DE			
Antonio de Barros Lemos	DE	DE	DE			
Antonio Dib Mussi	DE	DE				
Antônio Edu Vieira					SU	
Antônio Gomes de Almeida			DE	DE	DE	
Antônio Nunes Varella	DE	DE				
Antonio Palma				DE		
Antônio Pichetti						DE

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Ari de Melo Mosiman						SU
Ari Miller					SU	
Arlindo Alberto Trebien						SU
Armando Kalil Bulos	DE	DE				SU
Arnaldo Bittecourt			SU			
Arno Siewerdt						SU
Aroldo Carneiro de Carvalho	DE	DE				SU
Artidonio Rames Fortes						SU
Artur Muller	DE	DE				
Artur Siewerdt			SU			
Atilio Zonta						SU
Augusto Brezola					DE	DE
Aureo Vidal Ramos						DE
Ayrton Muller					SU	
Benedito T. de Carvalho				DE	DE	
Biase Agnesiano Faraco	DE	DE				
Bras Joaquim Alves	DE	DE	DE	DE	DE	
Candido Mario Bampi						SU
Carlos Bucheler				SU		
Carlos Otaviano Seara	SU					
Cassio Medeiros			DE			
Celso Ivam da Costa						DE
Celso Ramos Branco			DE			
Cid Laures Ribas	DE	DE				
Clodorico Moreira			DE	DE		

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Darci Souza Vieira					SU	
Dante Heroico F. de Patta						SU
Dario Geraldo Salles					DE	
Delamar Filomeno Vieira					SU	SU
Dib Cherem					SU	DE
Edmundo J.J. Salliba						DE
Edmundo Rodrigues				SU		
Eduardo Santos Lins					DE	
Elgydio Lumardi					DE	SU
Elpidio Barbosa			DE			
Elwestw de Oliveira					SU	
Enedino Batista Ribeiro			SU			
Enory Teixeira Pinto			DE	SU		
Epitacio Bittencourt				DE	SU	DE
Erico Muller						SU
Erminio Marchi						SU
Estanislau Romanowski				DE		
Euvim Prade					SU	
Evaldo Amaral					DE	
Evilasio Neri Caon					DE	DE
Ewaldo de Wellerding						SU
Fausto Lobo Brasil					SU	
Felix Odebrecht	DE	DE				
Fernando Ferreira Mello	DE	DE				

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Fernando O. Oliveira			DE			
Fernando Viegas					SU	DE
Fioravante Massolini						DE
Francisco Canziani				DE	DE	
Francisco Dallina						DE
Francisco de Souza Neves			DE			
Francisco Machado de Souza				SU	SU	
Francisco Mascarenhas			SU			
Frederico Gasenfert				SU		
Frederico Heise					SU	
Frederico Kuerten			DE	SU	DE	
Gasparino Zorzi	DE	DE				
Genir Destri						DE
Gentil Bellani					SU	DE
Gentil Telles					SU	
Geraldo M. Gunther				DE	SU	
Geraldo Neufert				SU		
Glauco Beduschi						SU
Haroldo Ferreira						DE
Heitor Guimarães				DE		
Heitor Pereira Liberato	DE	DE				
Helario Gracob Zorteia				SU		
Helio Carneiro						SU
Helvido de C. Veloso Filho						SU
Henrique J. Ramos da Luz				SU		

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Henrique de Arruda Ramos						DE
Holdemar de Menezes						SU
Honorato Fomelin				SU		
Horacio Rabelo			SU			
Humberto Machado						SU
Ilmar de Almeida Correa	SU	SU	DE			
Inácio Del Antonio						SU
Ingeborg Colin B. Lima					SU	
Ivo Muler					SU	
Ivo Reis Montenegro					DE	DE
Ivo Silveira				DE	DE	DE
João Bertolli						DE
João Boaventura						SU
João Caruso Mac Donald			SU	DE	SU	
João Colodel				DE	SU	
João Custodio da Luz						SU
João C. Bittencourt						SU
João Estivalet Pires	DE	DE	DE	DE	DE	
João Herbert Colin			DE			
João José de Souza Cabral	DE	DE	DE			
João Muxfelt				SU	SU	SU
João Ribas Junior	DE	DE	DE			
Johanes A Enke						SU
Joaquim Pinto Arruda	DE	DE				
Julio A. Coelho de Souza			SU			
Jorge Barroso Filho				SU		

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
José Bahia Bittecourt			DE	DE	DE	
José Boabaid	DE	DE				
José de Miranda Ramos				DE		
José Eliomar da Silva						SU
José Galloti Peixoto			DE			
José Gonçalves					DE	SU
José Maria Cardoso da Veiga	DE	DE				
José Waldomiro Silva				DE	DE	
José Zamim					SU	
Ladir Cherubini						DE
Laerte Ramos Vieira				DE	DE	
Lauro Lockes				SU	SU	DE
Lauro Triches						SU
Lecien Slovinski			DE	DE	DE	DE
Lenoir Vargas Ferreira			DE	DE		
Leopoldo Olavo Erig				DE		
Luiz Bianchi						DE
Luiz Dalcanale	DE	DE				
Luiz de Souza			DE	DE		
Luiz Meneguzzi				SU		
Livadario Nobrega				SU		DE
Manoel Bertoncini				SU		
Manoel de Menezes					DE	
Manoel Siqueira Belo			DE		SU	

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1946	1ª Leg. 47-51	2ª Leg. 51-55	3ª Leg. 55-59	4ª Leg. 59-63	5ª Leg. 63-67
Mario Olinger				DE	DE	DE
Mario Orestes Brusa				DE	DE	
Mario T. da Cunha Melo						DE
Max João Colin	DE					
Miguel Daux				SU		
Nelson Pedrini						DE
Noelson Rosa Brasil			SU			
Nereu Celeste Ghizoni						SU
Nereu do Vale Pereira						SU
Nestor dos Santos						SU
Nilo Banchini						DE
Nilo Munaretti						SU
Nilton Kucker						DE
Olice Pedras e Caldas				DE		
Olinto de Almeida Campos			SU			
Olivio Nobrega			DE			
Orlando Bertolli				DE	DE	
Orty Magalhães Machado	DE	DE				
Oscar Rodrigues da Nova			DE	DE		
Osni de Medeiros Regis				DE	DE	
Osni Graneman						SU
Oswaldo Bulcão Vianna	DE	DE	DE			
Oswaldo Della Gustina						SU
Oswaldo Rodrigues Cabral	SU	SU	DE			

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg 63-67
Otacilio Nascimento			DE			
Oto Augusto Urban	DE	DE				
Otto Entres						SU
Paulino Burigo				DE		
Paulo de T. da Luz Fontes	DE	DE	DE	SU		
Paulo F. Penso						SU
Paulo H Rocha Faria						DE
Paulo Konder Bornausen				DE		
Paulo Marques			DE			
Paulo Preis				DE	DE	
Paulo Stuart Wright						DE
Pedro Harto Hermes						DE
Pedro Ivo Mira Gomes						SU
Pedro Kuss				DE		
Pedro Lopes Vieira	DE	DE				
Pedro Paulo Hings Colin						DE
Pedro Zimmerman					DE	
Peláegio Parigot de Souza				DE		
Plinio de Nês						SU
Protegenes Vieira	DE	DE	DE			
Querino Alfredo Flack					DE	
Raimundo Itkombe					SU	
Ramiro Emerenciao	DE	DE				
Raul Schaeffer	DE	DE			SU	

NOME DO DEPUTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Reneau Cubas			DE			DE
Roberto F Mattar					SU	
Rodrigo Lobo						DE
Romano Massignam			DE			
Romeu Sebastião				SU	DE	
Rubens Nazareno Neves				DE	DE	
Rui Hulse				DE	DE	DE
Rui Cezar Fewischutte	DE	DE				
Saulo Ramos	DE	DE				
Tupi Barreto				SU	DE	
Udo Altemburg						DE
Ulisses Marcilio Longo				SU	SU	
Urbano Bertoli						SU
Vagemiro Jablonski						SU
Valerio Gomes				DE	DE	DE
Vanio Faraco						SU
Vicente João Schneider			DE	DE		
Volney Collaço de Oliveira			DE	SU	DE	SU
Waldemar Beduschi				SU		
Waldemar Grubba			DE			
Waldemar Pabst			SU			
Waldemar Rupp	DE	DE				
Waldemar Salles					DE	DE
Walmor de Oliveira					DE	DE

NOME DO DEUPTADO	CONSTITUINTE 1947	1 ^a Leg. 47-51	2 ^a Leg. 51-55	3 ^a Leg. 55-59	4 ^a Leg. 59-63	5 ^a Leg. 63-67
Walter Muller	DE	DE			SU	
Walter Roussenq					DE	SU
Walter Tenorio Cavalcanti			DE			
Walter Zigelli						DE
Wenceslau Borini					SU	
Wigand Pershum	DE	DE				
Willian Duarte da Silva					SU	
Wilmar Orlando Dias			SU			
Walter Vicente Gomes					DE	DE

B I B L I O G R A F I A

I - LIVROS E REVISTAS

1. AZEVEDO, Helvécio de Oliveira. "A Política Brasileira, os sistemas eleitorais e o voto distrital no Império e na República". In: CAVALCANTI, Themistocles (ed). "O voto distrital no Brasil". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
2. AZEVEDO, Luis Otávio. "Evolução dos Partidos Políticos no Município de São João Evangelista". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, (6): 183-94, jun. 1960.
3. BAIGUELMAN, Paula. "O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito". In: MOTA, Carlos Guilherme (ed). "Brasil em perspectiva". 4 ed., São Paulo, DIFEL, 1974.
4. BELLO, José Maria. "História da República". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
5. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. "O Governo Kubitschek". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
6. BOITEUX, José Arthur. "Os partidos políticos de Santa Catarina". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
7. CABRAL, Oswaldo. "História de Santa Catarina". 2a. ed., Rio de Janeiro, Editora Laudes, 1970.
8. CABRAL, Oswaldo. "Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina". Florianópolis, Lunardelli, (s.d.).
9. CARONE, Edgar. "A República Velha (classe e instituições)". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
10. CARONE, Edgar. "A República Nova (1930-1937)". São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1974.

11. CARONE, Edgar. "A Terceira República (1937-1945)". São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1976.
12. CARVALHO, José Murilo. "Barbacena, a Família, a Política e uma hipótese". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, (20): 153-94, jan. 1966.
13. CARVALHO, Orlando. "Ensaio de Sociologia Eleitoral". Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. UFMG, 1958.
14. CAVALCANTI, Themistocles. "Partidos Políticos". Revista de Direito Público e Ciência Política. Rio, IX (1): 5-36, jan/abril, 1963.
15. CAYROL, Roland et alii. "Le Député Français". Paris, Armand Colin, 1973.
16. CHANDERNAGOR, Adnré. "Un Parlement, por quoi faire?". Paris, Gallimard, 1967.
17. COSTA, Cruz. "Pequena História da República". 2 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
18. COSTA, L.A. Pinto. "Sociologia e Desenvolvimento". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
19. CRUZ, Levi. "Funções do Comportamento Político numa Comunidade do São Francisco". Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, (5): 129-60, jan. 1959.
20. DAHL, Robert. "A moderna análise política". Rio de Janeiro, Lidaador, 1966.
21. DUVERGER, Maurice. "Os Partidos Políticos". Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
22. DUVERGER, Maurice. "Sociologia de la Politique". Paris, Presses Universitaires de França, 1958.
23. FAORO, Raimundo. "Os donos do Poder". Porto Alegre. Editora Globo, 1958.
24. FAUSTO, Boris. "Pequenos Ensaio da História da República". São Paulo. CEBRAP, Cadernos nº 10, 1972.
25. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil". 2a. ed., São Paulo, Alfa Omega, 1974.

26. JAGUARIBE, Hélio. "Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
27. LAMBERT, Jacques. "América Latina, estruturas sociais". São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.
28. LEAL, Vitor Nunes. "Coronelismo, Enxada e Voto". 3a. ed., São Paulo, Alfa Omega, 1975.
29. LIMA, Hermes. "Federalismo e Presidencialismo". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, (7): 80-102, nov. 1959.
30. MEDARD, Jean François. "Le repport de clientèle". Revue Française de Science Politique, 26 (1): 103-31, fev. 1976.
31. MOREIRA, Maria Terezinha. "Renovação dos Quadros Políticos na Guanabara". Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, 1 (1): 127-48, jan/mar. 1967.
32. MOREIRA, Maria Terezinha. "Composição do Poder Legislativo da Guanabara". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 1 (3): 47-74, jul/set. 1967.
33. MOTTA, Paulo Roberto. "Movimentos partidários no Brasil". Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1974.
34. OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático". DADOS. Rio de Janeiro, (10): 54-65, 1973.
35. PITA, Nilda Agueda & ARRUDA, José Maria. "Composição Sociológica da Assembléia Legislativa da Guanabara". Revista de Direito Público e Ciência Política. Rio de Janeiro, IX (3): 120-44, jul/set. 1966.
36. PAULI, Evaldo. "Hercílio Luz, Governador Inconfundível". Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.
37. POPPINO, Rollie. "O processo político no Brasil". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, (17): 83-94, jul. 1974.
38. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. "O mandonismo local na vida política brasileira". São Paulo, Alfa Omega, 1976.

39. REGIS, Osni de Medeiros. "Classe social e poder". Florianópolis, (s.ed), 1955.
40. RIBEIRO, Telmo Vieira. "As eleições catarinenses de 1966". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, (23/24): 221-28, jul 67 e jan 67.
41. SAES, Décio. "Classe média e política na Primeira República". Petrópolis, Vozes, 1975.
42. SCHMITTER, Philippe. "Reflexões sobre o conceito de Política". Revista de Direito Público e Ciência Política. Rio de Janeiro, VIII (2): 45-60, maio/agosto 1965.
43. SOARES, Glaucio A.D. "Sociedade e Política no Brasil". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
44. SOARES, Glaucio A.D. "Alianças e Coligações Eleitorais". Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, UFMG, (17): 95-124, jul. 1964.
45. S. THIAGO, Acácio Garibaldi. "As eleições de 1974 em Santa Catarina". Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, UFMG, (43): 265-86, jul. 1967.
46. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República". In: MOTA, Carlos Guilherme. "Brasil em perspectiva", 4a. ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
47. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "Estado e Partidos Políticos no Brasil". São Paulo, Alfa Omega, 1976.
48. TECGLÉN, Eduardo Haro. "Diccionario Político". Barcelona, Editorial Planeta, 1974.
49. WEBER, Max. "Ciência e Política". 2a. ed., São Paulo, Cultrix, 1972.
50. WEBER, Max. "Economia y Sociedad". Vol. II, México, Fondo de Cultura, 1944.
51. WEFFORT, Francisco. "Estado e Massas no Brasil". Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, (7): 146-70, maio 1966.
52. VINHAS, Maurício. "Messianismo e Conflito Social". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

II - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

1. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Regimento Interno (Lei nº 2, de 23 de julho de 1948).
2. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Regimento Interno (resolução nº 18, de 19 de março de 1968).
3. ESTADO DE SANTA CATARINA. Constituição (promulgada em 23 de julho de 1947). Imprensa Oficial do Estado, 1956.
4. ESTADO DE SANTA CATARINA. Constituição (promulgada em 13 de maio de 1967 na redação dada pela emenda nº 1, de 20 de janeiro de 1970). Florianópolis, Lunardelli, (s.d.).
5. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Código Eleitoral (Lei nº 1164, de 24 de julho de 1950). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1950.
6. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição (promulgada em 24 de janeiro de 1967 na redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969). Rio de Janeiro. Edições de Ouro, (s.d.).
7. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados Estatísticos. Imprensa Nacional, v. 7, 1973.
8. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. "30 anos de Justiça Eleitoral em Santa Catarina". 1975.